



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – *CAMPUS OLINDA*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT:
reflexões sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional**

Olinda
2022

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT:
reflexões sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Olinda
2022

S586g Silva, Márcia Girlene e.
 Gestão democrática na EPT: reflexões sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional. / Márcia Girlene e Silva. – Olinda, PE: O autor, 2022.
 197 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Bernardina Santos Araújo de Sousa.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Educação– Administração. 2. Educação– Gestão Democrática. 3. Educação- Egressos. 4. Avaliação Institucional. 5. Educação - Gestão Participativa. 6. Educação Profissional e Tecnológica. I. Sousa, Bernardina Santos Araújo de (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.01 CDD (22 Ed.)

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT:
reflexões sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra. Bernardina S. Araújo de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT (Orientadora)

Profª. Dra. Edilene Rocha Guimarães
Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT

Profª. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

**GUIA PARA VIABILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE
EGRESSOS E EGRESSAS DO IFPE**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de agosto de 2022. .

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra. Bernardina S. Araújo de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT (Orientadora)

Profa. Dra. Edilene Rocha Guimarães
Instituto Federal de Pernambuco/PROFEPT

Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

Dedico esta dissertação aos meus pais, José Luiz e Silva e Maria José Lino e Silva (*in memoriam*), ao meu filho *pet*, Mignon (*in memoriam*), a minha filha Marília Lino, ao meu genro Iago Brito, a minha neta Lívia Brito e ao meu amado marido Ricardo Morais. Todos muito importantes na minha vida!

AGRADECIMENTOS

Este é um momento em que pretendo externar minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. O reconhecimento a cada uma delas diz respeito à soma de esforços, carinhos, colaboração, solidariedade, emoção, sensibilidade e todos os sentimentos que fizeram aflorar este trabalho.

Ao meu Deus, agradeço por todas as bênçãos, fé e força que foram concedidas durante todo o caminhar para que, enfim, chegasse esse momento.

Sou grata a minha orientadora, Profa. Dra. Bernardina Araújo que, durante este percurso, não se limitou às orientações acadêmicas, mas também orientações para a vida em meio a sentimentos e emoções. Pessoa de fé e de amor. Foi gerada uma amizade para além da relação orientadora-orientanda. Pessoa humana, maravilhosa, de gestos e voz suavizantes, calmantes, que nos fazem perceber, nas dificuldades, possibilidades. Profissional respeitável e comprometida com o que faz. Foram muitos aprendizados valiosos.

Aos professores do Programa, que são sensíveis, humanos e de uma compreensão considerável. Grata pelas oportunidades de aprender sempre algo durante este primeiro ano. Também agradeço à equipe de servidores que, com zelo, colaborou com o Programa, facilitando a tarefa do ‘caminhar juntos’.

Aos meus pais, que não estão mais presentes nessa dimensão física, José Luiz (*in memoriam*) e Maria José (*in memoriam*), agradeço por tudo na minha vida, pois nunca mediram esforços para que me dedicasse a minha formação, ao meu trabalho e à criação da minha filha. Sempre estiveram presentes e foram torcedores de cada progresso em minha vida. Deram exemplos de fé, amor, união, honestidade e integridade. Foram exemplos de pessoas humanas, filhos de Deus.

A minha filha maravilhosa, Marília Graziela, que me faz sentir ser sua filha de tanto amor, zelo e dedicação que tem por mim, sem medir qualquer esforço para me deixar feliz e confortável, a fim de que eu me dedicasse ao Mestrado. Apesar de termos enfrentado juntas momentos difíceis com perdas familiares, mantivemo-nos sempre unidas no amor, na fé e força de que tudo iria passar. Agradeço sempre a Deus por tê-la como filha e, juntamente com meu querido genro, Iago Brito, a quem considero como filho, me concederem ser avó com a chegada de Livia, minha neta linda, que tem me mostrado mais um amor incondicional. Chegou em um período em que o mundo tem sofrido com a Pandemia da Covid-19, mas veio para nos fazer superar tristezas e aliviar dores de períodos difíceis.

Ao meu filho lindo de quatro patas da raça Pug, Mignon (*in memorian*). Agradeço pela companhia constante que me proporcionou durante seus 6 anos e 9 meses de vida. Literalmente ficava no meu pé o tempo que fosse necessário, enquanto me dedicava no caminhar da pesquisa. Eu amava esse seu jeito. Nosso amor será sempre recíproco.

Ao meu amado marido, Ricardo Morais, a quem agradeço com imensidão pelo carinho, amizade, companheirismo, força, motivação, colaboração e, principalmente, pela compreensão e paciência diante de tantas inquietudes pelas quais passei e compartilhei e, também, pelo imenso e recíproco amor que temos um pelo outro.

Aos meus irmãos por termos sido unidos pelos nossos pais e, embora tenhamos diferenças, seremos sempre irmãos.

As minhas amigas e aos meus amigos, companheiros da vida, do trabalho, do Mestrado e do lazer a quem tenho a felicidade de tê-los e tê-las encontrados. Todos sempre na torcida uns com os outros e uns pelos outros. Alguns são irmandades que a vida nos aproximou e que sempre torceram por mim, por minha felicidade e que compartilharam das minhas angústias, tristezas, alegrias e correrias. Embora não tenha condições de nomear todos, considero vocês pessoas humanas e sensíveis. Sempre compartilhamos juntos alegrias e tristezas das nossas vidas. Como sempre falamos: “Somos irmandades”.

Pela jornada da vida, educação é caminho em direção à subida, com apoio e carinho no ninho que é o IFPE, onde fiquei até voar. Vez ou outra, bato o pé para poder participar, voltar aqui e contribuir, sentir um bom abraço, com vivências a fluir e, para quem quer espaço aos passos de iniciante, que minha experiência ajude a ir mais distante, com força, fé e resiliência, essência do pertencimento. Eu, nesse lugar democrático, de voz, voto e discernimento, no intento do meu coração pragmático... (MORAIS, Ricardo, 2022, n.p.).

RESUMO

Embora a existência de um regulamento de acompanhamento de egressos como parte de uma política institucional no IFPE seja realidade, sua implementação ainda não é efetiva, seja por desconhecimento dos agentes institucionais ou pela ausência ou insuficiência de requisitos e instrumentos que permitam a coleta e a transformação de dados em informações úteis ao processo decisório da gestão, no contexto da avaliação institucional. Com base nisso, o presente processo investigativo trabalha com as seguintes estratégias: investigação baseada na metodologia de entrevistas “histórias de vida” para revelar em que medida egressos e egressas dos cursos participam da gestão (democrática) do IFPE; análise do arcabouço legal e regramento institucional que compõem o *corpus* documental do acompanhamento de egressos e egressas para revelar se atendem ao pressuposto em tela e quanto disponíveis estão e a investigação mediante aplicação de formulários eletrônicos junto à gestão institucional para revelar seu grau de percepção e atribuição de relevância sobre a temática da gestão de egressos. Os dados e informações que emergiram das investigações explicitadas acima deram embasamento à construção de um produto educacional que, sob a perspectiva da gestão democrática e da avaliação institucional interna, sirva à gestão de acompanhamento de egressos e egressas como instrumento relevante para a participação discente e pós-discente na gestão democrática, no âmbito do IFPE, oportunizando que tal público trate suas percepções e experiências como instrumentos de colaboração com o processo de melhoria contínua da instituição. O recorte amostral utilizado foi um conjunto de três cursos, dentre cursos técnicos integrados e superiores do IFPE. Como resultado, verificou-se a necessidade de ampliação de instrumentos efetivos que fomentassem a participação democrática do egresso na Instituição e de estratégias para materializar seu envolvimento na gestão democrática de forma mais ativa, assim como de melhor acompanhamento dos egressos e egressas. Diante disso, resultou-se o Guia para Viabilização da Política de Acompanhamento de Egressos e Egressas na busca de um processo de institucionalização da gestão de acompanhamento dos egressos e das egressas nos cursos do IFPE, ampliando a percepção sobre o aspecto da avaliação institucional, bem como da sua relevância para a gestão institucional, a qual aproxime os diferentes atores envolvidos nesse processo de Acompanhamento de egressos e egressas, tais como: gestores, docentes, discentes, técnico-administrativos e empregadores.

Palavras-chave: acompanhamento de egressos; gestão democrática institucional; avaliação institucional; ensino médio integrado.

ABSTRACT

Although the existence of a regulation of monitoring of egresses as part of an institutional policy in IFPE is a reality, its implementation is not yet effective either by lack of knowledge of institutional agents or by the absence or insufficiency of requirements and instruments that allow the collection and transformation of data into useful information for the decision-making process of management, in the context of institutional evaluation. Based on that, the present investigative process works with the following strategies: investigation based on the methodology of "life stories" interviews to reveal to what extent graduates participate in the (democratic) management of IFPE; analysis of the legal framework and institutional regulations that make up the documental corpus of the monitoring of graduates to reveal if they meet the assumption in question and how available they are and the investigation through the application of electronic forms with the institutional management to reveal their degree of perception and attribution of relevance on the theme of the management of graduates. The data and information that emerged from the investigations explained above provided the basis for the construction of an educational product that, from the perspective of democratic management and internal institutional assessment, serves the management of the follow-up of former students as a relevant instrument for the participation of students and post students in the democratic management, within the IFPE, allowing this public to treat their perceptions and experiences as instruments of collaboration with the process of continuous improvement of the institution. The sample used was a set of three courses, among integrated technical courses and higher education courses at IFPE. As a result, there was a need for the expansion of effective instruments that foster the democratic participation of graduates in the institution and strategies to materialize their involvement in democratic management in a more active way, as well as a better monitoring of graduates. As a result, the following was created The Guide for the Viability of the Policy of Accompaniment of Graduates and Exes was created in order to search for a process of institutionalization of the accompanying management of graduates in IFPE's courses, broadening the perception about the aspect of institutional evaluation, as well as its relevance to institutional management, which brings together the different actors involved in this process of Accompaniment of graduates and egresses, such as: managers, teachers, students, technical-administrative staff, and employers.

Keywords: monitoring of egresses; institutional democratic management; institutional evaluation; integrated high school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição geográfica dos campi e polos da Educação a Distância que integram o IFPE	22
Figura 2 - Cadeia de valor público do IFPE	24
Figura 3 - Estrutura de governança do IFPE de acordo com o PDI (2014-2018)	25
Figura 4 - Cursos ofertados pelo IFPE/ <i>Campus</i> Recife	26
Figura 5 - Fluxograma do processo de busca e seleção de produções por base de dados	32
Figura 6 - Estrutura parcial da matriz das dimensões da avaliação externa de instituições de educação superior	92
Figura 7 - Sequência A – D de registros de continuidade da entrevista com áudios simultâneos via <i>WhatsApp</i> com E2	122
Figura 8 - Sequência A e B de registros de continuidade da entrevista com áudios simultâneos via <i>WhatsApp</i> , com E3	123
Figura 9 - Fluxograma da estrutura do regulamento de acompanhamento de egressos do IFPE	135
Gráfico 1 - Função que o gestor ocupa no campus, que responderam ao questionário	104
Gráfico 2 - Tempo de atuação na função de gestores, que responderam ao questionário	105
Gráfico 3 - A formação dos gestores respondentes que atuam no <i>campus</i>	105
Gráfico 4 - Formação na área de gestão	106
Gráfico 5 - Se os gestores são egressos da instituição	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nomenclatura atual do setor de egressos e egressas ao longo da expansão do IFPE	27
Quadro 2 - Resultados da revisão em base de dados científicos que fazem parte da pesquisa	31
Quadro 3 - Determinantes imediatos do autoritarismo	58
Quadro 4 - Formas de participação na instituição de ensino	60
Quadro 5 - Indicador política de acompanhamento do egresso (credenciamento)	69
Quadro 6 - Indicador política de acompanhamento do egresso (recredenciamento)	69
Quadro 7 - Fases principais da entrevista narrativa	79
Quadro 8 - Passos para analisar narrativas	80
Quadro 9 - Instância e área dos gestores/as do <i>campus</i> Recife	83
Quadro 10 - Relação dos cursos do Ensino Médio Integrado do <i>campus</i> Recife (CR)	84
Quadro 11 - Perfil de egressos e egressas da instituição	85
Quadro 12 - Contribuições extraídas da avaliação de gestores no pré-teste	88
Quadro 13 - Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal (2003-2007)	94
Quadro 14 - Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2011-2012)	94
Quadro 15 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE	96
Quadro 16 - Projeto político pedagógico institucional	96
Quadro 17 - Estatuto do IFPE	97
Quadro 18 - Regimento geral do IFPE	97
Quadro 19 - Comissão própria de avaliação do IFPE	98
Quadro 20 - Regulamento de acompanhamento de egressos do IFPE	99
Quadro 21 - Documento do Fórum dos Cursos Técnicos do IFPE	99
Quadro 22 - Documento do Fórum Permanente das Licenciaturas do IFPE	100
Quadro 23 - Documento do Fórum Permanente do Ensino Tecnológico e Bacharelado do IFPE	100
Quadro 24 - Relatório de gestão	101
Quadro 25 - Política de acompanhamento de egressos e egressas	107
Quadro 26 - Ações e estratégias para realização do acompanhamento de egressos	109
Quadro 27 - Participação de egressos e egressas na vida institucional	110
Quadro 28 - Concepção acerca da política de acompanhamento de egressos e de egressas do IFPE	113
Quadro 29 - Relatos sobre as concepções dos gestores sobre a PAE	113

Quadro 30 - Existência documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE	114
Quadro 31 - Identificação pelos gestores acerca dos documentos que o setor em que atua, estejam relacionados com a política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE	114
Quadro 32 - Implementação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos	114
Quadro 33 - Implementação do Regulamento de Acompanhamento de egressos e egressas na visão dos gestores	115
Quadro 34 - Existência de procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas no <i>campus</i>	115
Quadro 35 - Existência de procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas	115
Quadro 36 - Ações e estratégias no <i>campus</i> que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE	115
Quadro 37 - Identificação por meio dos gestores sobre se há ações e estratégias no <i>campus</i> que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE	116
Quadro 38 - Política de acompanhamento de egressos ou egressas como um instrumento importante de gestão, indicador de novas tomadas de decisão	116
Quadro 39 - Opinião dos gestores sobre a política de acompanhamento de egressos/as ser um instrumento importante de gestão e indicador de novas tomadas de decisão	116
Quadro 40 - Existência de participação de egressos e egressas na gestão da instituição	116
Quadro 41 - Identificação se os gestores têm conhecimento se há participação de egressos e egressas na gestão da instituição	117
Quadro 42 - Participação dos egressos e egressas em espaços institucionais	117
Quadro 43 - Opinião dos gestores sobre a participação de egressos e egressas em espaços institucionais	117
Quadro 44 - Participação de egressos e egressas na avaliação institucional	118
Quadro 45 - Opinião dos gestores sobre a participação de egressos e egressas na avaliação institucional	118
Quadro 46 - Opinião com relação ao retorno dos egressos favorecerem o aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais	118
Quadro 47 - Retorno dos egressos favorecem o aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais	119

Quadro 48 - Participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho	119
Quadro 49 - Opinião dos gestores se a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho	120
Quadro 50 - Opinião sobre as possibilidades de ampliação da participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE	120
Quadro 51 - Sugestão(ões) apresentadas pelos gestores para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE	120
Quadro 52 - Perfil biográfico dos egressos pesquisados	126
Quadro 53 - Questões exmanentes da entrevista narrativa	126
Quadro 54 - Reduções das unidades de registros sobre a Política de Acompanhamento de Egressos	128
Quadro 55 - Reduções das unidades de registros sobre a participação de egressos na vida institucional	131
Quadro 56 - Avanços e recuos quanto à participação do segmento egressos na vida institucional	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Acompanhamento de Egressos e Egressas
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEG	Coordenação de Estágios e Egressos
CGU	Controladoria Geral da União
Ciec	Coordenação de Integração Escola-Comunidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CREE	Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos
EMI	Ensino Médio Integrado
EN	Entrevista Narrativa
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFPE	Instituto de Educação, Ciência E Tecnologia de Pernambuco
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAEE	Política de Acompanhamento de Egressos e Egressas
PBE	Prática Baseada em Evidências
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
Proden	Pró-Reitoria de Ensino
Prodin	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proext	Pró-Reitoria de Extensão
RI	Revissão Integrativa
Senac	Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
Siec	Setor de Integração Escola-Comunidade
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sistec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA	22
2.1	REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	29
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	46
3.1	ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL	46
3.2	OS INSTITUTOS FEDERAIS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	49
3.3	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO	52
3.4	REFLEXÕES ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	54
3.4.1	Concepção de uma gestão democrática-participativa	58
3.4.2	Contribuições de Paulo Freire à gestão democrática	64
3.5	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EPT	65
3.6	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E EGRESSAS	68
3.7	LEGISLAÇÕES SOBRE EGRESSOS NO ÂMBITO NACIONAL	70
4	O CAMINHO METODOLÓGICO	73
4.1	DIFICULTADORES PARA A COLETA DE DADOS	73
4.2	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	75
4.3	ÉTICA NA PESQUISA	80
4.4	CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS SUJEITOS E CURSOS	82
4.5	DESCREVENDO O MOVIMENTO NO CAMPO EMPÍRICO: aplicação do pré-teste e do questionário definitivo	86
5	ANÁLISE DOS DADOS: dialogando com os dados da pesquisa	90
5.1	RECORTES DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	90
5.2	DÍALOGOS COM OS TEXTOS DOS PARTICIPANTES	103
5.2.1	Sobre o questionário para gestores	103
5.2.1.1	Sobre a política de acompanhamento de egressos	107
5.2.1.2	Sobre ações e estratégias para realização do acompanhamento de egressos	109
5.2.1.3	Sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional	111
5.2.1.4	Política de acompanhamento de egressos	113
5.3	DIALOGANDO COM AS HISTÓRIAS DE VIDA	121

5.3.1	Entrevista narrativa	125
5.3.2	Apresentando o perfil dos entrevistados	125
5.3.3	Narrativas dos egressos sobre a Política de Acompanhamento de Egressos (AE)	127
5.3.4	Narrativas sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional	130
5.4	ANÁLISE FINAL DOS RESULTADOS	133
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
7	PRODUTO EDUCACIONAL	141
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICE A - ENCARTE PRODUTO EDUCACIONAL	153
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	173
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO MISTO PARA GESTORES – VERSÃO 1	174
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	176
	APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE TESTAGEM DO PRODUTO EDUCACIONAL PARA OS ESTUDANTES EGRESSOS	177
	APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	178
	APÊNDICE G - MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	183
	APÊNDICE H - MODELO DO TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE	184
	APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO SEMIABERTO	185
	ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	188
	ANEXO B - CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO – ARTIGO COMPLETO	197
	ANEXO C - CARTA DE ACEITE DE ARTIGO COMPLETO	198

1 INTRODUÇÃO

A palavra Egresso advém, etimologicamente, de um contexto de quem não faz mais parte: “adj. aquele que se ausentou; que se distanciou; que já não faz parte de um grupo. Substantivo masculino: aquele que deixou de fazer parte do convento. Ação ou efeito de se afastar; afastamento, saída, egressão, afastamento, saída, retirada”¹, servindo para denominar o grupo de pessoas que chegaram ao final de uma jornada formativa, desvinculando-se da instituição formadora ao obterem grau técnico ou superior.

A partir desse contexto, acompanhar a trajetória dessas pessoas demanda, sobretudo, a permanente interlocução institucional entre a comunidade de egressos e egressas, a instituição formadora e o mundo do trabalho. Para tanto, os dados de identificação e contato desses atores institucionais e sociais precisam estar organizados e disponíveis para consulta e atualização, viabilizando o chamamento desse grupo à participação em colegiados e processos de avaliação institucionais, assim como em outros espaços institucionais de participação coletiva.

A eficiente atualização de um banco de dados sobre esses estudantes subsidiará a instituição na tomada de decisão para que, de fato, a política de acompanhamento de egressos e egressas seja satisfatoriamente efetivada. Além disso, é relevante afirmar que os dados gerados a partir de procedimentos avaliativos institucionais poderão, seguramente, orientar novas tomadas de decisão frente às demandas da formação e do mundo do trabalho, em uma perspectiva de gestão democrática institucional, cujos egressos e egressas garantam suas participações nesse e em outros processos.

O esforço em estruturar um estado da arte para este trabalho, mediante a revisão integrativa e, especificamente, a partir do descritor egresso, tornou possível perceber que há uma grande carência de estudos, sobretudo, envolvendo o contexto dos cursos técnicos, no Brasil. A visibilidade de tal lacuna torna premente problematizar o tema, ambientado nesse nível de formação.

Posto tal desafio, o presente estudo pretende contextualizar o assunto no âmbito da gestão democrática, a partir da política de acompanhamento dos egressos e egressas na educação profissional e tecnológica, considerando o cenário de formação do IFPE. Diante disto, apresenta-se esta pesquisa, afirmando que ela se situa na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

¹ Consultado em <https://www.dicio.com.br/egresso/>

O interesse em problematizar essa temática guarda estreito pertencimento da pesquisadora com a formação e atuação como Pedagoga, no IFPE, desde 2010. Nesse espaço, a atuação do profissional da Pedagogia contempla diversas áreas de atuação, como: Pró-reitorias e Diretorias sistêmicas, os *campi* e a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), envolvendo diversos segmentos da vida institucional, docentes, discentes, famílias dos discentes, campo de estágios, mundo do trabalho, outras representações da comunidade externa, atuando, também, em equipe multidisciplinar em parceria com assistentes sociais e psicólogas.

A atuação desta pesquisadora dá-se na esfera da Pró-reitoria de Extensão (Proext), na coordenação pedagógica do setor e acomoda, dentre outras, a pasta de acompanhamento de egressos e egressas. Cabe destacar que a extensão abarca uma base para a sensibilização e compreensão acerca da relação estreita que a instituição deve manter com a comunidade em seu entorno, com a sociedade regional, nacional e com o mundo.

Esse lugar de atuação profissional foi despertado pelo genuíno interesse em conhecer, com maior aprofundamento, a relação instituição/egressos/egressas. Nesse contexto, ampliou o interesse em desvelar: a) como os *campi* do IFPE lidam com essa demanda? b) O que ocorria depois da formação? c) Como a instituição lidava com esse público e o convocava a participar da vida institucional? d) Como eram representados os cenários externos da vida profissional e social para o *campus*; e) Como a relação formação e mundo de trabalho estava se materializando? f) De que modo a instituição mantinha ativos os dados cadastrais desses estudantes, mesmo decorridos cinco anos da colação de grau?

A preocupação com esse hiato entre a instituição e a comunidade de egressos e egressas provocou reflexões acerca do processo de gestão democrática, mesmo que, ainda, em processo de construção. As reflexões acerca da temática tornaram possível a proposição, no planejamento de 2019- 2020, de grupo de trabalho, com o objetivo de refletir e planejar a participação efetiva dos egressos e egressas na vida institucional. Essa proposta enfrentava dificuldades de diversas ordens, incluindo-se, dentre outras, os cortes no orçamento da instituição e a instalação da Pandemia da COVID-19.

Anteriormente, essa pesquisadora participou da comissão de construção do Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, aprovado em 2015 pelo Conselho Superior do IFPE, por meio da Resolução nº 54, em 14 de dezembro de 2015. O documento foi

compartilhado para a sua implementação² com todos os *campi* e Diretoria de Educação a Distância e, desde então, verificou-se a inexistência de uma prática sistemática de acompanhamento de egressos e egressas nos *campi* e DEaD.

No contexto escolar analisado, tomou-se como referência o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE (PERNAMBUCO, 2015, p. 2), que no seu Art. 2º, destaca-se a seguinte definição: “é considerado Egresso o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma”.

Como parte da política de gestão deste acompanhamento, objetiva-se a interlocução entre instituição de ensino e a comunidade egressa. A inconsistência e a ausência de dados sobre os egressos e egressas permitiram a dedução e o inquietamento de que a política de acompanhamento não estaria sendo implementada a contento. A temática, por sua vez, é pouco tratada em âmbito educacional, no Brasil, nos cursos técnicos, e especificamente nos cursos técnicos integrados dos institutos federais, inclusive, no IFPE.

No entanto, as mudanças que vêm ocorrendo na relação formação profissional e mundo do trabalho requerem um acompanhamento sistematizado por parte da instituição, entendendo que esse esforço oportunizará reflexões acerca da participação desse segmento estudantil nas diversas instâncias institucionais, além de possibilitar a aproximação com cenários, até então, desconhecidos pela instituição formadora.

Diante do exposto, definiu-se como questão de pesquisa: Considerando a perspectiva de gestão democrática assumida pelo IFPE, como ocorre a participação dos egressos e egressas na dinâmica da vida institucional?

Desse modo, o cenário da educação profissional para este estudo e levando em conta a política de acompanhamento de egressos e egressas e o modelo de gestão institucional como elementos principais da pesquisa, definiu-se como objetivo geral: compreender o modo como egressos e egressas participam da vida institucional do IFPE, sendo copartícipes da gestão democrática. Quanto aos objetivos específicos, definiram-se: a) Analisar, no corpus documental, regulamentações, orientações, concepções e diretrizes referentes à Política de Acompanhamento de Egressos no IFPE; b) Identificar os procedimentos adotados para compor banco de dados de egressos e egressas do IFPE, sobretudo, no *campus* Recife; c) Construir um

² Implementação: Etimologia (origem da palavra implementação). Implementar + ção. Substantivo feminino. Ação ou efeito de implementar; ato de colocar em execução ou em prática; realização, efetivação ou execução de um projeto, uma tarefa etc. Sinônimos de: efetivação, execução, realização.

registro historiográfico sobre as estratégias e mecanismos utilizados para acompanhar egressos e egressas dos cursos investigados; d) Analisar concepções de egressos, egressas e gestores sobre a Política de Acompanhamento desse segmento no IFPE, particularmente, no *campus* Recife, identificando o nível de participação desses sujeitos na Gestão (Democrática) da instituição; e e) Propor um Produto Educacional que viabilize o desenvolvimento da política de acompanhamento de egressos, envolvendo esse segmento nas ações democráticas do IFPE.

A trajetória de pesquisa é demarcada pela coleta de dados, a partir de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, contemplada pelos documentos internos e externos, assim como, no movimento empírico, a partir do método de histórias de vidas por meio das entrevistas narrativas, bem como aplicação de questionário misto.

Para representar o contexto específico dessa política, foram observados os acontecimentos a partir das histórias de vidas dos egressos e das egressas, que tiveram sua seleção a partir da experiência de terem sido ou não representantes de algum colegiado na instituição, de curso técnico de nível médio e de curso superior, cujo recorte demarcado foram o *campus* Recife e o *campus* Ipojuca.

A pergunta norteadora da pesquisa é de relevante importância, pois, segundo Gatti (2001, p. 71), “a busca da pergunta adequada da questão que não tem resposta evidente é que constitui o ponto de origem de uma investigação científica”. Desta forma, a inquietação é por revelar: Em que medida, egressos e egressas de cursos técnicos integrados participam da gestão (democrática) do IFPE?

Neste sentido, justifica-se o estudo por essa lacuna advinda da falta de dados e informações para responder à questão. Portanto, a importância de uma gestão de acompanhamento de egressos e egressas em uma instituição de educação deve possibilitar e identificar necessidades diversas reveladas pelos egressos e egressas oriundos dos cursos ofertados pela Instituição de ensino, a partir da análise da inter-relação entre egressos e egressas e instituição formadora, na perspectiva da gestão democrática.

Deste modo, acredita-se ser esta pesquisa de relevância social e acadêmica, a partir da promoção de espaços de debates e tomada de decisão democrática em prol da melhoria dos serviços prestados e dos cursos ofertados. Outrossim, pode subsidiar e motivar mudanças nas políticas educacionais quanto aos investimentos necessários para que as ações de melhorias sejam realizadas.

Reafirma-se que a pesquisa trará contribuições às reflexões e ações acerca da gestão institucional do IFPE, no tocante à participação de estudantes egresso e egressas na vida institucional, visando estimular essa inserção no desenvolvimento e melhorias das políticas e

práticas administrativa, acadêmica e social da instituição. Deste modo, Oliveira (2019, p. 278) traz a reflexão de que “[...] contribuir para uma nova realidade da educação pública articula-se ao movimento de considerar a amplitude de determinante da política educacional”.

Assim, a contribuição científica para a educação é de possibilitar o estímulo a novas pesquisas para uma análise mais ampliada sobre o objeto de estudo nos cursos técnicos e superiores, ou seja, oferecer produção de conhecimentos novos, que, segundo Oliveira (2019, p. 276), “[...] ajudam a pensar novas práticas e soluções para enfrentar os desafios [...]”.

Como resultado, busca-se contribuir no processo de institucionalização do acompanhamento de egressos e egressas nos cursos ofertados pela Instituição a partir da reflexão sobre espaços de participação de egressos e egressas na instituição formadora, com base nas percepções reveladas na pesquisa, considerando o contexto da participação dos egressos e egressas em uma gestão democrática na educação profissional, bem como a relevância para a avaliação institucional interna que aproxime os diferentes atores envolvidos nesses processos, tais como: gestores, docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos e egressas.

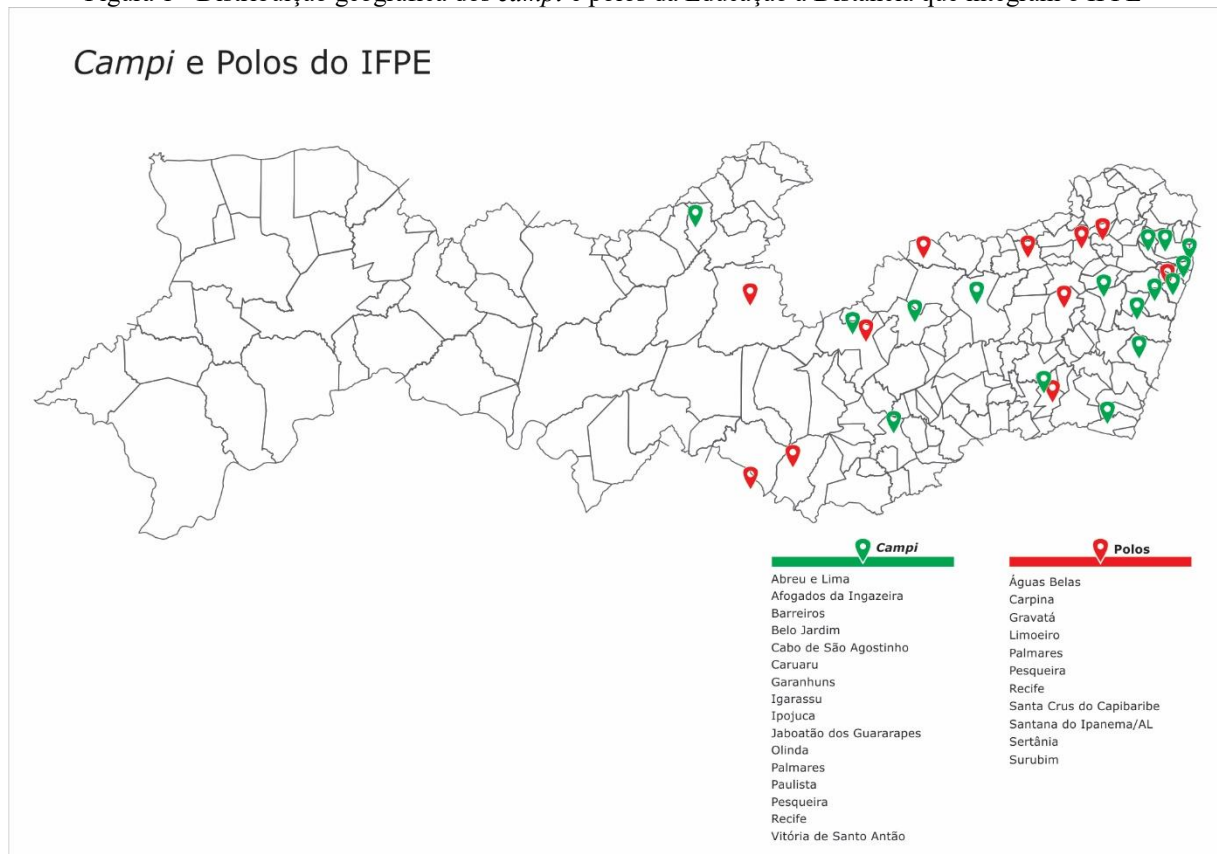
Por fim, buscou-se a construção de um produto educacional de apoio à gestão, no âmbito do IFPE que, sob a perspectiva da gestão democrática e da avaliação institucional interna, subsidie no desenvolvimento e viabilização da política de acompanhamento de egressos e egressas. O Guia tem como referência a Lei de criação dos Institutos nº 11.892/2008, PDI, PPPI, do instrumento formal da instituição, a partir da Resolução nº 54/2015 – IFPE, entre outros.

Esta pesquisa é composta pelo texto introdutório e por mais seis capítulos relativas à temática de pesquisa. No segundo capítulo, é apresentado o contexto da pesquisa. No terceiro capítulo, traz-se o fundamento teórico. No quarto capítulo, foram delineados os pressupostos metodológicos da pesquisa adotados, cuja metodologia é a de histórias de vidas, a partir de entrevista narrativa, além de aplicação de questionário semiaberto. O quinto capítulo refere-se à análise dos dados e já, no sexto capítulo, aborda-se o Produto Educacional. Por fim, no sétimo capítulo, apresentam-se as considerações finais.

2 APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

Sobre o IFPE, apresentam-se as seguintes características: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), instituído nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com Reitoria sediada na cidade do Recife (PE), comporta os seus dezesseis *campi* e um centro de referência em educação a distância, localizados nas cidades de Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Pesqueira, Recife, Vitória de Santo Antão, Olinda, Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Paulista. A Figura 1, apresentada a seguir, corrobora para a compreensão da distribuição geográfica dos *campi* e polos da Educação a Distância que integram o IFPE.

Figura 1 - Distribuição geográfica dos *campi* e polos da Educação a Distância que integram o IFPE



Fonte: Redesenho da autora sobre a distribuição geográfica do IFPE³ (2022)

Em 2005, o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação

³ Disponível em <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/institucional>. Acesso em 23/09/2020.

Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com o objetivo de dar maior capilaridade a essas instituições em todo o território nacional. Em 2008, a referida expansão instituiu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892. Dentre os desafios presentes, destacam-se: a) a superação da dualidade na formação profissional imposta historicamente, ao longo de décadas; b) a interiorização; c) a concepção de autonomia, administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFPE ampliou seu raio de atuação, passando a integrar uma nova filosofia institucional. Diante disso, novas questões passaram a ser contempladas, demandando que se passasse a conhecer e enfrentar desafios, não só de conhecer as realidades dentro e fora da instituição, mas, sobretudo, de romper com um modelo de gestão tradicional, adotando uma perspectiva que apontasse na direção das relações democráticas, primando pelo fortalecimento da inter-relação e dos segmentos internos e externos da escola.

Nessa perspectiva, de acordo com Luck (2009):

[...] para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenha as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola. No contexto dessa sociedade, a natureza da educação e as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio (LUCK, 2009, p. 16).

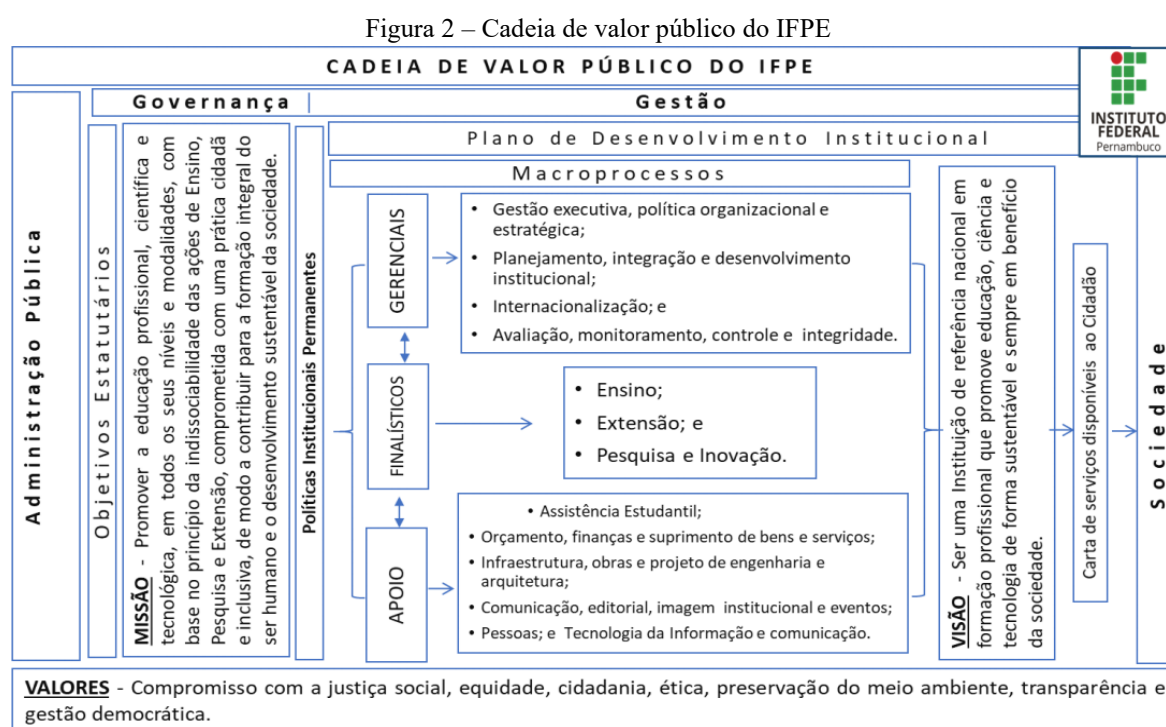
Neste sentido, o IFPE, com base no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), planeja, estabelece seus objetivos e metas, promove a organização e articula os recursos humanos e materiais, almejando o alcance de objetivos propostos em consonância com uma gestão democrática. A feitura desse documento envolve de modo bastante significativo, a participação coletiva. Destaca-se do PDI (2014-2018)⁴ que,

A importância de uma boa gestão educacional, que atue de forma compartilhada e busque soluções para suprir as aspirações dos vários segmentos desta Instituição de educação, integrando-os às necessidades do mundo de trabalho e da sociedade, torna-se uma prerrogativa de suma importância, pois não basta apenas conduzir um trabalho gerencial de forma solitária, mas articular um trabalho coletivo e respaldado nas necessidades locais, atentando para a diversidade que permeia a sociedade brasileira, garantido, assim, uma postura cidadã em suas ações (PDI, 2014-2018, p.71).

⁴ O PDI, referente ao ciclo 2022-2026, encontrava-se em processo de revisão, sendo posteriormente aprovado no Conselho Superior da instituição pela Resolução nº137, de 29 de julho de 2022, e apresentado à comunidade do IFPE, no dia 04/08/2022.

Assegura-se que as ações dos diversos segmentos institucionais que compõem a Reitoria e os *campi*, conforme classificados no PDI (2014-2018, p. 71), devem ser integradas e alinhadas ao planejamento de ações das Pró-reitorias, que compõem a base do Plano de desenvolvimento institucional, atendendo ao que preceitua a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A importância deste documento para a instituição fortalece, ainda mais, a necessidade da efetivação da política de acompanhamento para o segmento de egressos e egressas, pois permite ações de interação desta categoria com a instituição, além de promover alinhamento sistêmico entre os *campi*. A Figura 2 retrata a Cadeia de Valor Público do IFPE e facilita a compreensão do exposto.



Fonte: Prodin - Seminário de Planejamento do IFPE (2020-2021)

A cadeia de valor público representa diante da Lei de Criação dos institutos nº 11.892/2008 suas finalidades e objetivos, e o IFPE atua na geração de valor público, na qual a gestão tem a função de materializá-lo. Portanto, a partir do supracitado documento, extrai-se a estrutura de governança identificada na Figura 3. A Governança refere-se aos processos de como a organização é administrada e controlada e como o processo decisório é governado dentro da instituição, garantindo uma gestão responsável e transparente. Conforme o PDI (2014-2018, p. 202),

À Reitoria competirão as funções de definição de políticas, supervisão e

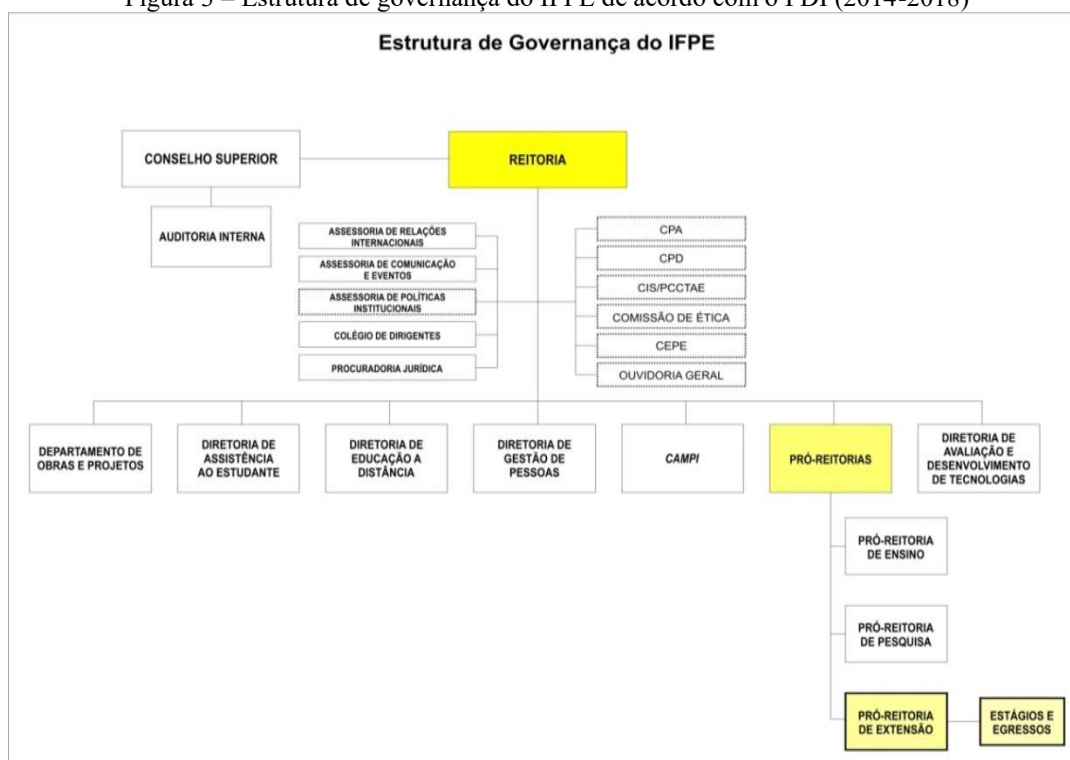
controle, ou seja, controle das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A estrutura da Reitoria compreende as cinco Pró-Reitorias previstas na legislação, cujas atuações são requeridas para as principais áreas de estrutura e funcionamento da instituição.

Os *campi*, enquanto Unidades de Execução da Ação Educacional, são os responsáveis pelo cumprimento dos objetivos finalísticos do IFPE, apresentam uma estrutura administrativa que viabiliza o diálogo e a interação das estruturas.

Neste sentido, percebe-se a importância de uma gestão institucional que promova a coletividade em diferentes dimensões dessa estrutura, “considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sociopolítico, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

Figura 3 – Estrutura de governança do IFPE de acordo com o PDI (2014-2018)



Fonte: Prodin - Seminário de Planejamento do IFPE (2020-2021)

A Pró-reitoria de Extensão é a instância estratégica que desenvolve, dentre outras ações, políticas em atendimento às demandas. A política de acompanhamento de egressos e egressas no âmbito do IFPE está sob sua responsabilidade para ordenação, orientação e sistematização nos *campi* vinculados ao IFPE. Conforme apresentado na Figura 3, destaca-se o segmento da Extensão, estando sob sua tutela o acompanhamento dos egressos e egressas.

Documentos internos, dentre eles o Estatuto do IFPE (2009, p. 4), apontam que o IFPE

tem por finalidade,

Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional para os diversos setores da economia, [...], e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFPE, 2009, p.4).

Um dos fundamentos dos Institutos Federais é ter uma organização verticalizada da educação básica à educação superior (PACHECO, 2015), conforme é determinado no Art. 8º da Lei de criação dos institutos, na qual estes, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para os cursos técnicos de ensino médio, previsão que também consta no documento do PDI (2014-2018), ainda vigente, até a presente pesquisa.

Dentre os *campi*, o *Campus Recife*⁵ é a unidade que mais oferta curso técnico de ensino médio. De acordo com os dados de 2021, são ofertados 17 cursos, sendo 8 na oferta Integrado, desses, 1 na oferta Proeja-Integrado e 9 Subsequentes a partir dos seguintes cursos: Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecânica, Química, Saneamento, Segurança do Trabalho e Refrigeração e climatização na modalidade integrado-Proeja⁶.

Figura 4 - Cursos ofertados pelo IFPE/*Campus Recife*



Fonte: Extraído do site do IFPE (2022)

Os *campi* da primeira expansão, na configuração de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, desde o ano de 2008, têm utilizado diversas nomenclaturas para o setor responsável pela gestão dos egressos e egressas, conforme Quadro 1, a seguir:

⁵ *Campus Recife*. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/campus/recife/cursos>. Acesso em 19 de junho, 2022.

⁶ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), seus cursos poderão ser articulados nos termos do art. 40, § 10, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004.

Quadro 1 - Nomenclatura atual do setor de egressos e egressas ao longo da expansão do IFPE

Nomenclaturas de setores/área referentes a estágios e egressos	Campi - primeira expansão (2008)	Campi – segunda expansão (a partir de 2010)	Campi – terceira expansão (a partir de 2014)
Divisão de Extensão – CIEE e atualmente - DIEX	Recife		
Setor de Integração Escola-Comunidade - SIEC	Belo Jardim		
Coordenação de Estágios e Egressos - CEEG	Pesqueira; Ipojuca e DEaD	Afogados da Ingazeira; Caruaru e Garanhuns	
Coordenação de Integração Escola-comunidade - CIEC	Barreiros; Vitória de Santo Antão		
Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos - CREE			Cabo; Jaboatão; Olinda; Paulista; Abreu e Lima; Palmares e Igarassu

Fonte: Elaborado pela autora, extraído do site do IFPE (2020)

A partir da segunda expansão da instituição, ocorrida por volta de 2010, com a implantação de mais três *campi*, Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, a nomenclatura do setor para os referidos *campi* foi a mesma denominada para o *campus* de Pesqueira e de Ipojuca, CEEG, conforme Quadro 1.

Assim, a inclusão do termo “egressos” alinhou-se aos ordenamentos da instituição na configuração enquanto IFPE, seja por motivo de avaliação institucional pelos órgãos externos seja relativo à política de Extensão que comporta, dentre suas dimensões, a de Estágios e Egressos, logo, emergindo o documento Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, aprovado por meio da Resolução nº54, aprovada em 2015.

Na terceira expansão, ocorrida a partir de 2014, mais sete *campi* foram implantados. Houve, portanto, a incorporação do termo “Relações Empresariais” no setor de egressos, passando a denominar-se: Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE). Pode-se considerar que houve um engajamento institucional em relação à inserção do termo “Egressos” na identificação do setor responsável pelo acompanhamento de egressos e egressas, em vários dos *campi*, durante as três expansões.

Essas identificações acabaram por favorecer à retomada do assunto sobre os egressos nos ciclos de reuniões iniciadas, em 2017, com os *campi*, realizados pela coordenação de estágios e egressos da Pró-reitoria de Extensão, nas quais já se verbalizavam dificuldades em tratar dos egressos por questões como a compreensão de como realizar o acompanhamento, assim como a falta de servidores para dividir tarefas no setor responsável pelos egressos e egressas, haja vista também acumular o gerenciamento dos estágios do *campus*, além do desconhecimento do documento regulamentador da instituição. Adicionalmente, faz-se necessário elencar as várias mudanças de gestores (as) neste setor, implicando em dificuldades em se apropriar das informações e gerir as demandas. Neste contexto, a implementação da

política de acompanhamento dos egressos na instituição já se apresentava como um desafio institucional.

Apesar da expansão dos *campi*, como visto na Figura 1, e, consequentemente, da oferta dos cursos técnicos e técnicos integrados na Instituição, não há registros de dados e informações institucionalizadas em relação aos seus egressos e egressas até então. Para mudar esse cenário, esta será a primeira pesquisa de Mestrado junto aos cursos técnicos do ensino médio integrado no âmbito do IFPE, sendo relevante como instrumento que venha a auxiliar a gestão institucional nas tomadas de decisões, a partir de indicadores resultantes dos dados coletados.

A motivação dessa temática é promover o levantamento de um conhecimento ainda não evidenciado sobre o acompanhamento de egressos em um *campus* do IFPE, especificamente, nos cursos técnicos de ensino médio integrado, vislumbrando que as informações e dados advindos do processo de pesquisa com egressos e egressas possam servir de instrumento de gestão, subsidiando ações de forma sistêmica.

Sabendo-se que uma das finalidades das instituições de ensino que ofertam Educação Profissional é inserir na sociedade sujeitos aptos para o mundo do trabalho, salienta-se que a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia busca uma formação humana integral em que os sujeitos estejam aptos não só para o exercício profissional, mas também para a vida.

Neste sentido, o acompanhamento de egressos e de egressas é determinante para gerir indicadores que visem à formação, à relação do egresso e egressa com o mundo do trabalho, à formação continuada e à participação nos espaços institucionais, dentre outros indicadores que correspondam e respondam à função social da instituição de formar jovens e contribuir para o processo de transformação e inclusão social.

Portanto, há o reconhecimento da necessidade da prática do acompanhamento dos egressos e egressas como instrumento de gestão institucionalizado, não só para atendimento aos mecanismos de controle, como a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), mas visando ajustes, replanejamento e implementação de ações que contribuam para a melhoria contínua das atividades e o alcance dos objetivos institucionais.

Nessa esteira, assegura-se que colaborar para a efetivação da política de acompanhamento de egressos no IFPE, considerando seu uso como instrumento de gestão democrática que facilite a mútua e contínua articulação entre a instituição, a comunidade interna e externa e o mundo do trabalho, no contexto da formação profissional de nível técnico, contribuirá para o cumprimento da missão institucional, conforme PDI (2014-2018, p. 22), de “promover Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...], comprometida com uma

prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

2.1 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Estudos com egressos, a partir dos indicadores da avaliação institucional, têm se mostrando proeminentes, como relevantes instrumentos à gestão das instituições de ensino. Verifica-se, portanto, que, comumente, no Brasil, a política de acompanhamento de egressos tem se voltado, preponderantemente, para os cursos superiores, em virtude das exigências sobre credenciamento e credenciamento de instituições e de cursos. Desse modo, apenas nesse caso específico, a dimensão dessa Política surge como critério de avaliação. No que concerne à avaliação institucional de egresso e egressas de cursos técnico integrados, a temática ainda é pouco abordada, demonstrando ser esse um campo importante de exploração e estudo.

É fato notório que a inexistência de dados e informações sistematizadas sobre essa comunidade estudantil compromete, sobremaneira, a efetivação de uma política de acompanhamento de egressos e egressas que seja forte e contemplativa das necessidades e anseios desse público. Também não se tem levantamento sistematizado a respeito das dificuldades existentes nos *campi*, o que, certamente, impede que uma série de informações, advindas desses dados, sejam organizadas e tratadas em favor de uma política de acompanhamento orientada a partir de decisões coletivas. Esse vazio institucional dificulta o acesso a indicadores, como: a) formação recebida; b) participação em atividades institucionais; c) nível de satisfação com a área profissional em que atua; d) ações realizadas para a manutenção da integração entre a Instituição e os egressos e as egressas.

Diante do exposto, esta seção apontou um diálogo com uma amostragem do que tem sido publicado no cenário nacional, contemplando o Acompanhamento de Egressos e Egressas dos cursos técnicos integrados, nas instituições de ensino no Brasil. Assim, os achados constituem-se num importante conjunto de informações sobre a temática, considerando-se os recortes temporais de 2017-2021.

Acerca do método, infere-se que, devido ao crescente número de informações na área da saúde, o método da Revisão Integrativa (RI), segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), surge para proporcionar melhor utilização das evidências resultantes dos estudos na prática, além de possibilitar identificar os profissionais que estudam determinada área, ou seja, objetiva conhecer a produção do conhecimento sobre determinado tema.

Assim sendo, a RI torna-se um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE).

De acordo com Souza *et al.* (2010, p. 102), “a PBE, cuja origem atrelou-se ao trabalho do epidemiologista Archie Cochrane, caracteriza-se por uma abordagem voltada ao cuidado clínico e ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência [...]”.

A revisão integrativa (RI), segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 102), é um “método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. Ressalta-se que essa revisão é desenvolvida com frequência na área da saúde, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais e combinado dados da literatura teórica e empírica.

Neste sentido, foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura, seguindo as seis fases recomendadas por Souza, Silva e Carvalho (2010): elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

Na primeira fase, definiu-se a seguinte questão norteadora: O que a literatura tem pesquisado sobre o Acompanhamento de Egressos dos cursos técnicos do ensino médio, nas instituições de ensino no Brasil?

Na segunda fase, para os critérios de inclusão, foram utilizados os artigos aprovados por pares, disponibilizados na íntegra, no idioma português, com recorte temporal, publicados entre 2017 e 2021, que tivessem relação com a temática escolhida, e para a busca na literatura, selecionaram-se as bases de dados Capes Periódicos, *SciELO* e Google Acadêmico, com os seguintes descritores: acompanhamento de egressos; gestão democrática institucional; avaliação institucional; ensino médio integrado. O período de levantamento dos dados foi realizado em março de 2022. Para verificar a adequação aos critérios definidos, foram realizadas pré-seleção e seleção dos estudos, primeiro a partir da leitura dos títulos, em seguida, a leitura dos resumos e, por fim, a leitura do texto na íntegra, para saber se seria incluído ou não na revisão integrativa.

Na terceira fase, procedeu-se com a coleta de dados, considerando os critérios estabelecidos, e foram encontrados 24 (vinte e quatro) artigos, dos quais 12 (doze) foram utilizados e 12 (doze) foram descartados. Quanto aos 12 (doze) artigos científicos utilizados na presente revisão, 6 (seis) deles possui características direcionadas ao perfil do egresso do ensino técnico e os demais 6 (seis), ao do superior, conforme detalhamento no Quadro 2 a seguir. Salienta-se que devido à quantidade reduzida de artigos, não foram excluídos aqueles que são voltados aos cursos superiores, já que também puderam agregar às concepções práticas do estudo.

Após as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, a amostra ficou

composta por 12 (doze) artigos.

No Quadro 2, pode-se observar as produções que se encaixaram nos critérios estabelecidos e que fazem parte da pesquisa.

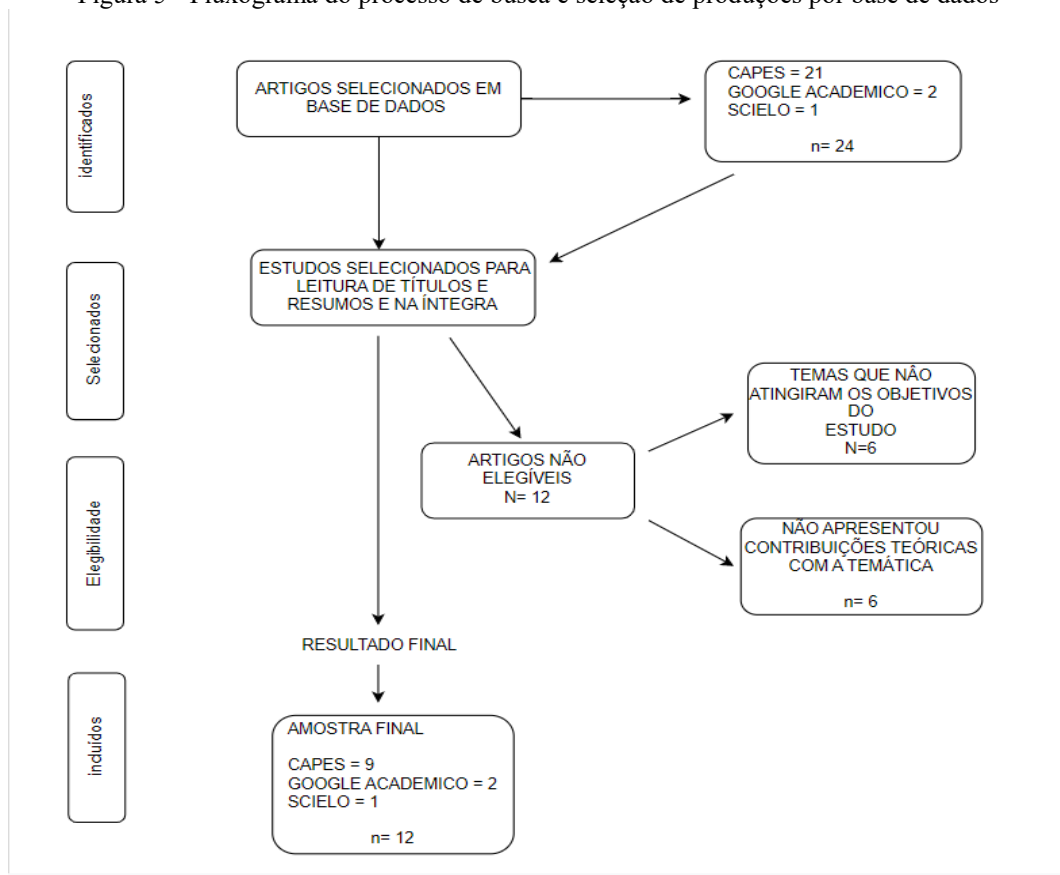
Quadro 2 - Resultados da revisão em base de dados científicos que fazem parte da pesquisa

Nº	TÍTULO	BASE DE DADOS	ANO
ENSINO TÉCNICO			
1	Educação a Distância e Ensino Profissionalizante: um olhar sobre o acompanhamento do egresso	Capes Periódicos	2018
2	Proposta de Instrumento de Pesquisa para o Monitoramento de Egressos no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC	Google Acadêmico	2021
3	Formação dos Egressos do Curso técnico em Administração do Ifnmg – <i>Campus</i> Arinos	Capes Periódicos	2020
4	Impactos na Trajetória de Egressos do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe	Capes Periódicos	2021
5	Curso Técnico em Multimeios Didáticos na Modalidade Ead: o que dizem egressas	Capes Periódicos	2019
6	Uma Revisão da Literatura Sobre a Participação do Egresso da Educação Profissional na Avaliação Institucional e de Cursos	Google Acadêmico https://doi.org/10.25061/2527-2675/Rebram/2020.V23i2.670	2020
Ensino Superior			
7	Acompanhamento de Egressos: Subsídios para a Avaliação de Instituições de Ensino Superior (Ies)	Capes Periódico	2018
8	Caminhos para a Formulação de uma Política Pública de Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior	Capes Periódico	2020
9	Avaliação de Egresso da Área da Saúde: uma revisão	Capes Periódico	2022
10	História e Gestão Institucional do Egresso da UFMG	Capes Periódico	2019
11	Acompanhamento de Egressos como Instrumento de Gestão	Capes Periódico	2017
12	Por uma gestão mais democrática na educação: contribuições de uma formação a distância para atuação profissional de seus egressos	SciELO	2019

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A Figura 5 apresenta um fluxo da informação com as diferentes fases de uma revisão sistemática, adaptado da representação do fluxograma Prisma de 2009, composto de quatro etapas.

Figura 5 - Fluxograma do processo de busca e seleção de produções por base de dados



Fonte: Adaptada do fluxograma Prisma (2009)⁷

Quanto ao arcabouço teórico, além da pesquisa bibliográfica, buscou-se estabelecer uma revisão integrativa capaz de proporcionar uma incorporação às discussões teóricas dos resultados práticos oriundos de estudos significativos com relações teóricas com o presente estudo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Diante do exposto, os artigos e os achados da pesquisa, que demonstraram resultados relevantes para o presente estudo, foram discutidos à luz dos autores selecionados e das concepções sobre os egressos no processo de integração para a construção de uma gestão democrática.

Cavalcanti *et al.* (2020), ao realizarem uma revisão sistemática, evidenciando trabalhos no período de 2013 a 2018, com egressos oriundos da educação profissional técnica e tecnológica, no âmbito dos Institutos Federais, demonstraram o reduzido quantitativo de

⁷ O fluxograma PRISMA é uma representação de todo o processo de busca e seleção dos artigos e documentos nas bases de dados. Há uma nova versão de 2020 com nova Recomendação PRISMA. A versão adotada nesta pesquisa atendeu à necessidade de representação dos dados. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00335.pdf. Acessado em: 5 de outubro de 2022.

trabalhos que abordam a temática, em se tratando do ensino técnico e tecnológico. Constataram, também, que a inserção profissional do egresso no mundo do trabalho é o parâmetro preponderante em um processo de avaliação institucional e de cursos.

Com isso, a inexistência de mecanismos de verificação de inserção profissional traz à Instituição dificuldades, contextualizadas à realidade vivenciada pelo egresso na inserção profissional. Assim, contribui-se com uma possibilidade de ausência de melhorias nos cursos pela inobservância daqueles que lidam com as fragilidades posteriormente à conclusão do curso.

No entanto, os autores demonstraram que, embora a inserção profissional esteja como o destaque para os trabalhos estudados na revisão sistemática proposta, ela não se caracteriza como fator único para auxiliar a avaliação institucional e de curso, e inferem que, adicionalmente, devem ser inseridos fatores que são inerentes à instituição, como afirmam Cavalcanti *et al.* (2020), tais como:

[...] satisfação com a formação recebida, qualidade do curso em termos de preparação para a atuação no mundo do trabalho, qualificação dos docentes, infraestrutura da instituição, contribuição para a melhoria da qualidade de vida e ainda, a contribuição da formação para desenvolvimento local/regional (CAVALCANTI *et al.*, 2020, p. 167).

O acompanhamento sistemático e a análise desses fatores são imprescindíveis à realização de políticas educacionais mais comprometidas com o desempenho do cidadão em sua vida acadêmica e profissional, acarretando em maior efetividade na educação profissional do País e no desenvolvimento da região.

Cavalcanti *et al.* (2020) também reforçam a importância do egresso para o fortalecimento e manutenção do que é relevante ao domínio dos saberes acadêmicos, abrangentes e profissionais para a construção de uma ponte de retroalimentação entre o mundo do trabalho e o ambiente acadêmico.

Em relação ao estado de conhecimento sobre o Acompanhamento de Egressos e Egressas, observa-se que uma estratégia que vem sendo utilizada como eficaz à aproximação entre egresso e instituição, para autores como Cavalcanti *et al.* (2020) e Moura e Albuquerque (2018), é a promoção de eventos voltados a esse público.

Coadunando com essa assertiva, o estudo de Moura e Albuquerque (2018), visando propor uma ferramenta para acompanhamento de egressos como instrumento de gestão, revelou que 96% dos egressos afirmaram que, após a finalização do curso, não houve qualquer tipo de acompanhamento.

Com o trabalho intitulado “Educação a distância e ensino profissionalizante: um olhar

sobre o acompanhamento do egresso”, cujo objetivo foi investigar o acompanhamento dos egressos como instrumento de gestão educacional para avaliação da formação profissional, os autores Moura e Albuquerque (2018) perceberam que se trata de mais uma Instituição que não realiza o acompanhamento sistemático dos egressos, o que implica na ausência de indicadores que norteiem medidas de uma gestão democrática, sob a ótica daqueles que vivenciaram os reflexos do processo formativo no mundo do trabalho e na sua própria vida.

É possível observar que a interlocução e o diálogo com os agentes egressos vão além da mera execução de um banco de dados, mas que haja a materialização desses em ações efetivas e voltadas à qualidade de uma gestão educacional mais condizente com a realidade que circunda a Instituição, certamente, sendo mais capaz de formar um sujeito integral capaz de lidar com as diferentes dificuldades em seu percurso acadêmico-profissional.

Diante disso, infere-se que o próprio processo formativo deve lidar com questões de estímulo à participação ativa do egresso para despertar neles autonomia e interesse no exercício da cidadania, dentro daquele ambiente que fez parte de sua formação profissional. Para isso, as experiências educacionais antes da saída do estudante devem ser acompanhadas, favorecendo a participação ativa desses sujeitos no processo de gestão, sendo este aberto ao diálogo, à criticidade e à participação social.

Assim, é imprescindível que o acompanhamento do egresso seja planejado e fomentado, antes mesmo de o educando cumprir todas as etapas acadêmicas do seu curso, demonstrando aos mesmos como ele é fundamental para retroalimentar ações didático-pedagógicas, exercendo seu direito de ser um agente de transformação da educação por meio de um permanente diálogo com a IES.

Para esses egressos, questões como eventos de apoio à inserção profissional e ao desenvolvimento de atividades empreendedoras, a partir dos cursos vivenciados por eles, são iniciativas capazes de engrenar a relação egresso e instituição.

Observa-se que ações como essas podem proporcionar uma efetividade na institucionalização de um acompanhamento de egressos que, somados às questões de estímulo à produção científica, de visita aos laboratórios institucionais, à divulgação dos cursos da própria instituição e de oficinas contínuas de orientação profissional podem substituir pesquisas isoladas por estratégias sistemáticas de acompanhamento.

Em seus achados, Moura e Albuquerque (2018) mencionam que os gestores da Instituição estudada evidenciaram a necessidade de um sistema de gerenciamento de egressos para estabelecer um elo entre a cadeia estratégia e operacional da Instituição e viabilizar uma

gestão institucional dos cursos ofertados. Para eles, apesar da existência do Q-Acadêmico⁸, costumeiramente, este não é utilizado para fins de gerar informações sobre o acompanhamento de egressos e egressas, envolvendo a formação desse segmento. Infere-se que os dados captados nesses sistemas gerenciais devem vir acompanhados de fatores motivadores, tais como divulgação de vagas e de treinamentos de modo que o egresso compreenda a importância e se sinta corresponsável por esse *feedback* institucional para o próprio desenvolvimento, da Instituição, do curso e da sociedade.

Moura e Albuquerque (2018) reforçam que a existência de uma política para acompanhamento de egressos é insuficiente, caso não esteja acompanhada de uma operacionalização direcionada aos interesses dos egressos, concatenados com os da Instituição, pois um dos grandes desafios é a localização desse egresso, posterior à saída da Instituição de Ensino.

Em seus achados, esses autores constataram que 89% dos egressos respondentes ratificam a relevância e necessidade de um efetivo acompanhamento dessa população estudantil, pois, embora exista a política de acompanhamento na Instituição pesquisada, desde 2014, foram verificadas ações incipientes da operacionalização da mesma (MOURA; ALBUQUERQUE, 2018).

Nessa direção, é importante salientar que para atenuar os riscos de dificuldades de localização, a mobilização voltada ao acompanhamento da comunidade egressa deve ser inicializada de forma prévia à saída do discente, denominando-se de ações voltadas aos concludentes ou pré-egressos.

Destaca-se, ainda, que Moura e Albuquerque (2018) realizaram um levantamento de políticas e sistemas de acompanhamento de egresso, tomando-se por base o ano de 2016, em 155 instituições de ensino, públicas federais e privadas, dentre elas os Institutos federais. Nestas instituições, apesar de o Acompanhamento de egressos ser uma dimensão contemplada nos instrumentos de avaliação, adotados pelo Sinaes e fiscalizados por órgão de controle, como o TCU, ainda ocorre timidamente, limitando-se a aplicação de questionários, mas sem, efetivamente, contemplar uma política institucional. Em se tratando de universidades federais,

⁸ Q-Acadêmico é um sistema de Gestão Acadêmica integrado, adotado por alguns Institutos Federais, inclusive pelo IFPE para a gestão de suas unidades de ensino, tendo como base o módulo de Controle de Registro Escolar, no qual toda a vida acadêmica do aluno é registrada e controlada. No entanto, o sistema no IFPE não está habilitado e preparado para o acompanhamento da comunidade egressa. Disponível em: http://www.qualidata.com.br/q_academico.htm. Acessado em: 20 de julho de 2022.

das 69 (sessenta e nove) cadastradas nos sistemas de regulamentação como o EMec⁹, apenas 20 (vinte) apontam preocupação com a necessidade de delineamento de políticas de acompanhamento de egressos. No entanto, a inexistência de sistema de acompanhamento de egressos ocasiona dificuldade de executar tais políticas.

Com isso, verificou-se que ainda há uma ausência significativa de políticas institucionais efetivas e mais abrangentes voltadas ao acompanhamento dos egressos, em detrimento de aplicação de questionários que, além de não ser respondido, algumas vezes, não são utilizados adequadamente para fomentar melhorias institucionais.

Esse fomento ao acompanhamento do egresso é enfatizado pelos autores Lima e Andriola (2018) em seu artigo “Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES)”. No referido artigo, os autores se destinaram a compreender como o acompanhamento de egressos pode subsidiar um processo de avaliação institucional no ensino superior.

Nesse estudo, aponta-se que as avaliações do ensino superior não devem se limitar às questões quantitativas e do estudante como uma visão de produtividade, a partir da finalização do seu ciclo formativo, mas que a qualidade educativa proporcionada no processo formativo seja vista como prioridade para uma avaliação da Instituição de Ensino. Assim, tem-se o egresso como uma estratégia de fortalecimento de melhoria contínua para retroalimentar as próprias Instituições (LIMA; ADRIOLA, 2018).

Os autores Lima e Andriola (2018) também refletiram acerca das relações do egresso com um instrumento gerencial voltado ao desenvolvimento institucional. Desse modo, sugere-se que as Instituições busquem analisar criticamente os dados dos egressos para promoção de transformações no âmbito da gestão pedagógica e institucional.

Assim, é possível observar que promover uma relação dialógica com a comunidade de egresso pode permitir uma ampliação nas possibilidades de construção dos conhecimentos, devendo estar alinhados com a profissão, e, na mesma medida, com os diferentes contextos atravessados pelo mundo do trabalho, da cultura e da ciência nos quais os egressos perpassam.

Diante disso, pode-se afirmar que o atendimento à participação do egresso, como parte da avaliação crítica das concepções e modelos pedagógicos, permite melhores condições para ampliação da qualidade educacional e para lidar com os diferentes desafios vivenciados pelo

⁹ Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES. <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

futuro profissional. Por outro lado, é possível destacar que estabelecer essa relação com o egresso, além de permitir uma adequação nas estruturas pedagógicas do curso, é equivalente à promoção de um mecanismo de participação e atuação do egresso na gestão democrática da Instituição.

Para os autores Lima e Andriola (2018), a oportunidade dada ao egresso de contribuir com a Instituição e de se envolver com a transformação das problemáticas existentes naquela IES desperta sentimentos de responsabilidade e pertencimento para integrar a construção de estratégias e políticas institucionais. Em complemento a esse entendimento, é destacado pelos autores que o alcance da internet e das redes sociais atinge um percentual de 41,3% do público de egressos que permanece acompanhando a Instituição, no entanto, 20% apenas foram à Instituição posterior ao término do curso para participação em eventos e palestras, cursos de extensão e pesquisas.

Para isso, Simon e Pacheco (2020) orientam ser importante a criação de um canal de comunicação direta com os egressos e de um contínuo cadastramento de informações, para que haja a participação deles em eventos institucionais, atividades acadêmicas de pesquisa e extensão e até se transforme em uma rede que promova o diálogo para divulgação de oportunidades e troca de experiências profissionais e acadêmicas.

Denominam o acompanhamento dos egressos como uma política pública de avaliação educacional, uma vez que, após a finalização do curso, o egresso, com a vivência da realidade no mundo do trabalho, passará a ter uma visão sistêmica das distorções, defasagens e potencialidades da formação escolhida (Idem).

Demonstram, ainda, os autores a preocupação de maior investimento nesse público, pois, em seus estudos, é evidente que muitas Instituições não investem recursos no acompanhamento sistemático do egresso. Dessa forma, os autores revelam o quão imprescindível é que as Instituições de Ensino invistam em canais de relacionamento que, além de serem permanentes, ofereçam vantagens a esse público, de modo que este permaneça conectado e periodicamente apto a dialogar em prol da qualidade na formação ofertada pela IEs (Ibidem).

Assim, viabilizar o acompanhamento do egresso vai além de uma forma de atendimento aos instrumentos de avaliação utilizados no Sinaes e às exigências dos Órgãos de Controle da União, mas da proposição de uma gestão democrática institucional efetiva e dinâmica correspondente à oferta de um ensino propedêutico, respeitando as realidades vivenciadas pelos egressos e a capacidade para vivenciar uma apreensão no mundo a partir de relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Em complemento, Ramos e Ribeiro (2019), no estudo “Por uma gestão mais democrática na educação: contribuições de uma formação a distância para atuação profissional de seus egressos”, afirmam que escutar a opinião dos egressos na perspectiva de avaliar os cursos e como esses se apresentam para a sociedade em uma visão posterior à saída da Instituição assegura a oferta de um ensino com características que, além de valorizar a visão desses atores como parte integrada à gestão educacional, estimulam no processo formativo a emancipação e a transformação do indivíduo.

Para isso, promover o acompanhamento desses egressos pode auxiliar as Instituições a melhor contribuir com a sociedade e a proposição de uma gestão democrática que encontra no seu ex-aluno um instrumento de mensuração na oferta dos seus cursos e melhorias institucionais em diversas direções.

A partir de uma revisão sistemática, em seus recentes estudos, Desiderio e Ferreira (2022) comparam a avaliação do egresso como um instrumento estratégico e decisivo para a gestão das Instituições de Ensino, elevando-a ao status de política pública, dada a capacidade de transformação e significativo impacto à sociedade que pode ser proporcionado com a melhor gestão dos seus egressos.

Outrossim, é trazida nos achados de Desiderio e Ferreira (2022) a proposta de incorporação da visão do egresso na autoavaliação institucional, de modo que se possa instituir uma cultura em detrimento de momentos sazonais, nos quais nem sempre as informações captadas são tratadas e analisadas para tomada de decisões que gerem impactos consideráveis.

Simon e Pacheco (2020) ressignificaram o contexto do acompanhamento dos egressos como uma política pública, pensada a partir de um olhar macro, uma vez que essa necessidade é compartilhada pelas Instituições brasileiras. Esses autores opinam que as Instituições brasileiras deveriam atuar de forma análoga às internacionais, a partir da criação de um formulário padronizado e supervisionado pelo Inep, que pudesse abarcar a coleta de informações sobre os egressos.

No arcabouço teórico dos autores Simon e Pacheco (2020), consta a sistemática adotada, na França, por meio do “*Centre D’études et de Recherches sur les Qualifications – Céreq*”, criado em 1971, órgão público que atua sob a supervisão conjunta do Ministério da Educação e Pesquisa e do Ministério do Trabalho, Emprego e Saúde” (SIMON; PACHECO, 2020, p. 7). O referido centro atua na realização de pesquisas e sistematização das informações, atuando em parceria com laboratórios de pesquisa científica e universitária e possui a transição entre Instituição e trabalho, as mudanças oriundas das formações e ocupações e as formas de orientação do profissional (SIMON; PACHECO, 2020, p. 6).

Os autores também apontaram o *Observatoire National de la Vie Étudiante – OVE*, que realiza pesquisa com estudantes matriculados no ensino técnico, da graduação ou de pós-graduação, utilizando-se dos dados, conforme detalhamento abaixo:

[...] percurso do estudante até o momento da pesquisa; condições de estudo, estruturais e acadêmicas; tempo livre; trabalho remunerado; habitação; recursos e despesas; saúde; alimentação; situação familiar; características sociodemográficas, como origens sociais e geográficas, sexo, idade, entre outros (SIMON; PACHECO, 2020, p. 7).

Esses autores consideraram haver uma dificuldade cultural para o estabelecimento de relações entre o egresso e a Instituição, enfatizando a emergente observância das Instituições brasileiras em concatenar as informações oriundas das vivências dos egressos como uma estratégia de fortalecimento da formação profissional.

Moura e Albuquerque (2018) também destacam experiências internacionais como a da França, que possui legislação exigindo que a inserção profissional dos estudantes seja publicada em estatísticas pelas Universidades, assim como na Itália, que se utilizam de observatórios para que sejam estruturados com dados confiáveis nos currículos dos egressos que se encontrem acessíveis às empresas.

Para isso, os autores defendem que os marcos regulatórios voltados ao ensino superior compreendam a importância e implementem o acompanhamento de egressos como um instrumento de avaliação institucional. Essa preocupação decorre de as avaliações, no que diz respeito ao acompanhamento dos egressos, tenderem a diferir da realidade, já que o alcance dos mesmos não é significativo na maioria das vezes (SIMON; PACHECO, 2020).

A inexistência de aproveitamento das informações que são captadas pelos egressos é compartilhada por Gonçalves, Calbino e Vieira (2019) como uma fragilidade institucional, pois, para os autores, a ausência de informações impacta nos processos de avaliação, na construção de novas políticas públicas e na melhoria das já existentes, nas transformações possíveis, nos desenhos curriculares e na reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de uma IES.

A pesquisa realizada por Gonçalves, Calbino e Vieira (2019) surgiu na perspectiva de conhecer a história de uma Universidade em Montes Claros, visando à averiguação de possíveis políticas de acompanhamento dos egressos no período de 1968 a 2018.

Os autores Gonçalves, Calbino e Vieira (2019) constataram, em seus estudos, que a aproximação com os egressos, por meio do “Programa Sempre UFMG”, trouxe investimentos à Universidade, mediante as emendas parlamentares, tendo em vista estreitarem relações com egressos da área política, favorecendo a modernização da infraestrutura. Identificaram que a Universidade realiza medidas que fomentam a relação entre o egresso e a Instituição. Dentre

elas a divulgação de oportunidades de trabalho, convite para participação em atividades acadêmicas, sociais e culturais dos egressos e o cadastramento de dados. Também, mencionou-se que, a partir de contato informal, os docentes podem identificar a atuação dos profissionais no mundo do trabalho. Outros estudos convergem para o entendimento de que a ausência de um acompanhamento do egresso de forma sistemática impacta diretamente em processos de planejamento, avaliação e gerenciamento dos cursos e da Instituição.

Coelho e Silva (2017) realizaram um estudo, cujo objetivo foi propor uma ferramenta para acompanhamento de egressos como instrumento de gestão. Esses autores reforçam a necessidade de as Instituições estabelecerem instrumentos de gestão para avaliar e acompanhar esses estudantes. Inferem que deverão ser substituídas as buscas na Plataforma Lattes (que muitas vezes, pode conter dados desatualizados) por sistemas gerenciais de acesso e com medição das informações dos egressos.

No entanto, atrelado a isso, estudos atuais vêm demonstrando as dificuldades para manter o egresso em constante diálogo. Com isso, afirma-se que medidas que assegurem a participação social dos sujeitos egressos são, além de mais eficazes, um caminho efetivo à gestão democrática.

Infere-se que as Instituições de Ensino devem ultrapassar o mero cumprimento de coleta de dados que não tem sido utilizada, e tratá-la a partir do que se extrai da experiência dialogada com a comunidade egressa, a fim de fomentar uma reestruturação pedagógica e curricular, uma intervenção na ação docente e nas condutas da oferta de um ensino integral, capaz de formar um sujeito para o mundo que busca intervir na própria Instituição da qual fez parte.

Considera-se, com isso, que atrelar ações de cooperação dos egressos como parte da gestão institucional é legitimar um direito do cidadão, visando contribuir com o desenvolvimento da educação e do fortalecimento das políticas sociais. Nesse sentido, o efeito retroalimentador que o egresso oportuniza à Instituição, por meio de concepções, discussões e reflexões, demonstra a capacidade institucional para a eficácia em uma gestão democrática.

Em estudo recente, assinado por Valdinice e Denise (2020) sobre a formação dos egressos do curso Técnico em Administração do IFNMG, identificou-se que os egressos dessa pesquisa apontam para uma necessidade premente de inserção de disciplinas práticas no curso e na matriz curricular, pois eles reconheceram que teoria e prática não dialogam conjuntamente na perspectiva de uma formação integral do sujeito e do profissional.

Das necessidades destacadas pelos egressos estudados por Valdinice e Denise (2020, p. 179) foram destacadas, além da inclusão de atividades práticas, “buscar parcerias com as

instituições públicas e privadas da região para encaminhar os alunos para os estágios com possibilidade de futura contratação; criar estratégias para diminuir a retenção e evasão no curso”. Reconheceram que os egressos elencam que a Instituição adote ações voltadas à capacitação dos docentes e novas práticas pedagógicas que dialoguem com o novo contexto do mundo do trabalho.

A visão apresentada pelos egressos está em consonância com as propostas do trabalho com um princípio educativo, de modo que cada cidadão possua capacidade para atuar seja manual seja intelectualmente. Assim como capaz de atuar em diferentes dimensões, o trabalho deve ser um ambiente de aprendizagem contínua. Conforme orientam Valdinice e Denise (2020), as Instituições de Ensino precisam permitir ao egresso o direito de requerer avanços pedagógicos, científicos e tecnológicos para melhoria do ensino ofertado, à luz de uma gestão democrática.

Com o objetivo de elaborar um instrumento de pesquisa para o monitoramento de egressos no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Diel e Bernardi (2021, p. 14), em seus achados, constataram que o monitoramento realizado por um observatório voltado ao egresso na Instituição permite que “sejam feitas análises e estudos longitudinais para averiguar evoluções na carreira profissional, na continuidade dos estudos, no desenvolvimento sociocultural e econômico”.

Em complemento, os autores também orientam que o egresso é fundamental nas propostas e discussões oriundas de sua vivência posteriormente ao término do curso, seja na proposição de novos cursos, seja na readequação dos já existentes, nas políticas institucionais, nas propostas didático-pedagógicas, na infraestrutura e no olhar sobre o fortalecimento da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (DIEL; BERNARDI, 2021).

Além disso, na pesquisa dos autores Diel e Bernardi (2021), a maioria dos respondentes confirmou que a avaliação da Instituição pelos egressos é condição necessária ao funcionamento da organização, levando os autores a ratificarem que “o monitoramento dos egressos não é apenas uma necessidade legal ou normativa, mas também institucional e gerencial” (p. 14). Desse modo, infere que o acompanhamento dos egressos é uma medida de desenvolvimento social, regional e educacional, por ser uma fonte capaz de intervir na transformação da Instituição e da sociedade.

Assim, concorda-se com os autores, quando identificam o egresso como um agente responsável por uma avaliação institucional mais abrangente e com base na realidade, mas que, para isso, as IES devem contribuir com a proposição de espaços dialógicos entre Instituição-egresso, para valorização da interação, da sabedoria e da experiência de cada um deles.

Marchesan e Martins (2019) buscaram identificar as facilidades e dificuldades enfrentadas no curso, além de sua proposta pedagógica. As egressas evidenciaram que a Instituição deve acompanhar a dinâmica da evolução tecnológica com vistas à promoção de um ensino mais atualizado.

A partir da ótica dos egressos, o estudo demonstrou que, nos cursos da Instituição, havia uma ênfase de um ensino conteudista, que não relacionava os saberes ao dia a dia do estudante, implicando em dificuldades dos mesmos em lidar com as diferentes situações vivenciadas no mundo do trabalho. Nesse sentido, os egressos exigiram uma formação baseada em contextos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos. Dessa forma, foi sugerido por eles um equilíbrio entre o caráter técnico e pedagógico do curso (MARCHESAN; MARTINS, 2019).

Mendes e Pasquali (2021) também realizaram uma recente pesquisa para analisar os impactos nas trajetórias profissionais dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, cujos egressos compartilharam da mesma opinião da pesquisa de Marchesan e Martins (2019), referente à questão de apontarem para o fato de que falta um alinhamento que permita integrar os conhecimentos teóricos à prática.

Outro fator destacado por Mendes e Pasquali (2019) foi o reconhecimento dos egressos quanto à importância do curso para a região na qual está inserido, o que decorre afirmar que o mesmo é um alicerce importante para o desenvolvimento social e econômico da região e das pessoas que dela fazem parte. Dada à percepção dos egressos, emerge a observância das Instituições em fornecer condições de escuta e de sugestões pelo público de egressos, tendo em vista que tais opiniões favorecem a qualidade do ensino e, por sua vez, do desenvolvimento da região.

Destacam-se, ainda, duas pesquisas, que, embora não tenham aparecido dentre os artigos encontrados nas plataformas de buscas, foram consideradas relevantes no âmbito deste estudo. A primeira trata sobre a Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do período de 2003-2007, realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Setec/MEC, apresentada em relatório e que traz como objetivo a empregabilidade dos egressos, formação continuada e a avaliação pelos egressos quanto à formação técnica recebida.

O levantamento das informações foi realizado junto a 153 (cento e cinquenta e três) instituições, gerando um banco de dados significativo com mais de 72.000 (setenta e dois mil egressos) registros. No entanto, apenas os egressos que tinham contato telefônico foram contatados. De acordo com a pesquisa, as dificuldades apontadas referem-se ao nível de

desatualização dos dados referentes aos telefones dos egressos e ausência de procedimentos de atualização cadastral dos discentes, por parte de algumas das instituições. O relatório aponta a importância da interação com os egressos, da sua integração com o mundo do trabalho, a partir da relação deste com a instituição de ensino.

A segunda pesquisa envolve cursos técnicos de nível médio integrado e foi desenvolvida por Santana e Costa (2021), mediante a revisão sistemática de literatura, na qual mapearam teses e dissertações produzidas sobre os egressos no ensino médio integrado de 2014 a 2019, aplicados critérios de exclusão, que resultaram em 25 produções científicas nas quais abordavam os seguintes aspectos: a realidade e aspirações dos egressos em relação à inserção no mundo do trabalho, a continuação de seus estudos, assim como a implementação da política pública desta modalidade na realidade educacional do País.

Adicionalmente, destaca-se a importância da abordagem dessa dissertação, pois, apesar dos critérios temporais e de revisão por pares, ainda, há uma escassez de trabalhos acadêmicos voltados ao acompanhamento do egresso. Apesar das dificuldades para realizar o acompanhamento de egressos, a interação com este segmento é necessária para a instituição ter um retorno sobre sua atuação, a formação ofertada, além da qualidade de seus serviços no atendimento à missão pretendida.

É a partir da sua interação com o egresso que se pode construir e constituir uma relação. Neste sentido, Michelan *et al.* (2009) destacam que a gestão de egressos pode ocorrer em quatro diferentes níveis de intensidade de interação da instituição: 1) Perfil do Egresso; 2) Avaliação da IES e do curso pelo Egresso; 3) Fatores de dificuldade e facilidade de inserção do Egresso no mercado; e 4) Relacionamento com o Egresso.

Deste modo, reforça-se a necessidade de a instituição estabelecer medidas por meio de uma política de acompanhamento de egressos, que dimensionem e garantam uma efetiva articulação e interação com o segmento de egresso e de egressa e que se acredita atender a um mínimo necessário para o acompanhamento deste segmento.

Por meio da análise de resultados, foi possível formar considerações importantes com relação ao acompanhamento de egressos e egressas, as quais foram categorizadas nos seguintes temas: avaliação institucional; gestão democrática; participação; relacionamento entre egresso e instituição de ensino; e o egresso como instrumento de gestão.

Na primeira categoria, enquadram-se artigos que descreveram sobre Gestão democrática (Acompanhamento de Egressos como proposição); a segunda apresentou foco sobre Avaliação institucional interna (participação, opinião) como possibilidades de intervenção; a terceira discorre sobre a Participação (na vida institucional); a quarta refere-se

ao Relacionamento entre egresso e instituição de ensino (Sistema de acompanhamento de egressos, operacionalização, Observatório); por fim, a quinta categoria refere-se ao Egresso como instrumento de gestão (aproveitamento das informações; tomada de decisões).

Sobre a Gestão democrática, para Silva (2007, p. 3), a gestão escolar, dentro da perspectiva democrática, “passa pela democratização da escola e por sua natureza social, não se restringindo exclusivamente aos processos transparentes e democráticos ligados à função administrativa”.

Portanto, a participação dos representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar e comunidade externa é apontada como mais importantes para a construção de uma gestão democrática.

A avaliação institucional interna com egressos possibilita às instituições aprimorarem suas atividades e analisarem se seus objetivos e metas estão sendo alcançados com relação à sua missão. Por meio deste processo, pode-se mensurar a eficácia dos serviços prestados pela IES, influenciando no planejamento estratégico da instituição e analisando a relação com as demandas da sociedade.

Assim, o estudo de acompanhamento de egressos pode ser inserido nesse contexto da avaliação institucional como uma das formas de avaliação de resultados, a partir da reflexão-ação, dando significado às ações e estratégias no sentido de melhoria. Quanto à participação, implica participar de um poder, excluindo qualquer alteração na estrutura deste, sendo a participação uma forma de minimizar o aspecto coercivo da gestão ou da administração. (MOTTA, 1987).

O Relacionamento entre egresso e instituição de ensino pode ser entendido como uma promoção do relacionamento estendido para além do período de realização do curso e que possibilita oportunidades de ter uma rede de contatos e continuidade do processo de geração de conhecimento. Em se tratando de tentativas de acompanhar os egressos, Teixeira, Maccari e Ruas (2014) discorrem que:

É preciso considerar que apenas implantar um sistema estático pode não ser suficiente para alcançar resultados efetivos, dado o desinteresse dos egressos neste tipo de avaliação, a ausência da cultura em manter os dados disponíveis e, principalmente, a inobservância de que a partir da análise dos efeitos práticos do curso podem emergir ações para a melhoria do programa. Para funcionar efetivamente, além das características técnicas, um sistema pode demandar o uso de procedimentos que incentivem a participação do egresso, por reconhecer a utilidade do processo (TEIXEIRA; MACCARI; RUAS, 2014, p. 209).

Segundo Teixeira e Maccari (2014), o egresso é um dos agentes mais valiosos da instituição de ensino, pois suas atuações refletirão também o nome da instituição na sociedade,

e, por isso, quanto mais amplitude e aproximação tiverem na relação entre a instituição de ensino e o egresso, maiores serão as oportunidades de retorno das informações deste segmento para retroalimentação do conhecimento. Além disso, o egresso contribui para a história e memória da organização.

O diálogo sobre as categorias temáticas discutidas anteriormente contribui para aprofundar as discussões sobre a participação de egressos na vida institucional na perspectiva da gestão democrática.

Utilizou-se um método de busca e seleção de pesquisas similares por meio de descritores específicos, avaliação da relevância e confiabilidade dos periódicos que estavam cadastrados os artigos, a coleta, síntese e interpretação dos dados, correlacionando-se à temática estudada.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, foram apresentadas as contribuições teóricas referentes à temática do acompanhamento de egressos dos cursos técnicos de ensino médio. Deste modo, elencou-se uma abordagem histórica da educação Profissional e Tecnológica no Brasil voltada à criação dos Institutos federais e a relação com o Ensino Médio Integrado. Além disso, foi ressaltada a temática relacionada aos egressos no âmbito da formação profissional. Em seguida, tratou-se da avaliação profissional tendo os egressos como parâmetro e, por fim, a temática da gestão democrática institucional na educação profissional, destacando a participação dos egressos.

3.1 ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL

A formação do trabalhador, no Brasil, conforme menciona Garcia (2000, p. 1), “ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício”. A escravidão reforçou a distância entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e deixou como herança preconceitos nas relações sociais, principalmente na abordagem sobre a educação e formação profissional para o trabalho (PARO, 2020).

De acordo com o MEC (s/d, p.1):

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (BRASIL/MEC, s/d, p.1).¹⁰

A política da educação profissional sempre foi direcionada aos mais pobres, objetivada à retirada do menor da rua, muito mais do que sua própria formação para o trabalho. A educação formal e a formação para o trabalho sempre foram configuradas separadamente como uma educação dualista, na qual a educação de qualidade proporcionava o desenvolvimento intelectual destinado à elite. Por outro lado, uma educação caracterizada como assistencial e quando voltada para o trabalho era centrada no treinamento operacional (LIBÂNEO, 2012;

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. s/d. p.1-8. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

ACORDÃO; MORAES, 2020).

Do ponto de vista da formalidade, a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil teve início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, instituído pelo Presidente da República Nilo Peçanha, que criou as primeiras 19 escolas técnicas neste país, denominadas escolas de aprendizes artífices, marco desta trajetória, transformando as escolas de aprendizes em um único sistema escolar¹¹ (CUNHA, 2000). A justificativa era a necessidade de prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão lida no referido decreto. Eram escolas de caráter assistencialistas, uma educação associada à pobreza (BRASIL, 1909).

Segundo Gomes e Batista (2013 *apud* BATISTA; MULLER, 2013, p. 65), este seria o primeiro ensaio para se formalizar o ensino profissional. Para Manfredi (2020, p. 82), seria “como resposta a desafios de ordem econômica e política”.

De acordo com Cunha (2000, p. 95):

A finalidade das escolas de aprendizes artífices era a formação de operários e contramestres, através de ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionaria a escola.

O período observado entre 1956 e 1961 é marcado pelo advento da indústria automobilística no País, em atendimento aos seus próprios interesses. Na educação, de acordo com Kang (2010, p. 68) “houve uma desequilibrada prioridade ao ensino superior e secundário em relação ao primário”. Nesse período, o crescimento acelerado da economia também manteve a continuidade a uma política na área educacional que levava a aprofundar desigualdades no Brasil, prejudicando a ampliação do acesso à educação para a maioria da população (KANG, 2010).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, equiparou o ensino profissional técnico ao ensino acadêmico, possibilitando continuidade dos estudos, buscando, timidamente, superar a dualidade entre a educação direcionada à elite e à destinada aos pobres.

A Lei 5692/71 surgiu durante a ditadura militar como reestrutura da educação brasileira. Objetivava à profissionalização compulsória do então ensino secundário. O sistema educacional deveria preparar mão de obra para ser absorvida pelo mercado de trabalho. Essa legislação tinha um caráter tecnicista. Segundo Manfredi (2002, p. 105), “essa Lei instituiu a

¹¹ Escolas submetidas a uma legislação que as distinguia das demais instituições de ensino profissional e de ensino elementar, com prédios, currículo, e metodologia próprios. Disponível em: O ensino industrial-manufatureiro no Brasil (CUNHA, 2000, p.94).

“*profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário*”, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos” (grifo da autora).

Neste sentido, impedia o acesso ao grande número de alunos egressos do ensino médio ao ensino de terceiro grau. As reformas feitas no sistema educacional não obtiveram os resultados esperados e as escolas foram desobrigadas da profissionalização para dar ênfase à formação geral. Segundo Vieira (2008, p.125):

O foco inicial da política educacional do regime militar é o ensino superior, com o intuito de racionalizar e flexibilizar a oferta, de modo a atender um maior contingente de alunos. A reforma do ensino do 1º e 2º graus, por sua vez, orienta-se para a contenção dessa demanda através da formação de quadros técnicos de nível médio, por meio da profissionalização.

O começo da década de 1990 é demarcado pela ideia de globalização, competitividade, produtividade, reestruturação produtiva, desenvolvimento tecnológico. Sobre esse contexto, Saviani (2002, p. 23) afirma que, neste sistema, “busca-se a flexibilidade e diversificar a organização da escola e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento”. Neste sentido, Gomes (2013 *apud* BATISTA; MULLER, 2013) destaca que a necessidade do mercado passa a direcionar as políticas educacionais no País. O projeto educacional do capital, orientado interna e externamente pelos organismos internacionais, torna-se a política oficial do governo. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006).

A reforma e as políticas educacionais nesta década caracterizam-se por processos diversos de privatização da educação e pela ampla regressão, com outras roupagens, do pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, tecnicismo e economicismo.

Em 1996, foi sancionada a atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, redefinindo a organização da educação nacional e reconhecendo apenas dois níveis de ensino, a educação básica e a educação superior. A educação profissional aparece em capítulo separado. Para Moraes e Albuquerque (2019, p. 13), “essa composição, que localiza a EPT no entrelugar da educação básica, da educação superior e do mundo do trabalho”. Neste sentido, os autores recorrem a Kuenzer (1989), traduzindo esta configuração como “dualidade estrutural”.

O Decreto nº 2.208/97 regulamenta a Educação Profissional, porém estabelece o fim dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. E, após sete anos, o Decreto nº 5.154/2004 revogou o Decreto nº 2.208/97, que definia a organização da Educação Profissional, retomando a oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, além de estender a Educação Profissional à pós-graduação (BRASIL, 1997).

No período observado entre 2004 e 2008, o Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004,

redefinia os objetivos e as finalidades dos Cefets¹². A oferta era Educação Tecnológica, dividida em diferentes níveis e modalidades de ensino. A Lei nº 11.741/2008, que alterou a LDB, no que diz respeito à denominação do Capítulo III (Da Educação Profissional) passou a ser denominada “Da Educação Profissional e Tecnológica”, culminando com a Publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A história da educação profissional no Brasil é marcada por transformações em consonância com as do mundo da produção. Neste sentido, a educação sempre esteve condicionada ao modo de produção que se apresenta, registrando-se como um percurso desfavorável àqueles que se encontravam em lugar social subalterno.

Segundo Manfredi (2002), as relações entre escola e trabalho dão-se num contexto histórico de movimentos contraditórios, pois, apesar das grandes transformações no campo da ciência, da tecnologia, nas formas de comunicação, com a emergência de novos requisitos educacionais, o movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, há o aumento de desemprego, aumento do emprego temporário e diversificação de especializações.

Portanto, é importante que a formação profissional e o mundo do trabalho estejam articulados e, neste sentido, os princípios da Educação Profissional e Tecnológica apontam a necessidade de que os cursos estejam articulados com o setor produtivo e o mundo do trabalho, sendo estes elementos que justificam a oferta dos cursos e programas.

Os Institutos Federais, por exemplo, são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem Ensino Médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, além de cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação.

3.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

Tendo em vista as novas exigências do mundo da produção, o grande desafio é formar profissionalmente os trabalhadores. Portanto, superar a racionalidade técnica presente na educação profissional é superar a formação tecnicista e propor uma formação humana integral. Gomes e Batista (2015) argumentam que não se nega que a educação profissional foi criada para o preparo da vida produtiva, no entanto, há de considerar que não se deve educar especificamente para a produtividade, mas, também, para a vida social. Essa dialética deve ser

¹² Dando início à rede federal, que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, Cefets e Institutos Federais. (MANFREDI, 2002, p. 85, grifo nosso).

esclarecida no processo educacional do sujeito. Sendo assim, os autores afirmam que “o posicionamento da educação deve ser dialético no sentido de manter equilíbrio entre a tensão da vida produtiva e a vida social” (GOMES; BATISTA, 2015, p. 63).

A Educação Profissional e Tecnológica apresenta uma trajetória que marca a história da educação profissional representada desde uma política assistencialista de educação profissional até passar a desenvolver uma educação profissional baseada na formação humana integral. Neste sentido, a ideia de uma educação baseada na formação humana integral, que supere dualidades e possibilite aproximações entre mundo produtivo e a vida social, ainda, se configura como um grande desafio para a Educação Profissional e Tecnológica contemporânea.

Para Saviani e Duarte (2010, p. 423), a formação humana integral “coincide, com o processo de promoção humana levado à efeito pela educação”. Portanto, pensar em uma educação de formação humana integral se torna um desafio no sentido da não compreensão sobre o próprio trabalho em sua totalidade. Para Gramsci (1981), é a forma de superar a dualidade da escola, a partir do trabalho como princípio educativo.

Segundo Tonet (2006, p. 14), “se definirmos a formação humana integral como o acesso, por parte do indivíduo, aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, então, formação integral implica emancipação humana.”.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, priorizou a realização da integração do Ensino Médio à Educação Profissional. A proposta de criação dos Institutos Federais, no Brasil, é ofertar educação profissional, científica e tecnológica, comprometida com uma formação cidadã, inclusiva, de modo a contribuir com a formação integral do ser humano (BRASIL, 2008).

Dos objetivos dos Institutos Federais (IFs), no Art. 7º, na Lei supracitada, o inciso I trata sobre “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. E “no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I, do Art. 7. [...]”, Art. 8º, da mesma Lei (BRASIL, 2008).

A política de educação profissional no Brasil sempre se apresentou com caráter dualista. A institucionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica cria os Institutos Federais que passam a ter o desafio de superar a dualidade entre ensino geral e ensino profissional. Nesse sentido, conforme defende Ciavatta (2005, p. 85), cabe: “Superar a redução

da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científica-tecnológica e na sua apropriação histórico-social”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 separava, definitivamente, a Educação Profissional da Educação Básica. O Ensino Médio Integrado é inserido no Decreto 5.154/2004 como uma forma de oferta da Educação Profissional.

O termo formação integrada, segundo Ciavatta:

Participa de um e de outro movimento da sociedade através daqueles que tem o poder de gerar novos fatos ou de gerar novos discursos. [...] As leis são elaboradas como novos discursos que devem impulsionar a sociedade em determinada direção, mas podem ser entendidos de diversas formas. Como muitas vezes tem ocorrido nas legislações educacionais do nosso país (CIAVATTA, 2005, p. 1).

Para Frigotto (2015, p. 92), “Os IFs em sua tessitura presente guardam a natureza de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que mediam essa modalidade de ensino”. Portanto, a construção de uma política do ensino médio integrado foi pensada para superação da dualidade entre formação específica e formação geral e que o foco seja para a pessoa humana. (BRASIL, 2007, p. 6).

Assim, “a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana” (BRASIL, 2007, p. 6).

Neste sentido, a Rede Federal deve ter o compromisso com a formação crítica, humanizada e emancipadora, para que seja possível despertar o senso crítico no sujeito, ampliando, cada vez mais, seu nível de participação na esfera social, ou seja, para alcançar a formação cidadã e qualificação para o trabalho, a educação precisa buscar a formação que visa ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (CONIF, 2018).

Portanto, deve haver um comprometimento de sociedade com essa proposta política, tomando como necessária e adequada à formação da classe trabalhadora na direção de sua autonomia e emancipação.

3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO

No cenário das relações de trabalho e a formação do sujeito, direitos têm sido suprimidos, resultando em estabelecimento do trabalho informal, mudanças na temporalidade ou sazonalidade da empregabilidade são aspectos verificados e, no campo da formação, o

ensino médio vem sendo alvo de desafios diante das relações de poder.

A formação profissional no Brasil apresenta, desde seu início, uma dualidade estrutural, como aponta Kuenzer (2009). Segundo Manfredi (2002, p. 79), “a educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza”, na proposta de se configurar um dos meios de qualificação e de disciplinamento dos setores populares, apartado do ensino secundário e superior.

O desenvolvimento da formação para os trabalhadores foi sendo diversificado e, nestes cenários, havia opção com direcionamentos para o mundo do trabalho. Para a elite, áreas profissionais diferenciadas foram criadas para preparar grupos seletos para o exercício do comando e da direção.

A dualidade estrutural, assim como os sistemas de produção, foi afetada por significativas alterações ao longo da história. As demandas colocadas pelo mundo globalizado fizeram emergir uma nova roupagem, que vincularam os modelos de produção e a educação para o trabalho dentro de uma perspectiva flexível.

No diálogo com Kuenzer, destacam-se suas concepções sobre a dualidade estrutural, configurando-se “como a grande categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: [...]” (2009, p. 29). Funções essas de gerenciamento e outras para atender aos setores secundários e terciários, significando o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar (RAMOS, 2014, p. 84).

Neste sentido, as concepções educativas validam essa dualidade, excluindo-se os pressupostos de formação humana integral, que busca superar essa divisão social do trabalho, garantindo ao jovem, ao trabalhador adulto, o direito a uma educação que o torne capaz de compreender o mundo e nele atuar por meio do trabalho.

Para Ramos (2014), a educação profissional integrada ao ensino médio na perspectiva da formação integrada “busca enfocar o trabalho como princípio educativo, superando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (RAMOS, 2014, p. 85).

A mudança que vem ocorrendo no mundo do trabalho tem exigido, cada vez mais, profissionais especializados, com capacidades, não só técnica, mas de trabalhar em equipe, de ter criatividade e de resolver problemas. Sendo assim, as Instituições da Rede de Educação

Profissional, instituída pela Lei 11.892/2008, é designada a promover e desenvolver formação integral por meio do currículo integrado ao Ensino Médio da Rede EPCT. Ressalta-se que os princípios da educação profissional técnica de nível médio foram aprovados pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. A seguir, destacam-se alguns desses princípios:

I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, [...].

X- articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XIV- reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas [...]

XVIII - fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos, [...] (BRASIL, 2021).

Assim, verifica-se que a relação do Ensino Médio com o mundo do trabalho não pode estar condicionada aos ditames do mercado, mas ser apreendida como um direito social, vinculado a todas as esferas da vida. Ramos (2014), a seguir, retrata sobre o trabalho como princípio educativo:

O trabalho como princípio educativo deve orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana, pois, não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, como as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2014, p. 85).

O trabalho em seu sentido histórico e ontológico é tido como processo de formação do ser humano, [...] e de apreensão da realidade, a fim de adaptá-la a si e a transformá-la (RAMOS p. 84), o qual está intrinsecamente associado à ciência, à tecnologia e à cultura, como dimensões indissociáveis da formação humana integral. Faz-se necessário elaborar projetos educacionais objetivando uma formação humana integral que reconheça nos sujeitos suas potencialidades e necessidades a serem enfrentadas nas múltiplas relações que ocorrem numa sociedade.

Conforme Manfredi (2017, p. 19-20), o termo “trabalho” normalmente vem associado à ideia de emprego, ou seja, de atividade remunerada. As relações entre trabalho e escola, por sua vez, expressam visões ambíguas e idealizadas. “Desde os tempos mais remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades”.

Assim, de acordo com Luck (2013), para enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia, é necessária a promoção efetiva da aprendizagem pelos discentes, e, para isso, “a gestão educacional dos sistemas de ensino e suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estrutura organizada e orientação da ação educacional [...] para garantir o avanço dos processos socioeducacionais” (p. 26).

Portanto, Luck (2013) considera a escola uma organização viva, composta de rede de relações entre os elementos que a compõem, vai exigir uma abordagem de organização sob a ótica de uma gestão coletiva, transparente e democrática da instituição que responda às relações de forças, interesses e particularidades existentes nela, a partir da compreensão e respectiva atuação.

3.4 REFLEXÕES ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O mundo encontra-se em constantes movimentos de transformações na área econômica, política, social e, dentro desse contexto, repleto de desafios a serem superados. A escola, neste processo, também acaba por se deparar com novos desafios. Neste sentido, a organização escolar, sua administração, as relações internas e externas e o ensino são, dentre outros aspectos, afetados pelos reflexos advindos dessas transformações.

Deste modo, o perfil do gestor escolar, portanto, também é alterado, devendo passar de uma postura de poder centralizador para uma concepção de gestão democrática e participativa, que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar. Assim, a gestão democrática implica a efetivação de novo paradigma de organização e gestão, numa perspectiva coletiva e participativa de decisão.

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes de Base de 1996 (LDB), a gestão democrática é o princípio norteador dos sistemas de ensino público no país (BRASIL, 1996). Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática. Na construção do PNE, após a CF/88, foi um importante período histórico e o envolvimento da sociedade na trajetória de construção da gestão democrática em educação. No entanto, tanto no processo de construção do PNE 2001, aprovado pela Lei nº 10.172/2001 e no PNE 2014, aprovada pela Lei 13.005/2014, houve avanços e perdas para a consolidação dos processos democráticos.

Segundo Peroni e Flores (2014),

a naturalização da perda de avanços já havidos no campo da gestão democrática prejudica não apenas a efetivação da gestão democrática nas escolas, mas, também, coloca em risco a construção de um projeto de país mais democrático em todos os sentidos, já que a democracia não passa a existir apenas pela ausência ditadura (PERONI; FLORES, 2014, p. 188).

Portanto, considerando a educação um exercício de cidadania, na qual os indivíduos são capazes de atuar ativa e criticamente na sociedade da qual fazem parte, comprometidos com a prática democrática transformadora, o modelo de gestão também deve acompanhar essa prática, na medida que valorizam as pessoas, as envolvem e as ouvem nos processos organizacionais.

Para Luck (2009, p. 70):

A democracia constitui-se em característica fundamental de sociedades e grupos centrados na prática dos direitos humanos, por reconhecerem não apenas o direito de as pessoas usufruírem dos bens e dos serviços produzidos em seu contexto, mas também, e, sobretudo, seu direito e seu dever de assumirem responsabilidade pela produção e melhoria desses bens e serviços.

De acordo com Libâneo (2015), as escolas têm por principal objetivo a formação científica e cultural dos alunos visando 55repara-los para a vida profissional, cultural e cidadã e, para isso, necessitam de procedimentos e meios organizacionais. Ainda, segundo o autor (2015),

A organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento, às formas de coordenação e gestão do trabalho, ao provimento e utilização dos recursos materiais e financeiros, aos procedimentos administrativos, às formas de relacionamento entre as pessoas (LIBÂNEO, 2015, p.3).

Neste sentido, considera-se que a organização e gestão da escola, além de implicarem no conjunto das relações e interações entre os sujeitos que se manifestam em seus espaços físicos no propósito de alcançar objetivos, são consideradas práticas educativas e, deste modo, a escola se apresenta como espaço de aprendizagem e formação. Nessa direção, a organização escolar é definida por Libâneo (2015) como:

Conjunto de normas, diretrizes, ações, procedimentos, práticas que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros, intelectuais e a coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas, em função de objetivos, ela, também, se constitui como lugar de aprendizagem (LIBÂNEO, 2015, p.4).

No entanto, esses elementos da organização implicam em gestão, que, por sua vez, de acordo com o autor, refere-se aos meios de gerenciar pessoal, tarefas, processo, condições e modos em relação às decisões tomadas em atendimento aos objetivos, levando-se em conta que esses parâmetros perpassam pelas diferentes formas de gestão e dependem da instituição em

relação aos seus objetivos, o significado da participação ou não dos sujeitos nos processos de trabalho e nas decisões institucionais.

Desses modelos de gestão, destacam-se: a centralizada, autoritária, democrática, colegiada, participativa (LIBÂNEO, 2015). Neste sentido, considera-se a gestão democrática e participativa como formas de gestão que coadunam com o propósito da discussão em relação à participação de egressos e egressas na gestão democrática institucional.

De acordo com Luck (2015):

A lógica de gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo de implementação (LUCK, 2015, p. 36).

Contudo, a exigência de um modelo de gestão escolar que possibilite a instituição de cumprir com a sua função social de formar integralmente o cidadão, sendo necessária, pois, uma formação política dos sujeitos, configura o aprendizado democrático como elemento fundamental para a formação humana e cidadã.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possibilitou um novo cenário para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. No entanto, constitui-se como desafio a formação integral dos sujeitos. “O ensino médio integrado, [...] expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (MEC, 2007, p. 41).

De acordo com Kuenzer e Grabowski:

O estabelecimento de formas democráticas que conduzam a uma efetiva gestão da educação profissional implica tomar como ponto de partida a sua concepção e as suas finalidades no âmbito da Educação Nacional. Compreende-se que a gestão estratégica é resultante da integração entre gestão pedagógica e gestão administrativa e que sua função é assegurar as condições necessárias à consecução das finalidades e objetivos da educação profissional; portanto, há que considerá-la como um processo, orientado pelos princípios de gestão democrática que regem as ações institucionais no campo da educação, tal como estabelece a nova LDB (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 16).

Deste modo, a instituição escolar, enquanto instituição pública, deve garantir a participação da comunidade interna e da comunidade local pelos pais de discentes e pelos egressos, para que participem nas tomadas de decisões da escola, uma vez que esta prática contribui para a formação de comportamentos democráticos. Ainda de acordo com estes autores (2006):

Reconhecer que as transformações no mundo do trabalho exigem, mais do que

conhecimentos e habilidades demandados por ocupações específicas, conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas, implica constatar a importância que assumem as formas sistematizadas e continuadas de educação escolar (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 24).

Assim, é preciso considerar também que mudanças ocorridas no mundo do trabalho ocasionam impactos diretamente na educação, implicando em alterações no âmbito da formação profissional e que interferem nas políticas educacionais, redirecionando a dinâmica pedagógica e, conseqüentemente, refletindo na gestão escolar. Deste modo, é preciso que a escola institua espaços de participação que garantam as representações nessas instâncias.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 pela (Lei nº. 10.172/2001), assim como o PNE aprovado em 2014 pela Lei nº 13.005/2014), trazem elementos em suas metas que visam construir uma gestão efetivamente democrática da educação como dimensão a ser fortalecida, o que exigem processos participativos e a busca pelo fortalecimento da autonomia escolar.

De acordo com Paro (2016, p. 35), no sentido de superar condicionantes do autoritarismo, deve-se alertar para a necessidade de a escola se aproximar da comunidade, visto que a falta dessa aproximação, de ouvir o outro acarreta grande parte no fracasso de gestão colegiada e dificulta a participação efetiva. Desse modo, percebe-se que a participação democrática é um processo de construção coletiva e a instituição precisa dispor de mecanismos institucionais que incentivem práticas participativas.

Paro (2016) complementa com a disposição de determinantes mais imediatos do autoritarismo que impedem a participação da comunidade na gestão escolar, sendo necessário enfrentá-los. O mesmo afirma que sem a transformação da prática, não há sociedade que se transforme. Os determinantes foram classificados conforme Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Determinantes imediatos do autoritarismo

Condicionantes imediatos do autoritarismo que impedem a participação	
Condicionantes político-sociais: os interesses dos grupos	Referem-se à diversidade de interesses dos grupos que se relacionam no interior da escola. Para a consecução dos objetivos, faltam recursos de toda a ordem e os esforços despendidos para remediar as insuficiências concorrem com o esforço que poderia ser empregado para mudar as relações de autoritárias.
Condicionantes institucionais	Considerados os que mais dificultam as relações democráticas na escola pública numa sociedade autoritária, é organizada com vistas a relações verticais de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais, de cooperação e solidárias entre as pessoas.
Condicionantes materiais da participação	Péssimas condições de trabalho; desmotivação dos professores, diretor com problemas de segurança; deterioração do prédio, entre outros, são relacionados às condições objetivas de trabalho, que são precárias, dificultando estabelecer relações dialógicas, solidárias, cooperativas.
Condicionantes ideológicos	Referem-se a todas as concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada indivíduo, que movem práticas e comportamento violadores da autonomia do outro.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Paro (2016, p. 24-36).

É importante considerar a necessidade de esses condicionantes serem avaliados pelos gestores, a fim de que busquem identificar as fragilidades e estratégias de superação junto às comunidades interna e externa diante do modelo de gestão que está sendo desenvolvido.

3.4.1 Concepção de uma gestão democrática-participativa

As transformações no âmbito educacional decorridas das reformas surgidas na década de 1990 em relação à gestão democrática perpassam por modelos de governos autoritários e democráticos. Considerando a democracia como fundamento legal da Educação, a gestão democrática da escola pública foi consolidada pela constituição Federal de 1988, e está presente na LDB 9394/96, estabelecido em seu Art.14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O modelo de gestão centralizada deixou resquícios que dificultam as ações no ambiente escolar divergindo com a concepção atual da gestão democrática. A gestão democrática da educação está relacionada aos mecanismos legais e institucionais e a ações que promovem a participação dos sujeitos no planejamento, na construção de políticas educacionais na tomada de decisão, na definição do uso de recurso e investimentos, nos períodos de avaliação

da escola, entre outros. Neste sentido, Moura (2009 *apud* PPPI IFPE, 2012), considera que:

A gestão democrática não pode ser pensada a partir da vontade de alguma instituição ou instância administrativa, quer seja ela estadual, federal ou municipal, uma vez que é um princípio do ensino público consagrado na Constituição Brasileira. Se temos o direito à gestão democrática, não podemos esperar que a materialização desse direito seja da vontade individual de um dirigente: ela é conquistada no dia a dia, é algo que vem sendo colocado na sociedade brasileira há algum tempo (MOURA, 2009 *apud* IFPE, 2012, p. 48)

O autor esclarece que não é apenas a eleição que garante uma gestão democrática: “esta é um elemento necessário, mas não é uma garantia de direitos” (Idem). Democracia pressupõe um conflito no campo das ideias, que vai gerar um diálogo (2009 *apud* IFPE, 2012, p. 48-49). Nesse sentido, entende-se que para a implantação de uma gestão democrática é preciso um movimento constante de ação–reflexão–ação.

Numa concepção de gestão democrática-participativa, o processo de tomada de decisões se dá coletivamente e com participação. A direção pode estar centrada no indivíduo ou no coletivo, sendo possível uma direção individualizada ou uma direção coletiva ou participativa. Esse modelo de gestão tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios. Para Pacheco (2015), a autonomia, apesar de pressupor liberdade de agir, há certa relatividade em relação a outrem, e caracteriza esta relatividade na autonomia dos Institutos federais como descreve:

A autonomia surge explicitamente em relação à sua natureza jurídica de autarquia e à prerrogativa de criação e extinção de cursos e emissão de diplomas. Porém, pode também ser inferida de sua equiparação com as universidades federais naquilo que diz respeito à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Aponta igualmente para a possibilidade de auto estruturação, necessária ao exercício da autonomia, o fato da proposta orçamentária anual ser identificada para cada campus e a reitoria [...]. (PACHECO, 2015, p. 25).

Para Libâneo (2018), a autonomia é contrária às formas autoritárias de tomada de decisão, logo, para ele, só se realiza autonomia concretamente nas instituições, por meio da participação. O conceito de participação para Libâneo (2018),

Se fundamenta no de autonomia. Participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. Tem um sentido mais forte de prática da democracia, de experimentar formas não autoritárias do poder, de intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos (LIBÂNEO, 2018, p. 89).

Ao tratar sobre participação, Luck (2017) apresenta as formas de participação em conformidade com o Quadro 4 ilustrado a seguir.

Quadro 4 - Formas de participação na instituição de ensino (continua)

Formas de Participação	Expressões da falsa participação	Prática participativa
Participação como presença	Pode evidenciar uma falsa participação na medida em que apenas a presença física é considerada participante. Essa participação pode ocorrer por obrigatoriedade, eventualidade, concessão e não por intensão ou vontade própria, com atuação passiva, não atuam conscientemente para construir a realidade de que fazem parte.	É considerado participante quem pertence a um grupo ou organização, independentemente da atuação. Seja de associação de pais e mestres, de conselhos escolares. Considera que o termo em si pressupõe, além de fazer parte da ação efetiva de contribuição para o desenvolvimento da organização.
Participação como expressão verbal e discussão	Deve ficar atento, pois a participação pode ser limitada, com simples verbalização de opiniões sem promover o avanço num processo compartilhado de entendimento. As decisões podem ser apresentadas apenas para serem referendadas. As discussões se encerram nelas mesmas.	O uso da liberdade de expressão é considerado como espaço de expressão da democracia, logo, se pressupõe ter participação. A efetiva interação participativa, pressupõe a interação de pontos de vistas, de ideias e de concepções. Isto é, só se torna efetiva essa discussão quando associada a um esforço de diálogo efetivo que permite a compreensão abrangente da realidade e das pessoas em sua construção.
Participação como representação política. É necessário um aprofundamento sistemático de estudos desse processo, com finalidade de verificar os efeitos sobre a escola, no sentido de melhorar a qualidade do ensino e promover maior envolvimento e comprometimento da comunidade escolar com a qualidade.	Pode ser considerada como uma falsa democracia, pois participar (através do voto) não significa simplesmente delegar a alguém poderes para agir em seu nome, desresponsabilizando-se pelo apoio e acompanhamento ao seu trabalho. A eleição por si só não garante uma vivência democrática participativa na escola.	A representação é considerada como forma significativa de participação. Refere-se às ideias, valores, expectativas, direitos, manifestados e levados em consideração por um representante acolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim. É necessária em grupos sociais grandes que não permitam a participação direta de todos, e se efetiva por organizações formais, como conselhos escolares, associações de pais e mestres, grêmios estudantis constituídos por representantes escolhidos através do voto. A democratização desassociada de uma prática de participação plena restringe-se a simples substituição de pessoas no poder ou legitimação de sua permanência.

Quadro 3 - Formas de participação na instituição de ensino (conclusão)

Formas de Participação	Expressões da falsa participação	Prática participativa
Participação como tomada de decisão	Frequentes agendamentos de reuniões associadas à preocupação com a solução de problemas definidos anteriormente pelo dirigente da escola. Segmentos da comunidade deixam de ser envolvidos e sem questionamentos e o compromisso de ações transformadoras, pode-se sugerir que a tomada de decisão fica circunscritas e limitada apenas a questões operacionais, ao que fazer. Identifica-se que essa prática participativa, gera uma falsa democracia.	Participar implica compartilhar poder, compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento de desafios de promoção de avanços. É necessário fazer questionamentos para saber qual o papel de todos, de cada um na vida da escola, qual o significado pedagógico e social das soluções apontadas na decisão, que outros caminhos poderiam ser adotados. Levar em consideração as questões em si é condição fundamental para que as pessoas envolvidas se apropriem das ideias orientadoras das ações e, ao realizarem-na, o façam a partir da compreensão a respeito do que as ações representariam e quais implicações quanto ao seu impacto sobre os processos sociais e educacionais da escola.
Participação como engajamento	Expressões de poder na escola, a separação entre tomada de decisão e ação, entre o pensar e o fazer, produz fragmentação e resultados negativos no processo pedagógico e na cultura escolar, de que resulta virem todos a pagar o preço desse resultado, dentre os quais, a baixa efetividade, desperdício de oportunidade de desenvolvimento de competência profissional e institucional e autonomia.	Essa prática envolve o estar presente, o oferecer ideias e opiniões, o expressar o pensamento, o analisar forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Luck (2017)

Observam-se, de acordo com Luck (2017), as variadas formas de participação que se apresentam no contexto educacional, participando individual ou conjuntamente. No entanto, essas formas de participação e suas expressões nem sempre têm envolvimento efetivo. Nota-se, porém, que as expressões variam de acordo com participações apenas com presença física, cujo comportamento é passivo até a forma mais elevada, com plena da participação não só pela presença, mas com prática conjunta que supera a passividade e alienação. Assim, o sentido efetivo da participação se expressa pela prática exercida e seus resultados. Portanto, Luck (2020, p. 48) retrata o papel do gestor nesse processo, conforme a autora (2020) e sobre as referidas responsabilidades:

[...] responsabilidade política, mediante sensibilidade e bom senso, que lhe permita discernir a relevância e a amplitude da repercussão da tomada de decisão para a escola como uma coletividade, para a qualidade de seu processo educacional e para o sentido da autonomia e desenvolvimento de seus

profissionais (LUCK, 2017, p. 48).

Daí decorre afirmar a importância de se criar um clima favorável e de incentivo para que todos os segmentos da escola se envolvam. Neste sentido, a escola converge para uma cultura organizacional participativa dos elementos indissociáveis das práticas de organização e gestão, é a cultura organizacional, segundo Libâneo (2018). A gestão participativa, segundo Luck *et al.* (2012):

Envolve, além de professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico. Que em escolas democraticamente administradas, são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões [...] (LUCK *et al.*, 2012, p. 17).

Assim, para Libâneo (2018, p. 92), a cultura organizacional se traduz em um “conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir de uma organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”.

Libâneo (2018) complementa que as próprias práticas e situações escolares estão impregnadas de uma cultura:

O sentido da cultura organizacional é o de que a própria organização escolar é uma cultura, que o modo de funcionar da escola, tanto nas relações que se estabelecem no dia a dia quanto nas salas de aula, é construído pelos seus próprios membros, com base no significado que dão ao seu trabalho, aos objetivos, às decisões que são tomadas (LIBÂNEO, 2018 p. 93).

Isto significa dizer que cada instituição de ensino possui uma identidade, sua dinâmica, e sua especificidade. Assim, Luck (2010), sobre a cultura organizacional envolver os próprios segmentos nas discussões relativas à escola, enfatiza que:

Compete aos gestores não apenas conhecer as características da cultura organizacional de sua escola, mas, sobretudo, fazê-lo participativamente, envolvendo os membros da comunidade escolar nesse processo. Essa metodologia funciona como uma estratégia importantíssima de gestão democrática e de transformação evolutiva da cultura organizacional, que se aprofunda e se expande, se renova e se fortalece (LUCK, 2010, p. 60)

De acordo com Gracindo (2012), no Brasil, formação do gestor estava relacionada com a prática administrativa que ocorria na escola, o currículo moldava-se a sua atuação, portanto, “a formação tinha um caráter eminentemente técnico, descolado das ações políticas e pedagógicas que são o cerne de sua ação” (GRACINDO, 2012, p.141).

Neste sentido, o autor defende uma concepção de formação que contemple aspectos não só técnico, mas principalmente político, pedagógico, considerando, portanto, as suas experiências e as de outros gestores. Assim, afirmam Luck *et al.* (2012) que os gestores devem adquirir conhecimentos específicos e experiências e que numa gestão escolar participativa

“dedicam uma quantidade considerável de tempo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de um sistema de acompanhamento escolar” (p. 18).

No âmbito da formação do gestor escolar, Aguiar (2000 *apud* QUINQUIOLO; QUINQUIOLO, 2019) apresenta a configuração da formação específica do gestor em três níveis:

Um primeiro nível voltado para a discussão dos marcos teóricos que clarifiquem: i) o entendimento das políticas educacionais no contexto sócio-político-cultural que as engendram, bem como de seus desdobramentos nos diversos níveis e instâncias do poder público, visando à instrumentalização para uma intervenção no plano político, pedagógico e curricular; ii) o entendimento da escola como uma construção histórica e sociocultural e, portanto, em permanente mudança; iii) o entendimento dos parâmetros que orientam os processos de gestão educacional, considerando as relações entre o mundo do trabalho, da cultura e as relações sociais.

O segundo nível contemplaria o desenvolvimento da capacidade de interlocução com os diferentes atores do campo educacional, na construção de processos pedagógicos nas instituições educativas ou nos movimentos sociais, pautados pela ética e pelo compromisso com a democratização das relações sociais [...].

O terceiro nível possibilitaria o se aproximar da discussão teórica sobre o planejamento e a gestão dos sistemas de ensino, com vistas à compreensão e apropriação de instrumentais metodológicos e tecnológicos passíveis de serem utilizados nas instituições escolares [...] (AGUIAR, 2000, p. 207-208 *apud* QUINQUIOLO; QUINQUIOLO, 2019).

Portanto, compreende-se que, para atuar como um gestor escolar, a formação é requisito para que se possa desenvolver uma boa atuação. Deve permanentemente atualizar conhecimentos pedagógicos, políticos, técnicos e de experiências, em prol de uma boa liderança e desempenho das suas funções de gestor.

Ainda sobre a formação de gestores escolares, afirma Luck (2009):

[...] passa a ser uma necessidade e um desafio para os sistemas de ensino. Sabe-se que, em geral, a formação básica dos dirigentes escolares não se assenta sobre essa área específica de atuação e que, mesmo quando a têm, ela tende a ser genérica e conceitual, uma vez que esta é, em geral, a característica dos cursos superiores na área social (LUCK, 2009, p. 25).

Deste modo, um modelo de gestão ciente do seu papel perante a escola deve, junto com os seus colaboradores, compartilhar responsabilidades, no sentido do que Luck (2009) designa de coliderança. No processo de gestão, devem ser incluídos ativamente todos, de modo a se efetivar a gestão democrática, pois a finalidade é a promoção da aprendizagem e a formação dos discentes.

3.4.2 Contribuições de Paulo Freire à gestão democrática

O princípio da democracia escolar é parte de um processo de rupturas com as formas burocráticas, centralizadoras, impositivas e autoritárias vivenciadas em seu cotidiano. Para Paulo Freire (2001, p. 16), “a escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria existência”.

Enfatiza, ainda, que a prática educativa é política, a qual designou de politicidade da educação, não permitindo que esta seja neutra, pois para a prática ser neutra, não deveriam existir divergências (FREIRE, 2001, p. 28). Deste modo, defende-se que a educação não é isenta de ideologias, e, neste sentido, torna-se um ato de politizar com vistas à transformação por meio da participação política e democrática.

Para Freire, a educação desenvolve o sentido da cidadania e da democracia, haja vista que o autor não possui dúvidas que “uma das tarefas em cujo cumprimento a educação pode ajudar é a de fazer mais consistente o nosso processo democrático” (FREIRE, 2001, p. 126).

A gestão educacional, nesse horizonte educacional e político, pautada na transformação e formação dos sujeitos, deverá primar para que as práticas democráticas se expandam e a cidadania seja materializada para todas as pessoas (FREIRE, 2001).

Segundo Costa e Paulo (2021, p. 718), em seus estudos sobre as concepções freireanas, Paulo Freire defende a proposta de um “educador concebe a democracia participativa como um processo político-pedagógico que deve ser experienciada através de práticas e teorias libertadoras”.

Freire (1959) é convicto de que a democracia pode ser experimentada, vivenciada e aprendida:

Cada vez mais nos convencíamos ontem e nos convencemos hoje, de que o homem brasileiro tem de ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Vivendo essa responsabilidade. Participando. Atuando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola de seu filho. Nos destinos de seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhar ingerência na vida de seu bairro. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes. Assim, não há dúvida, iria o homem brasileiro aprendendo democracia mais rapidamente (FREIRE, 1959, p. 13).

E, de acordo com Freire (1959), o diálogo era o elemento fundante para a construção da democracia, conforme descreve:

A nossa experiência, por isso, que era democrática, tinha de se fundar no diálogo, uma das matrizes em que nasce a própria democracia. Diálogo da

instituição com o operário, seu cliente, através de clubes recreativos e educacionais. Dialogação que representava uma cada vez maior participação do operário na vida da instituição a que se ligava e com que sobretudo aprenderia a ver a coisa pública através de outras perspectivas (FREIRE, 1959, p. 14).

Para Paulo Freire, o processo de mudar a cara da escola significa a gestão democrática possibilitar abertura do espaço escolar em que envolve os sujeitos no processo dialógico na construção de um projeto de escola (FREIRE, 2001b). Nessa direção, entende-se que a participação em Paulo Freire é princípio da democracia, ao asseverar que:

Não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam e escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças (2006, p. 75).

Neste sentido, afirma Paulo Freire: “participar é bem mais do que, em certos fins de semana, ‘oferecer’ aos pais a oportunidade de, reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado” (FREIRE, 2006, p. 127).

O autor enfatiza que “não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser” (FREIRE, 2003a, p. 191).

Diante disso, percebe-se nas diretrizes apontadas por Paulo Freire a importância de estímulo ao diálogo, à participação e à construção coletivas de decisões e ideias que potencializem os espaços educacionais e, por sua vez, o acompanhamento de medidas de transformação do indivíduo por meio da formação ofertada pelas Instituições, tendo o mesmo como partícipe do processo.

3.5 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EPT

A história das políticas públicas de educação, no Brasil, especificamente, direcionadas ao ensino médio e à educação profissional, demonstra que as propostas de formação sempre foram pensadas em atendimento aos interesses da classe dominantes, tendo em seus representantes os principais articuladores dos textos legais, objetos da referida política. A ideia sempre foi uma educação dualista, cuja formação intelectual era direcionada aos ricos, à classe trabalhadora e aos seus filhos, uma formação para a força de trabalho, acrítica, pragmática, fragmentada, conformada as suas condições de trabalho e existências subalternas ao sistema

produtivo e, humanamente, indignas. Neste sentido, afirma Kuenzer (2010, p. 253):

[...] por força do capitalismo e de políticas não materializadas, aumentaram a inclusão nas diversas modalidades de educação para os que vivem do trabalho com precarização dos processos educativos [...], inclusão subordinada às cadeias produtivas.

O conceito de política educacional, considerando-a como parte da política pública, de acordo com Azevedo (2004, p. 59-60), é compreendido da seguinte forma: “Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado”.

Partindo desses expostos e seguindo a mesma lógica de pertencimento, podemos considerar que “política de acompanhamento de egressos” é parte de “políticas educacionais”, que é parte de “políticas públicas”, portanto, adaptam-se aos conceitos aqui trabalhados, substituindo “Estado” por “Instituição” e “Sociedade” por “Conjunto dos agentes institucionais”, implicando considerar que “Sendo a política de acompanhamento de egressos parte do conjunto da política educacional, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que o conjunto dos agentes institucionais constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação da Instituição” (AZEVEDO, 2004, p. 59-90).

Segundo Kuenzer (2010, p. 253), ao analisar alguns programas e políticas da educação profissional, entre o período de 1995-2005, por exemplo, identificou-se que as mesmas foram pautadas no discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional, mas que não tiveram efeitos. Além desses elementos, oferece-se destaque ao aumento da precarização das ofertas educativas, em virtude da “força do capitalismo e de políticas não materializadas”.

No que concerne às políticas que tratam sobre os egressos, percebe-se a carência de estudos no âmbito dos cursos técnicos integrados, tanto nas instituições formadoras, bem como de legislações específicas no delineamento de políticas públicas nessa área.

Os órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU)¹³, começaram

¹³ O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade (<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>).

a oferecer destaque, em suas relatorias, acerca do acompanhamento de egressos e egressas, conforme destaque a seguir:

A questão de acompanhamento de egressas e egressos dos IFs e sua inserção profissional ganhou atenção da auditoria. Foram detectadas ações bastante incipientes, praticamente se limitando à inserção do corpo discente através de estágios, com bom reconhecimento por parte do corpo discente e dos professores. No ensino superior, mesmo este tipo de ação apareceu com pouca efetividade (BRASIL, 2013).

O documento supracitado trouxe, ainda, contundência ao oferecer destaques à ausência de dados, referências e iniciativas contemplativas do acompanhamento de egressas e egressos, conforme é destaque, a saber:

[...] o acompanhamento de egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida pelos Institutos Federais às demandas do setor produtivo. Essas informações são necessárias para justificar a continuidade ou alteração dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes dos cursos já existentes e para dar suporte à criação de novos cursos (BRASIL, 2013).

Por parte de alguns institutos foi justificado que a falta de cultura institucional era um fator importante para a não implantação de programas voltados para o tema. De forma parecida com relação à evasão, não existia acompanhamento mais sistemático das egressas e egressos, “(...) ficando a critério de cada *campus* a implementação de medidas que visem à identificação da situação de empregabilidade dos alunos que concluíram os cursos” (TCU, 2012, p. 42).

No Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de 2009-2013 e de 2014 a 2018, o termo egresso é encontrado nos referidos documentos, sendo tratado nas secções e subsecções: metas; composição de órgão deliberativo; dimensão e ação da extensão; autoavaliação institucional dos cursos superiores e, ainda, como requisito para composição de Plano Pedagógico de Curso.

De acordo com o Brasil (2006), as políticas de atendimento aos estudantes estão relacionadas às demandas da sociedade e dos egressos. É necessário, portanto, o acompanhamento destas políticas a partir de ações destinadas à criação de um sistema que viabilize o acompanhamento de egressos, capaz de armazenar os dados, mas que também seja utilizada como instrumento de gestão na instituição de ensino da educação profissional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, por exemplo, avalia as instituições de educação superior, os cursos e do desempenho dos estudantes. É um instrumento de políticas públicas. Dentre suas

dimensões de avaliação, há as políticas de atendimento aos estudantes e egressos. Sobre o roteiro do processo de avaliação institucional, o Sinaes (2004, p. 120) determina elementos para a constituição de indicadores que visam: “Identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da instituição”.

Em se tratando de política de avaliação institucional, considerando a experiência do Sinaes e considerando ainda os relatórios da CGU sobre egressos, acredita-se tornar-se viável, a partir da análise de tais experiências, o desenvolvimento de uma política de acompanhamento de egressos aplicada aos cursos de formação técnica de nível médio.

3.6 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E EGRESSAS

Os estudos sobre egressos, de acordo com Paul (2015), são recentes, com registros iniciais encontrados nas primeiras décadas do século XX, e que, só a partir dos anos de 1960, o tema passou a ser pesquisado com mais profundidade pelos norte-americanos e os franceses a partir de 1970. Também afirma que as pesquisas visavam obter informações acerca da inserção e da trajetória dos jovens no mercado de trabalho. De acordo com o autor (2015):

No Brasil, embora algumas pesquisas tenham sido realizadas na década de 1980, os estudos de egressos continuam esporádicos, pouco utilizados e com insuficiências metodológicas que podem estar associadas à falta de observação das experiências internacionais (PAUL, 2015, p. 309).

Assim, também é corroborado por Andriola (2014, p. 207) de que “raros são os estudos visando o acompanhamento de egressos de cursos de graduação, realizados pelas IES brasileiras”. Segundo o autor, tem-se uma escassez de pesquisas que norteiam o tema e mesmo sendo pouco explorados, os estudos sobre o acompanhamento de egressos são mais voltados aos cursos superiores. A pesquisa integrativa trazida nesta pesquisa comprova essa afirmação.

E, de acordo com Nishimura (2015), essa concentração se verifica pelo fato de o acompanhamento de egressos ser uma das dimensões da avaliação pelo Sinaes.

Contudo, a avaliação aplicada pelo Sinaes visa ao credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior, não sendo, portanto, aplicada em relação aos cursos técnicos por não existir política de avaliação voltada para esse nível de ensino, mesmo ocorrendo na mesma instituição que oferta cursos superiores, como é o caso dos Institutos Federais, e, portanto, também reflete em pouca exploração de pesquisas com egressos nesse nível, se comparadas aos de cursos superiores.

Salienta-se ainda que nos estudos com egressos, observa-se que diante dos aspectos que são abordados nas pesquisas, a participação do egresso na vida institucional não tem sido

explorada, pois são considerados aqueles relacionados à luz dos critérios de avaliação institucional das instituições de nível superior com base nos critérios exigidos pelo Sinaes, a partir do seguinte indicador: Política Institucional de Acompanhamento de Egressos para credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, conforme disposto nos Quadros 5 e 6, respectivamente. Com isso, serão destacados apenas os critérios de análises relacionados ao conceito máximo do indicador, com base no MEC (2017).

Quadro 5 - Indicador política de acompanhamento do egresso (credenciamento)

Conceito	Critério de Análise (credenciamento)
5	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, prevê estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e propõe outras ações inovadoras.

Fonte: MEC (2017, p. 17)

Quadro 6 - Indicador política de acompanhamento do egresso (recredenciamento)

Conceito	Critério de Análise (recredenciamento)
5	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

Fonte: MEC (2017, p. 18)

Os quadros acima apontam para uma política de acompanhamento de egressos que delimita apenas a atuação da instituição na busca de dados do egresso, tendo sido excluídos em anos anteriores critérios que tratavam da relação entre instituição e egressos e a participação destes nos espaços institucionais. Com base não só nesses critérios de análises mencionados para os egressos, outros merecem ser verificados em avaliações internas, por exemplo, como a participação de egressos na vida institucional. Do mesmo modo, as instituições, especificamente os institutos federais, devem construir sua política de acompanhamento de egressos abrangendo todos os níveis de ensino, o que inclui avaliação institucional com a participação da comunidade egressa.

Portanto, a busca pela informação em relação aos resultados da educação profissional no país, especificamente dos institutos federais em relação aos profissionais que ela forma, ou seja, os seus egressos, indica a necessidade de uma política específica que contemple todos os seus cursos.

No âmbito nacional, há uma pesquisa que se destaca em relação aos cursos técnicos da educação profissional, realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Setec/MEC, denominada de Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do período de 2003-2007, e traz como objetivo

a empregabilidade dos egressos, formação continuada e a avaliação pelos egressos quanto à formação técnica recebida. O levantamento das informações foi realizado junto a 153 (cento e cinquenta e três) instituições, gerando um banco de dados significativo com mais de 72 (setenta e dois mil egressos) registros.

De acordo com a pesquisa, as dificuldades apontadas referem-se ao nível de desatualização dos dados referentes aos telefones dos egressos e ausência de procedimentos de atualização cadastral dos alunos, por parte de algumas das instituições. E, portanto, no relatório gerado, aponta-se a importância da interação com os egressos, da integração destes com o mundo do trabalho, a partir da integração da instituição de ensino e empresas.

Nota-se que o relacionamento com os egressos é essencial para que estes mantenham o interesse na interação e no retorno que a instituição de ensino necessita para avaliar os resultados a que se propõe em sua missão, por meio de seus formandos, mas, também, deve considerar neste relacionamento a importância da participação efetiva deste segmento na instituição, em conformidade com o preceito da formação humana.

Reforça-se que nas pesquisas com egressos, vários são os aspectos abordados, mas quando se trata sobre a participação do egresso na vida institucional, não tem sido discutido nas pesquisas, mesmo este indicador fazendo parte do escopo de avaliação do Sinaes, limitando-se ao relacionamento com o egresso no sentido da possibilidade de obter retorno das informações à instituição por meio de questionário, mas não da participação efetiva nos espaços que caberiam ouvi-los e oportunizá-los a se desenvolverem, colaborarem, por exemplo.

Diante do destaque supracitado, importa dizer que a pesquisa, ao tratar sobre a importância do relacionamento entre instituição e egressos, não deve se limitar à preocupação em relação ao retorno das avaliações institucionais internas enviadas aos egressos, mas de desenvolver uma interação de parceria, na qual ambos os lados sejam beneficiados. No entanto, essa construção deve anteceder à conclusão de curso dos discentes, pois, ao se tornarem egressos, essa parceria já esteja garantida. Para isso, as instituições precisam propor e implementar sua política de acompanhamento de egressos, priorizando o relacionamento com egressos, a partir da institucionalização da participação deste segmento nos espaços da instituição como contrapartida da parceria.

3.7 LEGISLAÇÕES SOBRE EGRESSOS NO ÂMBITO NACIONAL

Estão relacionadas ao acompanhamento de egressos a legislação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, na qual a educação é concebida como direito [...] e o

incentivo da sociedade tendo, entre outras funções, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, no artigo 9º, preconiza-se que a União é responsável pela coleta, análise e disseminação de informações sobre a educação, assim como por assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior. Embora a LDB não trate sobre o Acompanhamento de Egressos, tratam em seu art. 2º, e no art. 43 – I, sobre o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e como objetivo da educação superior: “[...] diplomar profissionais aptos para a inserção em setores profissionais”.

Em âmbito nacional, o acompanhamento de egressos já era mencionado na Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997, na qual preconizava em seu art. 9º o seguinte texto:

As instituições federais de educação tecnológica implantarão, em articulação com a SEMTEC e com os órgãos de desenvolvimento econômico e social dos Estados e Municípios, mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, objetivando:

I - identificação de novos perfis de profissionais demandados pelos setores produtivos;

II - adequação da oferta de cursos às demandas dos setores produtivos.
Parágrafo único. Os mecanismos permanentes deverão incluir sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais.

Essa portaria foi revogada pela Portaria nº 2.736, de 30 de setembro de 2003. No entanto, a exigência sobre o acompanhamento de egressos nas instituições de ensino foi mantida. Como é visto no PDI - Guia de conhecimentos para as instituições federais de ensino, no capítulo dedicado às Políticas de Atendimento aos Discentes, o elemento do PDI é direcionado ao Acompanhamento de egressos, tendo a seguinte descrição, conforme Santa’Ana *et al.* (2017, p. 83), “descrição de programas, mecanismos e/ou sistemas utilizados pela IES para estabelecer relação com os egressos”.

Salienta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional é uma ferramenta que auxilia as instituições de ensino em seu planejamento, bem como em sua avaliação institucional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi o primeiro sistema avaliativo que incluiu em seus indicadores a preocupação com o destino dos egressos (BRASIL, 2004). Dentre os itens do instrumento de avaliação, nota-se a preocupação com o acompanhamento dos egressos. Ao tratar de avaliação de cursos e da instituição de ensino, um dos critérios de análise é o indicador 3.7, que versa especificamente sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos (BRASIL,

2017).

Apesar de o Sinaes prever avaliação para os cursos em instituição de nível superior, o Tribunal de Contas da União - TCU¹⁴, que atua na rede federal, faz o monitoramento e fiscalização sobre diversos indicadores de gestão, dentre eles o acompanhamento de empregabilidade de alunos egressos. Salienta-se que o monitoramento tem por objetivo verificar o atendimento às deliberações do TCU, bem como os seus benefícios efetivos.

Quanto aos cursos técnicos, não há legislação específica de avaliação para este nível de ensino.

¹⁴ TC 035.881/2019-4 de 22 de março de 2021, com o objetivo de monitorar as deliberações contidas no Acórdão AC-0612-09/21-P -TCU-Plenário, que trata de auditoria operacional na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de relatório de Levantamento cujo objeto é conhecer e avaliar os indicadores de gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

4 O CAMINHO METODOLÓGICO

Segundo Gil (2008), a pesquisa é um processo formal e sistemático do método científico, com objetivo de descobrir respostas empregando procedimentos científicos. Para este autor, a pesquisa social busca a obtenção de novos conhecimentos na realidade social que se apresenta, realidade esta relacionada à pessoa humana nas suas múltiplas interações. Trivinõs (1987, p. 93) corrobora ao afirmar que: “a prática cotidiana e as vivências dos problemas no desempenho profissional diário ajudam, de forma importantíssima, a alcançar a clareza necessária ao investigador na delimitação e resolução do problema”.

4.1 DIFICULTADORES PARA A COLETA DE DADOS

As dificuldades encontradas para a coleta de dados no estudo com egressos podem ser verificadas nos relatos de diversas pesquisas. Neste estudo, as situações que agregaram as maiores dificuldades à coleta de dados foram: falta de um mecanismo de banco de dados de egressos na Instituição, a realização de entrevista via plataforma digital com baixa qualidade de conexão e quedas de internet nas residências dos entrevistados, além das restrições de compartilhamento de dados, determinadas pela nova legislação de proteção de dados (LGPD), que veta o compartilhamento de dados que não tenham sido autorizados individualmente pelos sujeitos.

A falta de um banco de dados de egressos na instituição implica nas dificuldades em localizar e contatar os egressos, seja pela falta de um mecanismo seja pela desatualização das informações, e também pelo impacto quanto às restrições de compartilhamento de dados determinadas pela nova legislação de proteção de dados (LGPD).

Apesar de o IFPE possuir um sistema de gestão de acadêmica, denominado de Q-Acadêmico, este não dispõe em seu módulo de Controle de Registro Escolar o gerenciamento de acompanhamento de egressos.

Portanto, uma das limitações do estudo é quanto ao acesso aos dados de contato de egressos, visto que a norma brasileira, a Lei nº 13.709/2018, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) regulamenta o uso de dados de pessoas físicas pelas empresas.

Neste sentido, os(as) egressos(as) aqui pesquisados(as) foram articulados(as) por meio de contato em redes sociais, por contato eletrônico e por contato telefônico, com participação voluntária e estimulada, os quais contribuíram para que esta pesquisa alcançasse o seu propósito. Tal limitação se remete à compreensão da necessidade de a instituição de ensino, no

caso específico do IFPE, dialogar com outras instâncias e verificar que estratégia adotar, sem que haja prejuízos para a instituição, ou para os pesquisadores e sujeitos da pesquisa, visto que a instituição é campo de pesquisa.

Além disso, outro desafio para se fazer pesquisa com a temática de egressos é a ausência de uma política institucionalizada de acompanhamento de egressos já implementada, que impacta sobre a operacionalização da coleta de dados.

Nesta pesquisa, as entrevistas narrativas foram realizadas via plataforma digital. Foi outro desafio. Em virtude do contexto de Pandemia da COVID-19, a opção pela entrevista via plataforma digital foi uma estratégia pertinente e prevista pela legislação quanto à pesquisa com humanos. Então, a necessidade de distanciamento entre a pesquisadora e o pesquisado foi prevista. No entanto, as dificuldades quanto à baixa qualidade da conexão na internet de alguns entrevistados exigiram a adoção de outras estratégias complementares, como a utilização do uso de áudios simultâneos, conforme é justificado ainda neste capítulo.

Tal estratégia foi conduzida com simultaneidade para garantir as características de uma entrevista, sem prejuízo da qualidade. Portanto, utilizou-se, nos momentos de queda de rede de internet do entrevistado, o recurso de áudios simultâneos, via *WhatsApp*, de modo síncrono, que permitiu a composição final das entrevistas juntamente com as gravações obtidas da plataforma *Google Meet*.

Em relação aos procedimentos que envolvem contato através de meio virtual ou telefônicos com os participantes de pesquisa, o Ofício Circular CONEP/SECNS/MS nº 2, de 24 de fevereiro de 2021, “orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação a procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual”.

A virtualidade, neste sentido, permite aos pesquisadores adaptarem métodos, a fim de captarem melhores evidências. Embora desvantagens possam ser significativas em relação, por exemplo, à baixa adesão, ou seja, ter o menor índice de participação. Por outro lado, as vantagens como baixo custo, deslocamento, logística, garantia de mais velocidade, e também facilidade de responder *e-mails*, são vantagens operacionais feitas pela internet e que garantem liberdade para os participantes se expressarem.

4.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O tema sobre o acompanhamento de egressos e egressas tem carência de aprofundamento. O recorte da pesquisa requer uma abordagem qualitativa, para cujo método optou-se pelas histórias de vidas, a fim de compreender em que medida a participação de egressos e egressas se manifesta numa instituição de educação profissional, tomando como parâmetro a gestão democrática.

Os pesquisadores qualitativos, segundo Gibbs (2009, p. 9), estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que dê espaço as suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados. Trivínos (1987) afirma que é indispensável ao pesquisador a clareza dos dados que procurará, a partir do fenômeno que pensa estudar.

O pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações (TRIVINÓS, 1987, p.138).

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, que, segundo Gibbs (2009, p. 8) visa abordar “o mundo e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais de diversas maneiras diferentes”. É do tipo descritiva, na qual a realidade é aprofundada e leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo (TRIVINÓS, 1987; GIBBS, 2009).

A escolha do campo de pesquisa foi o IFPE, levando em conta os seguintes critérios: ser instituição de ensino que oferta educação profissional e tecnológica, dispor de dezessete unidades que atualmente o constitui e faz parte da experiência da pesquisadora. O *campus* Recife e o *campus* Ipojuca são recortes desta pesquisa pela possibilidade do acesso aos perfis delimitados para os participantes.

Tomaram-se como amostra egressos e egressas da unidade do *campus* Recife e do *campus* Ipojuca, a partir de informações estratificadas de uma egressa do curso técnico Integrado em Mecânica; um egresso do curso Tecnológico de Turismo, no mesmo *campus*, e o de Licenciatura em Química, pertencente ao *campus* Ipojuca, estes últimos com experiência e representatividade em colegiado e fórum.

A caracterização amostral da pesquisa foi dimensionada da seguinte maneira: os sujeitos da pesquisa compreenderam um total de três egressos, de gêneros distintos, entre os cursos técnicos e superiores. Em princípio, estimaram-se egressos concluídos entre os anos de 2016 e 2019, pois se levava em consideração que o documento regulamentar de

acompanhamento de egresso/egressa foi aprovado no ano de 2015, mas, diante das dificuldades de articulação com este segmento, eis que um dos sujeitos egressos havia concluído em 2014. Neste sentido, optou-se por desconsiderar o período de término do curso. Também são sujeitos desta pesquisa cinco gestores do *campus*. Totalizam-se oito sujeitos que possuem maioria.

A técnica de coleta tomou os parâmetros da pesquisa narrativa, por meio de entrevistas narrativas (EN), para que os participantes revelassem aspectos do campo experiencial, até então desconhecidos da realidade social e que pudessem, enfim, contribuir com a realidade investigada, sobretudo, no tocante às falas individuais relacionadas à participação destes sujeitos no espaço institucional, na perspectiva da gestão democrática.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, procedeu-se à pesquisa documental. Segundo Gil (2008, p. 51), “este procedimento comporta os materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Enquanto os dados primários referem-se aos que não sofreram tratamento, a exemplo de documentos oficiais, os secundários receberam algum tratamento, como, por exemplo, os relatórios.

Outro procedimento técnico é a entrevista que, para Gibbs (2009), é a maior fonte narrativa. A questão requer uma busca de resposta a partir da investigação baseada na metodologia de histórias de vida, narradas oralmente pelos egressos e egressas dos cursos técnicos integrados, escolhidos para compor o campo de pesquisa. Segundo Gil (2008, p. 115), “a preparação do roteiro depende da definição do tipo de entrevista a ser adotado. Numa entrevista informal, basta definir os tópicos de interesse, ficando o seu desenvolvimento por conta das habilidades do entrevistador”.

E, por fim, também foi adotado o procedimento técnico com questionário do tipo semiaberto, com múltiplas escolhas, direcionado aos gestores institucionais, especificados na caracterização amostral.

Gil (2008, p. 121) define questionário como a técnica de investigação que é composta “por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.”.

Salienta-se que são autoaplicados e consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. O pesquisador deve levar em consideração os conteúdos, escolhas das questões, formulações das perguntas, número e ordem das questões entre outros cuidados, a fim de atingir o objetivo da pesquisa.

Sobre a coleta e análise dos dados, para Gibbs (2008), na pesquisa qualitativa, não há

separação entre dados e análise de dados. Ao iniciar a coleta dos dados qualitativos, deve-se iniciar o tratamento analítico dos dados para tornar a análise mais clara, compreensiva e confiável.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo desvendar respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos e explicar os fenômenos sociais, a partir da análise das experiências de indivíduos ou grupos, que podem estar relacionadas às histórias biográficas, práticas do cotidiano ou profissional, e sua análise pode ser tratada a partir de conhecimento, relatos e histórias do dia a dia (TRIVINÕS, 1987; GIBBS, 2009).

As histórias de vida têm como objeto de pesquisa o sujeito, a partir da sua narrativa, portanto, baseada na singularidade, e são utilizadas como um recurso metodológico relevante. Inicialmente, esse método foi utilizado pela antropologia e sociologia e tem como característica o uso de dados biográficos, sendo que os entrevistados são as fontes da informação. Há um contato intenso e direto entre o entrevistado e entrevistador, e o objetivo é entender, do ponto de vista do narrador, qual seu ponto de vista sobre algo. O movimento analítico envolveu a análise narrativa.

Para Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 92), “a estrutura de uma narração é semelhante à estrutura da orientação para a ação: um contexto é dado; os acontecimentos são sequenciais e terminam em um determinado ponto”.

A pesquisa, para Marconi e Lakatos (2007, p. 157), “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para a coleta de dados, Gibbs (2009, p. 17) afirma que “os dados qualitativos são essencialmente significativos [...], incluem praticamente qualquer forma de comunicação humana escrita, auditiva ou visual; por comportamento, simbolismos ou artefatos culturais”. É a etapa em que os instrumentos de pesquisa já elaborados e as técnicas selecionadas serão aplicados para a coleta dos dados previstos (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Para esta etapa da pesquisa, considerou-se o contexto da Pandemia no País. Os procedimentos de coletas de dados para pesquisa documental, entrevistas e questionários ocorreram de modo virtual. Neste sentido, foram seguidas as recomendações de restrições de aproximação e as recomendações de distanciamento pelo órgão Mundial de Saúde (OMS), como também as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (BRASIL, 2021).

No contexto desta investigação, a pesquisa documental compreendeu a estruturação de um *corpus* documental, composto por atos normativos de caráter geral ou institucional, que

regulam e orientam ações voltadas à política de acompanhamento de egressos. Desta forma, foram consultadas legislações e normativas da instituição por vias de sua página na *internet*, bem como consulta aos documentos expedidos por outros órgãos. A pesquisa bibliográfica é básica e obrigatória em qualquer modalidade de pesquisa. De forma geral, qualquer informação publicada (impressa ou eletrônica) é passível de se tornar uma fonte de consulta.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreita semelhança com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes. Na pesquisa bibliográfica, os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores e já na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos público e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins etc.).

Em caso de necessidade de complementação de informações no âmbito da pesquisa documental que não estiverem disponíveis no sítio da instituição pesquisada, poderá ocorrer presencialmente, visita ao campo de pesquisa, considerando a situação da Pandemia na região onde a pesquisa ocorrerá e preservando os cuidados necessários de acordo com as recomendações dos órgãos de saúde.

Em relação às entrevistas e aplicação dos questionários, considerando o atual contexto da Pandemia, e com base nas orientações para procedimentos em pesquisas no ambiente virtual, (BRASIL, 2021), foi adotada a plataforma virtual de *internet Google Meet* para a realização das entrevistas narrativas individuais, com temática especificada e semiestruturadas, aplicada, individualmente, aos egressos e egressas dos cursos Técnicos e Superiores do IFPE, por meio de chamada de vídeo em ambiente virtual. Os questionários semiabertos foram do tipo eletrônico, enviados aos *e-mails* dos gestores do IFPE.

A compreensão sobre a importância de se elaborar a entrevista, bem como o modo como a aplicará, exige do pesquisador certa habilidade para que não se perca no envolvimento do calor da entrevista, assim como na etapa da observação na qual requer riquezas de detalhes. É importante que o pesquisador faça o relato da entrevista o mais próximo possível de sua ocorrência, para que não perca detalhes importantes.

A proposta nesta pesquisa foi de entrevista narrativa, que, segundo Jovchelovitch e Bauer (2002):

É classificada como um método de pesquisa qualitativa [...]. Ela é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia da entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas

(JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 95).

Assim, a organização de uma entrevista narrativa deve levar em consideração a proposta elaborada por Jovchelovitch e Bauer (2002), que estabelece quatro fases e suas regras para o processamento da entrevista narrativa: iniciação, narração, questionamento e termina com a fase da fala conclusiva, como descrito a seguir no Quadro 7.

Quadro 7 – Fases principais da entrevista narrativa

Fases da entrevista narrativa	Regras para entrevista narrativa
Preparação	Exploração de campo Formulação de questões exmanentes
1- Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais (opcional)
2- Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização (“coda”)
3- Fase de perguntas	Somente “Que aconteceu e”tão?” Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do “ipo “por”quê?” Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4- Fala conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do “ipo “por”quê?” Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

Fonte: Jovchelovich e Bauer (2002)

Os autores consideram que o tópico central da pesquisa ou “autogerador da história” devem impulsionar a narração. Assim, algumas regras são estabelecidas, como: fazer parte da experiência do sujeito; ser significativa para a vida pessoal e social do pesquisado; o tópico inicial deve ser amplo para que desenvolva uma história e desencadeiem acontecimentos passados até a situação atual; não fazer referências específicas como datas, nome e lugares, mas deixar que o pesquisado, de certo modo, os aborde (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Na pesquisa narrativa, a elaboração das perguntas de interesse do entrevistador chamadas de exmanentes deve, sempre que possível, ser traduzida em perguntas na linguagem do participante pesquisado, chamadas de imanentes. Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 98), “as perguntas se referem tanto aos acontecimentos mencionados na história quanto a tópicos do projeto de pesquisa”.

Quanto à técnica de análise dos dados, foram utilizados os procedimentos de Análise de narrativas, atendendo ao que preceitua sua orientação teórica, contemplando os passos descritos dos autores Bauer e Gaskell (2002):

A análise de entrevistas narrativas é uma técnica para gerar histórias; ela é aberta quanta aos procedimentos analíticos que seguem a coleta de dados. A seguir, apresentaremos brevemente três diferentes procedimentos que podem

ajudar aos pesquisadores na análise das histórias coletadas durante a entrevista narrativa: a análise temática, a proposta do próprio Schiitze e a análise estruturalista (BAUER; GASKELL, 2002, p. 105).

De acordo com os autores, as unidades de textos (texto qualitativo) vão sendo reduzidas em paráfrases e, em seguida, em palavras-chave devendo repetir o procedimento em, pelo menos, de duas a três rodadas. As reduções operam com generalização e condensação de sentido. Abaixo, são apresentadas no Quadro 8 as colunas com as etapas: 1- coluna transcrição, 2- coluna primeira redução, 3- coluna apenas palavras-chave.

Quadro 8 - Passos para analisar narrativas

Transcrição	Redução (1ª redução) X3	Palavra-chave
1- Passagens inteiras ou parágrafos	Sentenças sintéticas	Algumas palavras-chave

Fonte: Proposta de Bauer e Gaskell (2002)

4.3 ÉTICA NA PESQUISA

Dada a importância de tratar sobre a ética nas pesquisas que envolvem seres humanos, normas foram definidas, conforme traz a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, que “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais”, que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, “reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades”.

Neste sentido, Gibbs (2009) afirma que a prática ética contribui para a qualidade da análise, mas que não deixa de ter seu dano e benefício:

Todas as pesquisas causam algum dano ou impõem um custo. No mínimo, são baseadas na boa vontade das pessoas para concederem acesso a suas vidas e tempo para as entrevistas. Felizmente, a boa pesquisa também pode trazer alguns benefícios. Pode ampliar nossa compreensão de forma benéfica para as pessoas e a sociedade e, particularmente, pode gerar mudanças na prática e no comportamento que sejam vantajosas para todos. A chave para a ética na pesquisa é minimizar o dano ou custo e maximizar o benefício (GIBBS, 2009, p. 129).

Portanto, o autor indica equilibrar o resultado para possibilitar o benefício e evitar o rompimento da confiabilidade. Neste sentido, um aspecto importante é garantir a anonimização para, conseqüentemente, garantir confiabilidade e privacidade. Também se deve considerar a transcrição como outro aspecto relevante, garantindo ser o mais fiel ao que foi narrado pelo informante.

Nesta pesquisa, pode haver riscos de dano em relação ao vazamento das informações, riscos de desgaste emocional ou mesmo ser estressante, ter constrangimento ao responder a entrevista e questionário. De ordem logística, ao desviar os servidores de suas atividades laborais, rotineiras, houve, porém, para a minimização do risco de vazamento, somente a pesquisadora possui acesso às respostas dos questionários. Além de que os transtornos de ordem psicológica foram minimizados pelo fato de a pesquisadora não estar presente fisicamente no momento da aplicação do questionário e entrevista, não podendo exercer nenhum tipo de influência; e, quanto aos de logísticas, foram minimizados pelo fato de o formulário ser enviado eletronicamente e, por isso, o participante poderia escolher a data e horário que melhor o atendesse.

Em se tratando de riscos, diante do cenário atual da Pandemia, ocasionados pela COVID-19, quanto à coleta de dados abertos e fechados, esta foi captada de forma *on-line*, anteriormente acordada e orientada com os participantes. A entrega dos questionários se deu por meio digital. As entrevistas foram realizadas em ambientes virtuais, com possibilidade de videogravação, previamente permitida e reforçada no momento da sua realização. Tais decisões foram tomadas na tentativa de que se pudesse evitar o contato entre os respondentes e o autor da pesquisa e o risco de contaminação.

Para mitigar os riscos inerentes ao desconforto de participação dos pesquisados envolvidos, eles foram cientificados que haveria sigilo das informações e os dados seria tratados e analisados por meio de técnicas específicas. Os dados obtidos na pesquisa foram utilizados exclusivamente com finalidades científicas, conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa da pesquisa não serão divulgados a terceiros.

A pesquisa poderá ser satisfatória ao pesquisado por participar e colaborar com a pesquisa. De acordo com Gibbs (2009, p. 28), a pesquisa pode ter alguns benefícios, pois “pode ampliar nossa compreensão de forma benéfica para as pessoas e a sociedade e, particularmente, pode gerar mudanças na prática e no comportamento que sejam vantajosas para todos”. E, ainda, que o pesquisador deve fornecer “informações sobre a pesquisa que sejam relevantes às decisões dos informantes de ajudá-lo e o faça em linguagem que eles conheçam” (GIBBS, 2009, p. 130). Deste modo, é importante que haja o consentimento por escrito.

Considerando a importância do consentimento, esta pesquisa dispôs do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos, com base na Resolução nº 510 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), documento que visa assegurar os direitos do participante, como também de que não há nenhum tipo de penalização ou prejuízo em caso de não aceitação em participar ou retirar sua autorização em qualquer momento da pesquisa.

Ressalta-se que os participantes desta pesquisa tinham plena liberdade em recusar-se a participar do estudo e que esta decisão não acarretaria penalidades por parte dos pesquisadores. Ademais, os participantes tinham o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento sem necessidade de explicação ou justificativa. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos e/ou publicações científicas, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos participantes.

Por fim, esta pesquisa visou contribuir com uma proposta de produto educacional que responda às lacunas identificadas.

4.4 CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS SUJEITOS E CURSOS

Realizou-se um estudo com dois perfis de sujeitos: gestores institucionais e egressos e egressa do IFPE, sendo uma egressa oriunda do curso técnico integrado e um egresso de curso superior tecnólogo em Turismo, ambos do *campus* Recife (CR), e também um egresso do curso superior da Licenciatura em Química, oriundo do *campus* Ipojuca. E por haver dificuldades de localização dos sujeitos deste segmento, optou-se por contatar os representantes de egressos que estavam disponíveis na página da instituição¹⁵.

As dificuldades de articulação com os egressos na instituição, devido a não haver mecanismos específicos que gerenciem os cadastros de egressos e a determinação da lei geral de proteção de dados dos indivíduos (LGPD), implicam na necessidade de novas posturas na instituição, das quais o não compartilhamento de dados dos discentes seja uma delas, já que por este meio poderia ser possível o contato com os concluintes¹⁶, a partir do sistema do Q-Acadêmico, que mantém os dados dos discentes tão logo a primeira matrícula seja realizada.

Neste contexto, buscaram-se estratégias para articulação de egressos a partir de critérios como aqueles que tivessem sido representantes em algum colegiado, o que foi possível identificar a partir dos egressos em colegiados como Consup e Fórum das Licenciaturas, uma vez que são informações públicas, disponíveis no site da instituição, em lista com nomes dos membros eleitos (Consup) e indicados (Fórum das Licenciaturas), e quais segmentos representavam. Coincidiu-se de ter um deles na rede social *Instagram* da pesquisadora, tendo em vista sua participação em momentos institucionais e eventos junto à reitoria. Outro egresso

¹⁵ <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior> e <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/foruns>

¹⁶ No sistema Q-Acadêmico do IFPE, o termo egresso não é aplicado como filtro para levantamentos dos concluintes. Embora exista um módulo de egresso, este não tem essa função e não se encontra em funcionamento.

foi contatado após o nome ter sido localizado em rede social como o *LinkedIn* e logo articulado a partir de *e-mail*. Ambos os egressos aceitaram participar da pesquisa. Em relação aos demais contatos das listas dos membros dos biênios do Consup, por exemplo, foram feitas buscas para localização e contato, mas não houve sucesso.

Outro critério utilizado para seleção de egressos(as) foi localizar perfis que não tivessem tido experiência em colegiados, fóruns. Deste modo, foi necessário ir presencialmente ao *campus* Recife para solicitar algum meio de facilitar a localização destes egressos com esse perfil. Foi então, por meio das áreas de estágios e egressos¹⁷, que se observou um arquivo com modelo de formulário preenchido pelos concluintes, na ocasião em que desejavam solicitar o diploma.

A seleção para iniciar os contatos por *e-mail* foi o curso ser integrado, já que dos cursos superiores já tinham participantes para a pesquisa. De modo aleatório, foram selecionados(as) egressos(as) que pertenciam aos cursos técnicos integrados selecionados, conforme se apresenta, no Quadro 11, que consta a Relação dos Cursos do Ensino Médio Integrado do *campus* Recife e envio de *e-mail* a alguns deles, tendo apenas uma egressa retornado o *e-mail*, aceitando participar da pesquisa. Todo este processo, e devido ao tempo que vinha sendo levado nessas buscas, resultou na amostragem de três egressos para esta pesquisa.

Após várias tentativas de buscas por meio de redes sociais, o contato foi realizado pelo site da instituição, localizando-se dois egressos com experiência em colegiado do Consup e em Fórum das Licenciaturas, além de uma egressa sem experiência em colegiado institucional, resultando, assim, em três representantes da comunidade egressa.

Selecionou-se a amostra com três estratos. O primeiro estrato refere-se à escolha dos gestores. Buscou-se os que tinham responsabilidades ou função direta ou indiretamente ligada aos egressos dos cursos no *campus*, conforme Quadro 9 a seguir

Quadro 9 - Instância e área dos gestores/as do *campus* Recife

Campus Recife	Instância/área	Quantidade gestores representantes por área
	Direção Geral	1
	Divisão de Extensão	1
	Coordenadores de cursos	2
	Área Estágios e Egressos	1
	Total	5

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

¹⁷ As áreas de estágios e egressos no *campus* Recife estão vinculadas à Divisão de Extensão (Diex)

Com isso, a partir do organograma institucional e do Regulamento de Acompanhamento de Egressos da instituição, foram identificadas as seguintes áreas: direção geral do *campus*, divisão de extensão, setor de estágios e egressos e coordenação de cursos. Para os gestores, foi aplicado o questionário eletrônico que compreendia quatro dimensões: perfil de identificação/vinculação/acadêmico dos participantes; política de acompanhamento de egressos; ações e estratégias referentes aos egressos e egressas; e, por fim, sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional.

Para o segundo estrato, a escolha dos cursos foi mediante o critério por sorteio de dois deles, entre os cursos técnicos integrados ao ensino médio, ofertados pelo *campus* Recife, conforme Quadro 10.

Quadro 4 - Relação dos cursos do Ensino Médio Integrado do *campus* Recife (CR)

IFPE - CR			
CURSOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO - EMI	Técnico em Eletrotécnica	CURSOS SELECIONADOS (por sorteio)	MECÂNICA
	Técnico em Mecânica		
	Técnico em Segurança do trabalho		
	Técnico em Química		QUÍMICA
	Técnico em Saneamento		
	Técnico em Eletrônica		
	Técnico em Edificações		
	Técnico em Refrigeração e Climatização – Proeja Integrado		
TOTAL	8	TOTAL	2

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no Sistec¹⁸

Por fim, o terceiro estrato foi o de seleção de egressos e egressas do Ensino médio Integrado e de cursos superiores, a partir dos seguintes critérios: de gêneros diferentes; egressos(as) que tivessem sido representantes ou que ainda atuassem em algum colegiado na instituição e outros que não tivessem sido representantes de nenhum colegiado na instituição.

A escolha dos (as) representantes foi realizada a partir de buscas no site da instituição, percorrendo pela página referente ao Ensino, localizou-se a aba dos Fóruns, tendo apenas disponível o *link* do Fórum das licenciaturas, no qual constava a lista dos membros e, dentre eles, o nome do representante dos egressos. Desconsideraram-se o nível de ensino e a

¹⁸ <https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/> Acesso em: 01 de abril de 2022.

modalidade dos cursos destes egressos pela dificuldade de contato.

Foram realizadas várias tentativas de localização por redes sociais de contatos com egressos. No caso da busca de contato dos egressos representantes nas eleições do Consup, das listas constantes na página da instituição, apenas um egresso localizado por redes sociais respondeu ao contato, aceitando participar da pesquisa. Do mesmo modo, também foi procedido o contato com o egresso representante no Fórum das Licenciaturas, e ambos confirmaram o interesse em participar da pesquisa. A partir daí, outros meios de comunicação foram disponibilizados para que se estabelecesse o necessário diálogo.

Para o alcance dos outros dois contatos de egressos(as), que não tivessem sido representantes em algum colegiado, foram realizadas várias tentativas de buscas por nomes, disponibilizados pelo sistema E-Sic¹⁹, trâmite realizado por orientação da instância de ensino da instituição, como meio de acessar às informações. No entanto, após mais de 25 dias no aguardo da listagem, esta foi disponibilizada, mas apenas com a identificação dos cursos, do ano e entrada de ingresso e número de matrículas dos egressos e egressas de todos os cursos do *campus*, sendo justificado seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que não permite divulgar informações pessoais que não sejam autorizadas pelo próprio indivíduo. Este procedimento dificultou o acesso, tendo sido necessária visita ao campo de pesquisa, que disponibilizou acesso a um espaço no setor, em que continha, em pastas de concluintes dos últimos dois anos, formulário específico para o egresso(a). Enfim, as informações coletadas eram referentes aos cursos selecionados previamente, o ano de conclusão e o *e-mail* de contato dos egressos. Foram selecionados, então, dentre os critérios 12 egressos para articulação.

Deste modo, foram escolhidos aleatoriamente alguns nomes para os primeiros contatos por *e-mail*. No entanto, depois de realizados vários contatos, apenas uma egressa retornou ao e-mail, e deu o aceite para participar da entrevista, resultando, então, em um total de três egressos que concordaram em participar da entrevista narrativa, conforme informações dispostas no Quadro 11 ilustrado a seguir:

Quadro 5 - Perfil de egressos e egressas da instituição

Egresso ou Egressa*	Campus Origem	Nível de ensino do Curso	Ano de egresso	Representante em órgão Colegiado
E1	CI	Superior	2018	Membro do Fórum das Licenciaturas
E2	CR	EMI	2021	Não representante
E3	CR	Superior	2014	Membro reconduzido Consup

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Legenda: *ordem de entrevista realizada

¹⁹ <https://www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx> e <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

Considerando a importância em relação aos critérios de escolha dos participantes da pesquisa, pois a seleção inadequada dos participantes e a baixa participação destes poderiam afetar os resultados do experimento, é importante, também, considerar a construção dos instrumentos de coleta de dados a serem aplicados.

Neste sentido, objetivando que os instrumentos de coleta de dados sejam eficientes, foi elaborado o pré-teste, versão preliminar do questionário. Segundo Gil (2008),

[...] um pré-teste de um instrumento de coleta de dados tem por objetivo, assegurar-lhe validade e precisão. Todavia, o pré-teste deve assegurar que o questionário esteja bem elaborado, sobretudo no referente: a) clareza e precisão dos termos; b) forma de questões; c) desmembramento das questões; d) ordem das questões; e e) introdução do questionário (GIL, 2008, p. 134).

O pré-teste é fundamental para que uma pesquisa seja realizada sem grandes dificuldades pelo pesquisadores e compreendida pelos participantes, aumentando a sua eficiência e a eficácia. Deste modo, o pré-teste evita que tempo seja desperdiçado devido a um questionário mal estruturado e que não atinge os objetivos propostos.

4.5 DESCREVENDO O MOVIMENTO NO CAMPO EMPÍRICO: aplicação do pré-teste e do questionário definitivo

Estudos sobre o acompanhamento de egressos são relevantes na medida em que, por meio dele, se torna possível viabilizar ações e estratégias, fomentando a tomada de decisão frente aos ajustes de metas e objetivos propostos no plano de Desenvolvimento Institucional e planejamento institucional. A fim de favorecer tal objetivo, é fundamental que existam instrumentos adequados que permitam o diagnóstico sobre a qualidade dos serviços prestados à sociedade, mediante uma perspectiva de gestão institucional que garanta a participação dos segmentos que compõem a comunidade interna e externa da instituição, incluindo-se a participação da comunidade egressa.

Alimentar o diálogo permanente a partir dos mais variados recursos é primoroso para que se possam obter informações que não de contribuir para as partes envolvidas e retroalimentar o processo de formação. Percebe-se que, no Brasil, contudo, estes instrumentos estão voltados apenas para os cursos superiores. Ao se analisarem as publicações nacionais, observa-se uma carência de estudos e indicadores que tenham como objetivo avaliar a participação de egressos do nível médio integrado à EPT, na vida institucional. Ao se tratar do Ensino Superior, tem-se o Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior (Sinaes), como uma de suas dimensões, contemplando-se o indicador que envolve pesquisa com egressos e

egressas, e que trata sobre a participação destes na vida institucional. Desse modo, pode-se afirmar que não se dispõe de um sistema nacional de avaliação da educação profissional, a exemplo do que ocorre com os cursos superiores e os do Ensino Médio, Enad e Enem, respectivamente.

Na tentativa de suprir a carência de instrumentos que incluam investigar a participação de egressos e egressas na vida institucional na educação profissional técnica e tecnológica, como indicador importante para uma gestão institucional, numa perspectiva democrática, tem-se optado pela construção de um instrumento de coleta de dados que possa sinalizar alternativas de superar essa lacuna e subsidiar a gestão de egressos e egressas, a partir de proposta de política institucional que oportunize a participação desse segmento na vida institucional, principalmente, em se tratando dos cursos técnicos de nível médio.

Os procedimentos iniciais de criação do questionário para os gestores sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional teve sua primeira versão baseada nas leituras e construção iniciais da fundamentação teórica, ainda enquanto proposta de projeto de pesquisa. Na medida em que a literatura foi sendo aprofundada, chegou-se a uma segunda versão do instrumento de coleta de dados com ajustes e inclusões de questões, definindo posteriormente a versão final aprovada.

O questionário foi respondido e avaliado por gestores que têm relação com a temática nos *campi*, mas não pertencem ao *campus* que será pesquisado previsto neste estudo. O pré-teste foi aplicado em dois momentos (ver em apêndices C e E): o primeiro dirigido a dois avaliadores com perfis de gestores de *campi* diferentes e, após análise das suas sugestões, foi criada a terceira versão. O segundo e último momento do pré-teste foi aplicado a um avaliador, também gestor pertencente a outro *campus*. Nesta etapa, não houve proposição de alteração e a versão final aprovada, conforme Apêndice E, e formatada para aplicação dos gestores previamente definidos.

O processo de escolha dos gestores para o pré-teste se deu mediante sorteio dentre os *campi* que ofertam curso técnico de ensino médio integrado. Destes, houve a previsão de sortear três *campi* para o pré-teste, cada um com a representação de um gestor, resultando em três dentre os perfis de gestores pré-estabelecidos na pesquisa (Diretor/a geral do *campus*; Coordenador/a de Curso; Coordenador/a de Pesquisa e Extensão e Coordenador/a do setor de Estágios e Egressos do *campus*). A finalidade da participação era avaliar o questionário em relação às abordagens sugeridas, podendo o participante tecer comentários sobre as questões e propor sugestões. Os resultados confirmaram a validade de conteúdo e verificação da coerência.

Após a aprovação e definição final do questionário eletrônico, o mesmo foi aplicado

aos 5 (cinco) gestores do *campus* Recife, que têm suas áreas relacionadas com a temática de egressos e de egressas. O referido instrumento é composto por 32 (trinta e dois) itens divididos em 4 (quatro) eixos. No primeiro eixo, verificou-se o perfil do participante da pesquisa; no segundo eixo, sobre a política de acompanhamento de egressos na instituição; no terceiro eixo, tratou-se sobre a identificação das ações e as estratégias utilizadas para o acompanhamento de egressos e egressas no *campus*; e, por fim, no quarto eixo, buscou-se identificar as opiniões e sugestões dos gestores sobre a participação de egressos nos espaços institucionais.

A seguir, será apresentado no Quadro 12, as contribuições extraídas da avaliação do pré-teste 1.

Quadro 6 - Contribuições extraídas da avaliação de gestores no pré-teste 1

	Sugestões ao Questionário Pré-Teste 1- para Gestores	Resultados
Questões sugeridas no Pré-teste 1	GAV1 I- Existe alguma relação de capacitação, aperfeiçoamento direcionado ou trabalho com empresas conveniadas no campus do IFPE?	Questão não acatada
	GAV1 II- Alguns alunos têm esta capacitação para que possam ser melhor empregados em determinadas empresas e constituir assim um nível de empregabilidade dentro da área de estudo?	Questão não acatada.
	GAV2 I- Alterar no formulário a pergunta do cargo para ser sobre a função de quem está respondendo.	Questão Inserida no item 1.4
	GAV2 II- Incluir no questionário a visão dos <i>campi</i> sobre a integração com o setor ou setores da reitoria que atuem com os egressos.	Questão não acatada
	GAV2 III- Incluir no questionário a possibilidade de se obter a visão de quem está respondendo sobre a integração dos setores que deveriam atuar com os egressos e como isso poderia acontecer.	Questão não acatada
Avaliação pré-teste 2	GAV3 - Aprovado	Não houve comentários ou sugestões

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Legenda: *GAV – Gestor/a Avaliador/a

Salienta-se que as questões I e II foram sugeridas pelo gestor avaliador 1 (GAV 1), enquanto as questões II e III foram sugeridas pelo gestor avaliador 2 (GAV 2). Estas não foram incluídas no questionário por tratarem de temáticas que não teriam impactos sobre o que se busca no estudo. O GAV1 busca tratar sobre capacitação dos egressos pela instituição ou por vias das

empresas, enquanto o GAV2 levanta questões sobre a integração entre os setores para tratar sobre o egresso. Salienta-se que tais questões, apesar de serem importantes e vinculadas à temática de egressos, estariam tratando de aspectos que, para os objetivos da pesquisa, não suscitariam reflexões que atendessem ao que se propõe com o questionário, que visa identificar aspectos preliminares em relação à política de Acompanhamento de egressos.

A questão que coube ser incluída, de fato, trouxe clareza na abordagem em relação ao cargo e função referentes aos gestores, pois o cargo está relacionado com a nomeação recebida quando contratado pela instituição (docente e técnico administrativo), enquanto a função é designada.

5 ANÁLISE DOS DADOS: dialogando com os dados da pesquisa

A pesquisa nos documentos institucionais e de legislação nacional que abordassem o acompanhamento dos egressos do IFPE foi empreendida em decorrência da existência de documento que imprime a Política de acompanhamento de Egressos institucional. Consistiu em um levantamento descritivo de documentos acerca do acompanhamento de egressos.

5.1 RECORTES DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A partir da mudança de paradigma de uma gestão centralizada para uma gestão democrática, a participação dos segmentos interno e externo, e, em específico, da comunidade egressa, terá papel relevante junto à instituição de ensino. Portanto, analisar como os documentos institucionais e atos legais tratam sobre a participação dos egressos e das egressas na vida institucional, na perspectiva da gestão democrática, poderá revelar em que medida essa participação é consolidada.

Os recortes acerca dos documentos são apresentados por meio de quadros demonstrativos, relacionados ao tema pesquisado. Nos quadros entre 14 e 15, estão sistematizadas as informações que se referem às legislações nacionais. Os documentos internos, publicados e sistematizados pelo IFPE, estarão expostos nos quadros entre 16 e 25.

Considera-se relevante destacar que os documentos produzidos no âmbito nacional e institucional serão apresentados em quadros mais adiante. Trata-se dos documentos que abordam a temática do acompanhamento de egressos. Foram elencadas nos documentos as principais características, a função e contribuições relacionadas à temática.

A pesquisa documental em pauta adotou como referência, para o processo de seleção dos documentos, aqueles que imprimem à Política de Acompanhamento de Egressos institucional seu caráter regulatório, a qual definiu as relações desenvolvidas entre esses estudantes e a instituição, com a qual manterão vínculo, ainda, por cinco anos. Também se consistiu em um levantamento descritivo de documentos acerca do referido acompanhamento, oferecendo destaque aos recortes textuais, que tratam da participação de egressos e egressas na vida institucional, tomando-se como parâmetro a gestão democrática.

Nesse sentido, os documentos selecionados para análise foram os seguintes: a) Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (2009-2013 e 2014-2018), b) Projeto Político Pedagógico Institucional (2012), c) Estatuto do IFPE (2009), d) Regimento Geral do IFPE (2012), e) Comissão Própria de Avaliação do IFPE (2018-2020), f) Regulamento de

Acompanhamento de Egressos do IFPE (2015), g) Documento do Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do IFPE (2014), h) Fórum dos cursos de Licenciaturas (2012), i) Fórum dos Cursos Tecnológicos e Bacharelados (2014), j) Regulamento geral dos grupos de pesquisa do IFPE (2021), l) Sistema de Avaliação da Educação Superior (2014), m) Relatório de Gestão (2016 e 2017), n) Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de EPT (2003-2007), o) Relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2011-2012).

A partir da análise dos referidos documentos, foram levantadas as principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos e egressas que denotaram espaços de participação na vida institucional do IFPE.

Nesse início de conversa sobre os documentos, cabe uma breve abordagem sobre as Avaliações Institucionais, em razão dos aspectos contemplativos da participação de egressos e egressas na vida institucional. Em âmbito nacional, cita-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)²⁰, que representou um marco na história da avaliação da educação superior brasileira e atua de forma integrada, estabelecendo conexões da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. A partir do estabelecimento dessa política, foram criadas as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), com a função de coordenar os processos demandados pela Avaliação interna ou autoavaliação. Apesar de o Sinaes estar voltado à avaliação institucional dos cursos superiores, contém indicadores que tratam sobre o acompanhamento de egressos como um dos seus critérios, vislumbrando, também, os impactos da formação quanto à gestão institucional e qualidade dos cursos. Dentre as dimensões estabelecidas para avaliação externa e interna, encontram-se dois indicadores que guardam aproximação com o objeto de estudo desse trabalho, são eles: a Política de Acompanhamento de Egressos, e a Educação Continuada voltada para o Egresso (SINAES, 2006), como indicados na Figura 6.

²⁰ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sinaes>

Figura 6 - Estrutura parcial da matriz das dimensões da avaliação externa de instituições de educação superior

9 Políticas de atendimento aos estudantes	9.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente	9.1.1. Programas de apoio ao discente 9.1.2. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos
	9.2. Condições Institucionais para os discentes	9.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos 9.2.2. Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente 9.2.3. Bolsas acadêmicas 9.2.4. Apoio e incentivo à organização dos estudantes
	9.3. Egressos	9.3.1. Política de acompanhamento do egresso 9.3.2. Programas de educação continuada voltados para o egresso

Fonte: Extraída do Sinaes (2006, p. 42) - Disponível em: <https://inep.gov.br>

Quanto à avaliação interna, esta segue as orientações do Roteiro de autoavaliação institucional (SINAES, 2004), que integra o processo e objetiva sua implementação. Neste sentido, as dimensões são traduzidas em três núcleos, sendo a temática sobre Egressos integrante do Núcleo Básico dessa política contemplativa de tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna de todas as IES, no qual abordam questões relativas à inserção profissional de egressos, destacando-se, também, a participação dos egressos na vida da IES.

No que se refere à participação desse segmento estudantil na vida institucional, Martins e Lousada (2005, p. 76) explicitam ser “o egresso um ponto expressivo de referência para a avaliação do ensino da Universidade, visto estar ele colocando em prática, profissionalmente, o aprendizado que lhe foi proposto na IES”. Deste modo, acredita-se que o acompanhamento contínuo de egressos seja estratégico para que a IES acesse informações sobre diversos aspectos dos seus cursos, assim como sobre a própria instituição.

Outro documento que se destaca no âmbito nacional refere-se à Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007), realizada pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, com objetivo de analisar a formação técnica de nível médio oferecida pelas instituições da Rede Federal de EPT, no que concerne a três aspectos, a saber: continuidade dos estudos após a conclusão do curso técnico, a empregabilidade dos egressos e a avaliação pelos egressos quanto à formação técnica recebida (BRASIL 2009). No documento, é considerado que “o resultado destas pesquisas é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições” (BRASIL 2009, p. 10).

Em 2006, o MEC prospectou uma elaboração da avaliação, inspirada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e na experiência acumulada pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), conforme notícia publicada²¹, para realizar um panorama da realidade da educação profissional brasileira, com objetivo de preparação do Sistema de Avaliação da Educação Profissional (Saep), cujo sistema está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE de 2014-2024), na meta 11, sobre a Educação profissional, conforme descrito na estratégia 11.8, que prevê, até o final de sua vigência, a criação do Sistema de Avaliação da Qualidade da Educação Profissional.

Os resultados das avaliações devem permitir fazer projeções sobre a qualidade do ensino a serem verificadas mediante análise dos fatores que, segundo estudos, são determinantes para a melhoria da aprendizagem.

Também é relevante mencionar o relatório da auditoria gerado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, datada entre 2011-2012, ver Quadro 15, no qual consta como objetivo o recorte de questões com temas que visassem à atuação dos Institutos Federais.

Neste sentido, uma das questões trata sobre as iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho, sendo analisadas como as ações de inserção profissional estavam sendo operacionalizadas pelos Institutos Federais e, dentre elas, o acompanhamento de egressos, importante para a efetividade de uma política de educação profissional, com vistas à empregabilidade de seus alunos.

Considerando os Quadros 13 e 14, que são referentes às normativas institucionais, verifica-se que o IFPE, atualmente, trata, em alguns instrumentos de gestão, sobre a temática relacionada aos egressos, no entanto, ainda, de forma independente, o que com uma estruturação e sistematização das informações a partir de um instrumento institucionalizado facilitaria as discussões e o fomento da participação desses na construção de uma Instituição, cada vez melhor e democrática. A seguir, discutem-se sucintamente como se apresentam os egressos nos documentos institucionais estudados.

²¹ Educação profissional terá sistema de avaliação – MEC. Reportagem publicada em 05 de janeiro de 2006. Disponível em; <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=5279>. Acessado em 10/12/2020.

Quadro 7 – Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal (2003-2007)

Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)²²		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007) SETEC/MEC	Possibilita realizar uma importante leitura de dados e vem, de certa maneira, corroborar o atributo de qualidade e de credibilidade que a Sociedade Brasileira confere à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	Dentro deste contexto, a Pesquisa Nacional de Egressos dos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de EPT desenvolvida pela SETEC/MEC e apresentada neste relatório, revela-se como uma ferramenta estratégica, criando condições para avaliar o processo de inserção dos mesmos no mundo do trabalho, o seu perfil e a percepção dos egressos em relação à formação recebida na sua trajetória de aluno nas instituições da Rede Federal de EPT.

Fonte: Extraído do site do Inep - <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em 14/09/20

Quadro 8 – Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2011-2012)

Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (2011-2012)²³		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Auditoria Operacional - Fiscalização de Orientação Centralizada	Avaliar a atuação dos Institutos Federais com relação aos seguintes temas afetos a sua atuação finalística: a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b) interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais.	No capítulo 6 foram observadas: as ações de inserção profissional; os casos do acompanhamento de egressos; o fomento ao empreendedorismo e como a promoção de estágios estão sendo operacionalizadas pelos Institutos Federais. O relatório afirma ser esse tema de suma importância para a efetividade de uma política de educação profissional, que nunca pode perder de vista a empregabilidade de seus alunos.

Fonte: Extraído do site do TCU, disponível em: www.tcu.gov.br/autenticidade. Acesso em 14/09/2020

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (PDI), além de ser um documento exigido para o credenciamento da instituição junto à oferta dos cursos superiores, é também

²² A pesquisa que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Setec/MEC apresenta, se insere no conjunto de deliberações em relação à Educação Profissional e Tecnológica. Uma iniciativa jamais encaminhada pela Setec, o que de certa forma, eleva o trabalho ao expoente de um feito inédito

²³ A auditoria focou as atenções na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada preponderantemente por 38 Institutos Federais espalhados por todas as regiões do país. Período de realização da auditoria: 15/8/2011 a 7/5/2012

considerado um instrumento orientador de gestão, trata sobre os egressos de forma generalizada. É mencionado quando se trata como uma das dimensões da extensão ou em relação ao perfil profissional do curso.

Os Relatórios com os demonstrativos da Avaliação Interna, produzidos pela CPA, apresentam resultados que revelam, dentre outros aspectos, o alcance das políticas institucionais. São contemplativos das dimensões administrativas, pedagógicas, de pesquisa, extensão e tecnologias. Nestes relatórios, são destacados os aspectos referentes aos egressos e egressas, mas são apontados timidamente, sem a devida atenção quando a referência é a política de acompanhamento de egressos.

Nos Relatórios de Gestão do IFPE nos anos de 2016-2017, são mencionadas como metas dos planos de ação das áreas de ensino (Proden) e de desenvolvimento institucional (Prodin) a elaboração de projeto de avaliação interna para os cursos técnicos nos *campi* e a implementação de projeto piloto de um Sistema Interno de Avaliação dos Cursos Técnicos. No entanto, nos relatórios dos anos seguintes estas metas não aparecem como realizadas, tendo sido suprimidas dos planos de ação seguintes.

O IFPE, por meio da Resolução nº 57/2018, instituiu a Política de Riscos, que se configura na “declaração de intenções e nas diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos e aos controles internos”. E, neste sentido, tem como alguns de seus princípios, no Art. 6, Inciso I - alinhamento estratégico aos documentos institucionais de gestão, [...] e IV- transparência nos resultados. O que significa dizer ser um documento de importância em relação à necessidade de monitoramento em relação às diretrizes institucionais. Portanto, a política de acompanhamento de egressos entra no rol de políticas a serem acompanhadas, e, portanto, implementadas. Neste sentido, um sistema de acompanhamento de egressos representa um importante instrumento de orientação à gestão institucional, não só para tomada de decisões, como, também, reorientação das ações para o aprimoramento da instituição, com base nas informações pertinentes a essa população.

Dos documentos internos (IFPE), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi construído de forma coletiva, e retrata a identidade institucional, contemplando sua missão e filosofia de trabalho; sua missão social; suas diretrizes didático-pedagógicas; linhas de ação referentes às políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão sua estrutura organizacional, objetivos, metas e ações pensadas para um horizonte de cinco anos. O Plano é também um elemento de integração das ações entre os *campi*, destacando-se, nesse processo, o caráter híbrido da Instituição. Os recortes desse documento, que se referem ao objeto de estudo deste trabalho, encontram-se expostos no Quadro 15 a seguir.

Quadro 95 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
PDI 2009-2013 Prodin	Permitirá ao IFPE planejar e executar o fazer acadêmico de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade.	Referências encontradas nos seguintes itens; ▪ Perfil Institucional; ▪ Gestão Institucional ▪ Descrições das metas e ações de alguns campi; ▪ Relações e parcerias com a comunidade (instituições e empresas) ▪ Organização e gestão de pessoas (Corpo discente-Acompanhamento de egressos)
PDI 2014 – 2018 Resolução nº 57 2015 Prodin	Propõe em mapa estratégico 24 objetivos, destaco dois diante da perspectiva que envolvem alunos e sociedade: o 4º que trata de aprimorar os cursos de nível técnico e o 10º visa melhorar a permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal,.	▪ Cursos superiores; nas formas de Operacionalização das Ações da Extensão; ▪ Na composição do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes; ▪ Na política de EAD; ▪ Na Comunicação (relacionamento com a sociedade).

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

Destaca-se outro documento, que é o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que, por sua relevância, configura-se como sendo a referência consultada com maior frequência pela equipe gestora, a fim de que possa orientar as tomadas de decisão. Representa a expressão da identidade institucional. Nele, os atores sociais partícipes do processo de reconstrução das práticas sociais cotidianas devem realizar conjuntamente a leitura da realidade em que estão imersos, definir sua filosofia educacional, a concepção de pessoa, de sociedade, currículo, planejamento, avaliação e outras concepções e princípios que devem nortear o cotidiano da instituição. Representa um trabalho de reflexão conjunta sobre planos de trabalho, execuções, problemas e soluções relacionados à aprendizagem dos estudantes e ao funcionamento da Instituição. Observe-se onde se encontram dispostas as informações no Quadro 16.

Quadro 10 – Projeto político pedagógico institucional

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
PPPI – 2012 PRODEN	Estabelece políticas para o nosso fazer acadêmico, norteadas as ações educacionais, com vistas à consolidação da Missão institucional e do fortalecimento das dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.	▪ PROPOSTAS E AÇÕES para o Sistema de Gestão

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

Os recortes sobre o Estatuto do IFPE, conjunto de normas jurídicas cuja característica comum é estabelecer regras de organização e funcionamento da instituição, encontram-se dispostos no Quadro 17.

Quadro 11 - Estatuto do IFPE

Estatuto do IFPE		
Principais Características	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
ESTATUTO – 2009 PRODIN	Apresenta as finalidades, características, objetivos da Instituição; sua organização; sua gestão; o Regime Acadêmico; e do Patrimônio	▪ Na composição dos membros representantes do Conselho Superior.

Fonte: Extraído do site do IFPE²⁴, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

O Regimento Geral do IFPE institui, a partir do seu Artigo 1º, que tem como horizonte a “disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE” (PERNAMBUCO, 2012, p. 10). Sobre o sistema de governança, orienta-se que a administração do Instituto Federal de Pernambuco será exercida pela Reitoria, por seus órgãos colegiados e pela Direção Geral dos *campi*, com apoio em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível, no Organograma Geral. Acerca do objeto de estudo, destacam-se, no Quadro 18, os seguintes aspectos.

Quadro 12 - Regimento geral do IFPE

Regimento Geral do IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
REGIMENTO GERAL DO IFPE 2012 - PRODIN	Disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do IFPE, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias.	Garantia de assento na composição dos membros representantes do Conselho Superior.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

Quanto à Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPE, destaca-se que a mesma foi

²⁴Disponível em <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/documentos-norteadores/documentos-norteadores>

instituída em 2009, por meio da Portaria nº 896/2008. Estão disponibilizadas no site²⁵ da instituição as seguintes informações: a) tem como objetivo conduzir os processos de avaliação interna relacionados aos cursos superiores do Instituto; b) sobre sua atuação é autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados; c) sobre suas atribuições visa consolidar os mecanismos de informação e avaliação institucional com vistas a possibilitar o diagnóstico dos pontos fortes e frágeis da instituição; d) busca fomentar as análises estratégicas sobre a gestão acadêmica e administrativa.

Mais do que avaliar as políticas institucionais, a avaliação interna constitui-se num mecanismo incentivador da revisão de práticas, projetos acadêmicos e formas de gestão a partir da observação, do acompanhamento e da interpretação sistemática dos dados colhidos. O processo de avaliação também é capaz de promover o diálogo entre a gestão, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, de modo a aprimorar a oferta de educação superior no Instituto, orientar suas formas de expansão e ampliar sua efetividade e eficácia acadêmica e social. O processo de avaliação também é capaz de promover o diálogo entre a gestão, a comunidade acadêmica e a sociedade civil. Sobre a CPA, apontam-se, no Quadro 19, os seguintes destaques.

Quadro 19 - Comissão própria de avaliação do IFPE

Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
CPA	Avaliar a eficácia, eficiência e efetividade acadêmica dos cursos superiores e das estruturas disponibilizadas pela instituição.	Traz a temática de egressos na dimensão dos Cursos Superiores no relatório de avaliação do ciclo de 2018-2020.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

O Regulamento de Acompanhamento de Egressos dispõe sobre o Acompanhamento de Egressos dos cursos regulares no âmbito do IFPE, sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Extensão.

Orienta o documento que o referido acompanhamento dar-se-á por meio de ações e estruturação de procedimentos institucionais de acompanhamento de seu itinerário profissional, na perspectiva de identificar cenários, junto ao mundo produtivo, e retroalimentar o processo de Ensino, Pesquisa e Extensão. Desse documento, recortaram-se os seguintes destaques apresentados a seguir, no Quadro 20.

²⁵ Disponível no site: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/avaliacao-institucional-interna>

Quadro 13 - Regulamento de acompanhamento de egressos do IFPE

REGULAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Regulamento de Acompanhamento de Egressos Resolução IFPE/Consup nº 54, de 15 de dezembro de 2015. Proext	O acompanhamento dos egressos terá como aspectos prioritários a verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica recebida em diálogo com as exigências do mundo produtivo e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso.	Dos Objetivos e Metas; ▪ Da Comissão Central de Acompanhamento dos Egressos ▪ Do Núcleo Gestor de Acompanhamento ao Egresso (NGAE); ▪ Dos Procedimentos, Dos Instrumentos e Da Periodicidade da coleta de dados pelo NGAE; ▪ Da participação do Egresso como voluntário em atividades específicas.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

O Documento apresentado a seguir, no Quadro 21, regulamenta o Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Pernambuco –IFPE²⁶. Este Fórum é órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e de assessoramento relativo às ações voltadas aos cursos técnicos. Sua finalidade é discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos técnicos nas modalidades subsequente e integrado.

Quadro 21 – Documento do Fórum dos Cursos Técnicos do IFPE²⁷

Documento do Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Documento do Fórum dos Cursos Técnicos De 2014 - Proden	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos Técnicos nas modalidades: subsequente e integrado.	Na Composição dos membros consta de um representante de estudante egresso dos Cursos Técnicos.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

Os Quadros 22 e 23 são referentes aos fóruns de cursos superiores. O Fórum Permanente das Licenciaturas e o Fórum Permanente do Ensino Tecnológico e Bacharelado respectivamente trazem o segmento de egresso em sua composição de representatividades. Nas finalidades destes fóruns, consta que enquanto o Fórum das Licenciaturas objetiva discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Licenciaturas nas modalidades presencial e a distância. O Fórum Permanente do

²⁶ Informações disponíveis em: www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/regimento-forum-curso

²⁷ <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/regimento-forum-cursos-tecnicos.pdf>

Ensino Tecnológico e Bacharelado tem como objetivos discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado do IFPE.

Quadro 14 - Documento do Fórum Permanente das Licenciaturas do IFPE²⁸

Documento do Fórum Permanente das Licenciaturas do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Documento do Fórum Permanente das Licenciaturas – De 2012 - Proden	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Licenciaturas nas modalidades presencial e à distância.	Na Composição dos membros consta de um representante de estudante egresso dos cursos de Licenciaturas.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: encurtador.com.br/AEJT4

Quadro 15 - Documento do Fórum Permanente do Ensino Tecnológico e Bacharelado do IFPE

Documento do Fórum Permanente do Ensino Tecnológico e Bacharelado do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Documento do Fórum dos Cursos Técnicos De 2014 - Proden	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado do IFPE..	Na Composição dos membros consta de um representante de estudante egresso dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado do IFPE.

Fonte: Extraído do site do IFPE

Também foi objeto de análise, neste trabalho, o Relatório de Gestão (Quadro 24), que oferece destaque ao Fórum Permanente do Ensino Técnico de Nível Médio, orientado pela função de discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos Técnicos nas modalidades subsequente e integrado, tendo em sua composição um representante de estudante egresso dos Cursos Técnicos.

Esses fóruns designados para os cursos técnicos e para os cursos superiores contribuem na garantia de espaços de representatividades para os segmentos de egressos e discentes. No entanto, é preciso salientar que, ao considerar a participação do sujeito como movimento ativo, faz-se necessário promover o acesso destes às informações que nortearão o desenvolvimento dos trabalhos nesses espaços, a fim de compreender a finalidade, os objetivos e as ações do fórum ao qual está relacionado.

²⁸ <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-nortecedores/regimento-interno-do-forum-permanente-das-licenciaturas-do-ifpe.pdf>

Quadro 16 - Relatório de gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO		
Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Relatório de Gestão - 2016 Responsável: Prodin	É entendido como uma forma de se apresentar à sociedade como a Instituição empregou os recursos orçamentários públicos na consecução das suas atividades finalísticas por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.	▪ Pró-reitoria de Ensino – Plano de Ação: elaborar projeto de avaliação interna para os cursos técnicos nos campi; ▪ Pró-reitoria de Extensão - Plano de Ação: Implementação da política de egressos junto aos Campi;
Relatório de Gestão do Exercício de 2017	Este documento de prestação de contas anual do IFPE, constitui em um importante documento que auxilia no planejamento cotidiano.	Macroprocesso da Pró-reitoria de Extensão: Êxito Acadêmico e Relações de Trabalho; Acompanhamento de Egressos. Macroprocesso da Pró-reitoria de Ensino: Desenvolvimento do programa de avaliação preventiva – Sistemática de avaliação dos cursos técnicos/Sistema.

Fonte: Extraído do site do IFPE, disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/>

Deste modo, os espaços devem promover nos sujeitos o conhecimento sobre seu papel nesse processo, oportunizando vez e voz para que se sintam estimulados à participação mais consciente e ativa, ou seja, uma relação de interação onde todos, coletivamente, fortaleçam sentimentos de pertencimento e colaboração, agindo em prol da consecução dos objetivos delineados.

Contudo, o acompanhamento de egressos não tem sido implementado como um processo contínuo nas instituições de ensino, implicando em desafios à participação do segmento egresso na vida institucional e fazendo com que decisões institucionais apresentem fragilidades à participação dos egressos no processo de gestão democrática.

Considerando esse contexto, é verificada, diante dos documentos institucionais, a necessidade de alinhamentos, de investimentos em estrutura física e de pessoal em projetos que possibilitem materializar e promover o relacionamento com o segmento egresso, não apenas em relação à avaliação institucional interna, mas também na dinâmica institucional, inclusive, com acesso aos projetos e eventos advindos do ensino, da pesquisa e da extensão, aos serviços da biblioteca e a política de atendimento aos discentes que, assim como o documento do ProIFPE, não explicitam nem definem claramente a dimensão do êxito.

Entre os documentos internos do IFPE, selecionados para esse movimento de pesquisa, objetivando localizar orientações que regulamentam a relação institucional com os seus egressos e egressas, dentre o PPPI, PDI, Regimento Geral da Instituição e o Regulamento de Acompanhamento de Egressos, destaca-se que apenas este último é o que regulamenta o

acompanhamento e possibilita aproximação da instituição com esse com segmento.

Embora o documento vigente não apresente, em sua escrita, uma proposta que promova o sentimento de pertencimento do segmento de egressos e egressas para com a instituição, alguns documentos institucionais apresentam esparsas indicações de abordagem do tema, como os regimentos dos seguintes fóruns: os de cursos técnicos; dos cursos das Licenciaturas, e dos cursos Tecnológicos e Bacharelados. Estes fóruns designados para os cursos técnicos e para os cursos superiores contribuem na garantia de espaços de representatividades para os segmentos de egressos e discentes em seus regimentos. No entanto, é preciso salientar que, ao garantir a representatividade do sujeito, também deve ser oportunizada a compreensão das temáticas e do espaço de atuação e garantida a participação como um movimento ativo.

Assim, faz-se necessário promover o seu acesso às informações que nortearão o desenvolvimento dos trabalhos nesses espaços, a fim de compreender a finalidade, os objetivos e as ações a que se propõe cada fórum a que esteja relacionado. Deste modo, tais espaços devem promover no sujeito o conhecimento sobre o seu papel nesse processo, a vez e a voz para que se manifestem mediante uma participação mais consciente e ativa, em uma relação de interação na qual o sentimento de pertencimento deve ser estimulado e que todos, coletivamente, busquem alcançar os objetivos delineados em cada espaço.

O acompanhamento de egressos envolve desafios diversos, pois nas instituições de ensino não tem sido implementado como um processo contínuo tampouco não se revela a participação do segmento egresso na vida institucional e isso faz com que as decisões institucionais tenham fragilidades em relação ao que se relaciona com uma gestão democrática. Para tanto, é verificado diante dos documentos institucionais, a necessidade de alinhamentos, de investimento em estrutura física e de pessoal em projetos que possibilitem materializar e promover o relacionamento com o segmento egresso, não apenas em relação à avaliação institucional interna, mas que se garantam oportunidades de acesso à dinâmica institucional, inclusive, com acesso aos projetos e eventos advindos do ensino, da pesquisa e da extensão, com livre acesso aos serviços da biblioteca, na política de atendimento aos discentes, na qual aborda o êxito, são algumas das possibilidades a serem colocadas nos repertórios de diálogos da instituição.

Para uma gestão mais participativa, que busca atuar cada vez mais com o ideal de um modelo democrático, faz-se necessário o constante estímulo à participação dessa comunidade na vida escolar, oportunizando que essa comunidade estudantil seja valorizada e possa, efetivamente, colaborar com a instituição de ensino e ser por ela retroalimentado.

As informações, disponibilizadas nos quadros, apontam discretas intenções em relação ao acompanhamento de egressos, seja em atendimento à avaliação dos cursos superiores, seja em relação aos cursos técnicos. Faz-se necessário que a rede federal de educação profissional e tecnológica estabeleça estratégias para a implementação desse acompanhamento em todos os seus níveis de ensino, pensada na perspectiva da integralidade do sujeito.

5.2 DIÁLOGOS COM OS TEXTOS DOS PARTICIPANTES

Este capítulo aborda reflexões em relação aos gestores de um *campus*, suas concepções sobre o acompanhamento de egressos e os mecanismos que têm sido adotados para este acompanhamento. Contudo, é possível verificar lacunas e fragilidades que merecem atenção sobre o acompanhamento de egressos.

5.2.1 Sobre o questionário para gestores

Fazendo parte dos participantes desta pesquisa, realizou-se um estudo com gestores institucionais do *campus* Recife. A seleção referente à escolha desses sujeitos se deu pelo critério de no exercício da função ter algum tipo de relação direta ou indiretamente relacionada aos egressos dos cursos no *campus*. A partir do organograma institucional e do Regulamento de Acompanhamento de Egressos da instituição, foram identificadas as seguintes áreas: direção geral do *campus*, Divisão de extensão, setor de estágios e egressos e coordenação de cursos. Para os gestores, foi aplicado o questionário eletrônico que compreendia quatro dimensões: perfil de identificação/vinculação/acadêmico dos participantes; política de acompanhamento de egressos; as ações e estratégias referentes aos egressos e egressas e, por fim, sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional.

O contato inicial com o grupo de gestores foi por meio do próprio *campus* que disponibilizou os *e-mails* institucionais. A partir da escolha dos cursos, por meio de sorteios, os coordenadores dos cursos foram contatados. Os demais gestores não dependeriam dessa escolha. Todos os cinco gestores disponibilizaram seus contatos telefônicos, facilitando a comunicação em relação aos esclarecimentos da pesquisa.

O instrumento final contém 34 itens, divididos em quatro dimensões com questões de múltipla escolha e questões abertas. A primeira dimensão foi sobre perfil de identificação/vinculação/formação dos participantes; a segunda sobre a política de acompanhamento de egressos; a terceira sobre ações e estratégia referentes a egressos e

egressas, e a quarta dimensão, sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional.

Para o desenho amostral tomou-se como referência o universo de cinco gestores, de acordo com o cruzamento das informações oriundas das coordenações de dois cursos, da direção geral, da divisão de extensão e área de egressos, que é lotada neste último setor.

O questionário, previamente testado e adaptado, continha perguntas fechadas e abertas para caracterização dos gestores, sua concepção em relação à política de acompanhamento de egressos e egressas, sobre ações e estratégias adotadas pelo *campus* e participação de egressos na gestão e na vida institucional. As questões abertas, oportunizaram aos gestores expressarem seus conhecimentos, experiências e apontar sugestões em relação à ampliação da participação do segmento de egressos(as) na Instituição.

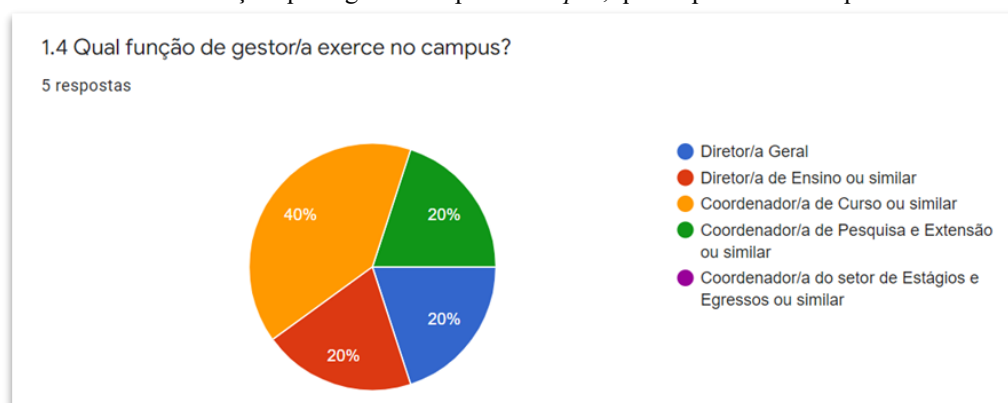
Para a coleta dos dados com os gestores, utilizou-se questionário desenvolvido em formato eletrônico, usando um aplicativo do *Google Forms*, vinculado ao *e-mail* institucional da pesquisadora responsável.

Como a pesquisa é on-line, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi enviado por *e-mail*, e antes de responder ao questionário, foi criado um espaço para o registro da informação “Aceito” ou “não Aceito”; uma vez aceitando, o(a) gestor(a) imediatamente responderia ao questionário.

A presente seção se propôs a apresentar características do seu grupo de gestores, como foi o trajeto da coleta e o perfil dos gestores entrevistados.

Quando se analisa a temática - **função dos gestores**, notadamente, a informação referente à função de coordenador(a) do setor de estágios e egressos não apresenta nenhum gestor especificado, por esta área ser assumida pela Divisão de Extensão do *Campus* Recife (CR), diferentemente de outros *campi* da instituição, no qual existe especificamente uma coordenação do setor para estágios e egressos, conforme se verifica no Gráfico 1.

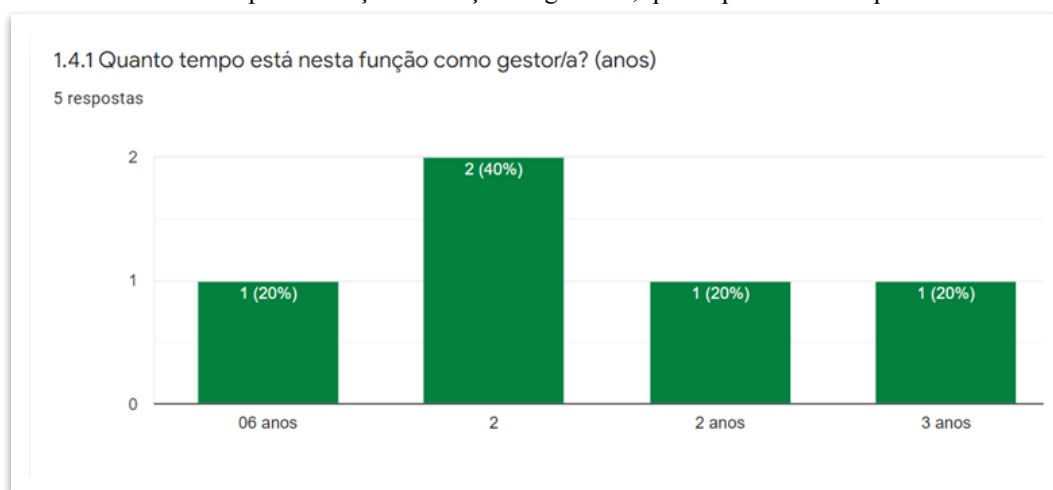
Gráfico 1 - Função que o gestor ocupa no *campus*, que responderam ao questionário



Fonte: Extraído do questionário para gestores, elaborado pela autora no *Google Forms* (2022)

Sobre o **tempo de atuação na função de gestor** no *campus*, verifica-se que a média de anos dos gestores que atuam na função é de 3 anos. Percebe-se que os gestores pertencem a um segmento de experiência importante para a função gestora que ocupam, conforme se pode observar no Gráfico 2.

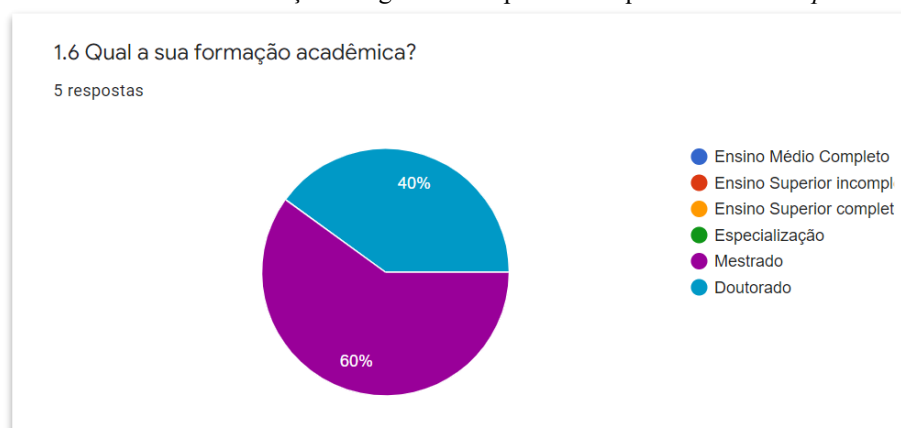
Gráfico 2 - Tempo de atuação na função de gestores, que responderam ao questionário



Fonte: Extraído do questionário para gestores, elaborado pela autora no *Google Forms* (2022)

De acordo com a questão que trata sobre **formação acadêmica**, pode-se verificar que na totalidade dos gestores entrevistados, 60% possuem Mestrado e 40% possuem Doutorado. Isto denota aspecto positivo no sentido de contribuir no exercício da função, mobilizando saberes como planejamento, organização, pesquisa, análise, que estão imbricados no âmbito acadêmico, mas também na atuação de um gestor, mediante observância do Gráfico 3.

Gráfico 3 - A formação dos gestores respondentes que atuam no *campus*



Fonte: Extraído do questionário para gestores, elaborado pela autora no *Google Forms* (2022)

Investigou-se a temática sobre a obtenção de alguma **formação na área de gestão**. No Gráfico 4, seguindo esta linha de análise, verificou-se que 80% não obtiveram nenhum tipo de

curso de formação na área de gestão, antes ou após assumir a função de gestor/a. Apenas 20% possuem formação na área de gestão, ou seja, apenas um gestor dentre os entrevistados (n= 5). Salienta-se sobre a importância da formação inicial e continuada em áreas que não são de familiaridade do gestor em seu início de atuação, como da formação continuada, pela renovação dos processos e novas diretrizes que possam necessitar de conhecimentos específicos para atuar com a equipe.

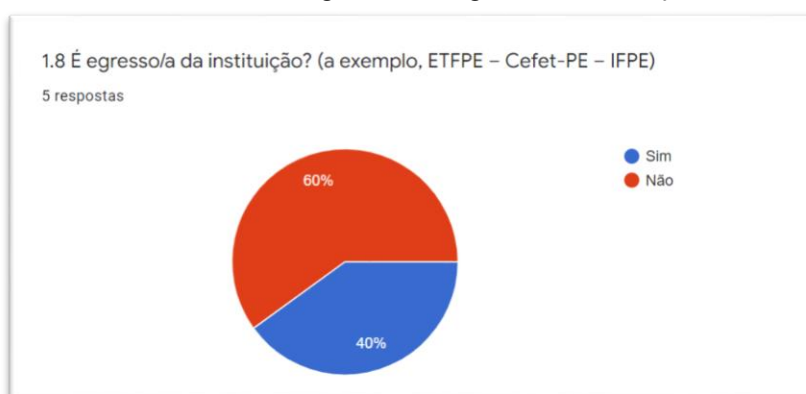
Gráfico 4 - Formação na área de gestão



Fonte: Extraído do questionário para gestores, elaborado pela autora no *Google Forms* (2022)

Em relação à temática sobre os gestores serem egressos da instituição, no Gráfico 5, verifica-se que 60% afirmaram não ser egressos. Temos aqui uma parcela dos gestores, que de certo modo vivenciou parte de sua formação em um dos modelos pelos quais a instituição se encontrava. Neste sentido, acredita-se que tal experiência mobiliza sentimentos de pertencimento.

Gráfico 5 - Se os gestores são egressos da instituição



Fonte: Extraído do questionário para gestores, elaborado pela autora no *Google Forms* (2022)

As questões trazidas do perfil dos gestores, extraídas do questionário misto aplicado, foram destacadas as mais relevantes no sentido de se verificar o que revelariam diante das

demais questões que tratam sobre o acompanhamento de egressos e egressas da instituição.

Neste sentido, os quadros a seguir apresentam os resultados sistematizados dos registros no âmbito da política de acompanhamento de egressos a partir de categorias.

Quadro 17 –Política de acompanhamento de egressos e egressas

Categoria	Unidade de Registro	Unidade Contexto
POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E EGRESSAS	Concepção de Política de AE	80% (4) não conhecem e não tiveram acesso à política – G1,G2,G4, G5 Não conhece. 20%(1)Tiveram acesso à Política por meio da Coordenação de Estágios e Egressos - G3 Entende que a política ainda é muito frágil.
	Documentos relacionados à PAE	60% (3) Desconhecem no setor documentos relacionados à política. 20% (1) Afirmam que o setor trabalha com documentos relacionados à Política AE - G1 Conhece a ficha de avaliação, entregue no ato da conclusão do curso. 20% (1) afirmam que o setor não trabalha com documentos relacionados à política
	Sobre a Implementação do Regulamento de AE	80% (4) desconhecem sobre a implementação. 20% (1) afirmam que não foi implementado o Regulamento do AEE. G3; G2; G5 Não têm conhecimento sobre a existência da política. G4 Enquanto gestora lidava com assuntos relacionados aos estágios e outras pastas da Extensão [...]. As tratativas com egressos resumiam-se ao fornecimento de documentações referentes a atividades que tinham desenvolvido enquanto eram estudantes (estágios, PIBEX etc.). G1 Afirmo que atualmente não existe processo nem plataforma computacional que viabilize tal acompanhamento.
	A PAE como instrumento importante de gestão	60% (3) Desconhecem se a PAE é um instrumento de gestão 40% (2) Afirmam que a PAE é um instrumento de gestão G3 Importante colher dados para ações políticas futuras. G4; G5 Infelizmente, não consigo opinar sobre a Política de Acompanhamento de Egressos/Egressas por desconhece-la. G1 Assim como em qualquer processo, o feedback é algo fundamental para o aprimoramento dele. G2 Desconheço.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

5.2.1.1 Sobre a política de acompanhamento de egressos

Nesta categoria, aborda-se sobre a concepção dos gestores em relação à PAE; sobre a implementação do regulamento de AE; sobre os documentos relacionados à PAE e este, como instrumento importante de gestão.

Sobre a concepção da política de acompanhamento de egressos, verificou-se um desconhecimento dos gestores. Apenas o gestor C aponta expressa opinião, mas os demais não apresentam respostas. Neste sentido, percebe-se que há um desconhecimento sobre a referida

política e a temática, que perpassa por todo o instrumento, denotando estranheza sobre o assunto.

Podem-se destacar ainda, a partir do contexto que se apresenta, em relação a esse desconhecimento, os aspectos sobre os documentos existentes, sobre a implementação da política de acompanhamento no *campus*, de não conseguirem opinar sobre ser ou não a política de acompanhamento de egressos, como um instrumento importante de gestão, o que dificulta a efetividade em implementar e efetivar a respectiva política. Portanto, a falta de conhecimento dos gestores sobre a política; a falta de articulação entre profissionais e áreas; a falta de formação de gestores para exercer a função; a falta de comunicação com outras instâncias na instituição e de conhecimento sobre as ações no setor em relação ao acompanhamento de egressos refletem na dificuldade de implementar a respectiva política.

Deste modo, conhecer a temática e o que dispõe a instituição sobre o assunto, favorecerá a compreensão da gestão. Assim, a formação de gestores precisa ter objetivos alinhados com as possibilidades e realidades locais e não deve ser meramente técnica. Isso corrobora com a visão de Gracindo (2012), quando se refere ao modelo de formação de gestores, na qual “a formação tinha um caráter eminentemente técnico, descolado das ações políticas e pedagógicas que são o cerne de sua ação” (GRACINDO, 2012, p. 141).

Assim, deve ser dada a importância ao conjunto de informações que forneçam subsídios para que os gestores estabeleça no *campus* uma dinâmica constante de aprimoramento das relações entre os setores, de promoção da política de AE no *campus*, de apoio aos setores, do favorecimento da manutenção dos mecanismos de atuação no acompanhamento de egressos, contribuindo institucionalmente com a efetivação da política de acompanhamento de egressos junto à comunidade interna e convidando a comunidade egressa para contribuir nesse propósito coletivo.

Quadro 18 –Ações e estratégias para realização do acompanhamento de egressos

Categoria	Unidade de Registro	Unidade Contexto
AÇÕES E ESTRATÉGIAS REALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	Procedimentos para compor banco de dados	60% (3) desconhecem procedimento para compor banco de dados de egressos e egressas. 20% (1) afirmam que não há. 20% (1) afirmam que há procedimento para compor banco de dados no campus- G3 Nos registros para futuras demandas documentais.
	Ações e estratégias no campus que contemplem a PAE	60% (3) Desconhecem 40%(2) Não há ações no <i>campus</i> nessa direção G2;G4;G5 Desconhecem G1;G3 Não há

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

5.2.1.2 Sobre ações e estratégias para realização do acompanhamento de egressos

Nesta categoria, aborda-se sobre: Procedimentos para compor banco de dados; Ações e estratégias no *campus* que contemplem a PAE.

O desconhecimento dos gestores sobre os procedimentos adotados pelo *campus* em relação ao AE mantém o mesmo padrão de desconhecimento, agora sobre a categoria dos mecanismos, ações e estratégias que poderiam ser adotadas no *campus* e nas áreas. Na medida em que existe um documento que regulamenta ações para alcançar objetivos, é necessário conhecê-lo, analisá-lo e verificar as possibilidades de ser concretizado o propósito. Se será viável ou não, se há alternativas. No entanto, a ausência de comunicação entre instâncias e áreas acaba por reforçar o distanciamento entre o saber e o fazer,

Quanto à organização do banco de dados, nota-se que os gestores também desconhecem qualquer procedimento no *campus* sobre cadastro dos egressos e egressas, incorrendo na fragilidade institucional, conforme afirmam Calbino e Vieira (2019). Apenas o gestor C responde que o *campus* utiliza um instrumento. No entanto, caso não seja uma estratégia sistematizada ou institucionalizada, também reforça a fragilidade. Portanto, é necessário mobilizar outros recursos que se alinhem ao regulamento, mas analisando as condições favoráveis ou não ao processo de AE.

Salienta-se que em uma mesma unidade escolar, os procedimentos adotados devem ser compartilhados com as áreas que se relacionam. A importância é se constituírem procedimentos colaborativos e coletivos, assim como institucionalizados, que permitem fortalecer uma identidade institucional.

No âmbito da dimensão das Ações e Estratégias referentes aos egressos e egressas, no

campus onde o gestor atua, quando questionados se o setor em que atua trabalha com algum documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE, verificam-se os resultados no Quadro 27, de que desconhecem ou não há.

Quadro 19 – Participação de egressos e egressas na vida institucional (continua)

Categoria	Unidade de Registro	Unidade Contexto
PARTICIPAÇÃO DE EGRESSO E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL	Participação de egressos e egressas na gestão da instituição	60% 3)Desconhecem 20% (1)Sim 20% (1)Não G1; G2; G3; G5 Não conheço/desconheço G4 Tenho conhecimento de que há diversos servidores do IFPE que são estudantes egressos. Esses servidores constituem tanto o quadro docente quanto o técnico administrativo e atuam, inclusive, na gestão da instituição, ocupando cargos de diretor, coordenador, chefes de departamento, entre outros. Sobre egressos/egressas que não são servidores, não tenho conhecimento da participação deles na instituição.
	Participação de egressos e egressas em espaços institucionais.	80% (4) Consideram importante a participação do egresso nos espaços institucionais 20% (1) Desconhecem G3 Importante pois, a princípio, já conhecem a realidade da instituição G4 Se esses egressos forem servidores, é prerrogativa deles participarem da vida institucional. Enquanto egressos/egressas, somente, não vejo tão naturalmente a sua participação nas decisões da instituição, a não ser que ocupem o lugar que cabe à comunidade externa em geral. G1 Considero importante a participação, para aprimoramento dos processos de gestão dos cursos. G5 Desconheço. G2 Acredito que o egresso representa o resultado do nosso trabalho
	Participação de egressos e egressas na avaliação institucional.	80% (4) Consideram importante a participação do egresso na avaliação institucional 20% (1) Desconhecem G3 Considero importante, pois entendo que já conhecem alguns problemas institucionais. G4 No que diz respeito à avaliação institucional, concordo que, tendo concluído plenamente os créditos e exigências do seu curso e tendo pleno conhecimento de como funcionam alguns setores da instituição por vivências próprias, os estudantes (agora) egressos têm total condições de procederem com uma avaliação institucional, desde que essa avaliação contemple unicamente os âmbitos que lhes dizem respeito, como instâncias de pesquisa, ensino, extensão e de outros setores pelos quais transitaram enquanto estudantes. Discordo que devam avaliar âmbitos dos quais desconhecem o funcionamento. G1 Considero importante a participação, para aprimoramento dos processos de avaliação institucional G5 Desconheço G2 Pode nos dá um <i>feedback</i> da nossa atuação

Quadro 20 – Participação de egressos e egressas na vida institucional (conclusão)

Categoria	Unidade de Registro	Unidade Contexto
PARTICIPAÇÃO DE EGRESSO E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL	A participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho.	80%(4) responderam que a partir das experiências, das informações sobre o mercado de trabalho. 20%(1) não apresentaram opinião G3 Em virtude da experiência vivenciada G4 No sentido de verificar se as matrizes curriculares/ as grades curriculares/ os planos de curso/ os conteúdos programáticos dos cursos contemplam assuntos de fato relevantes para a vida acadêmico-profissional do estudante (agora) egresso. G1 Ajustando o ensino às práticas do mercado G5 Desconheço. G2 Pode nos trazer informações úteis para que possamos atender as demandas de mercado
	Sugestões para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE.	100% (5) Apresentaram sugestões para ampliação da participação do egresso na vida institucional. G3 Promover eventos que tenham os egressos como tema principal G4 Inicialmente, uma maior divulgação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas e da Política de Acompanhamento de egressos e egressas, abordados neste questionário e que eu, mesmo tendo participado da gestão da instituição, desconhecia. G1 Participação no colegiado dos cursos, para aproximar a prática docente às práticas do mercado G5 Convite para palestras e cursos sobre a área de conhecimento do egresso; promoção encontros de egressos. G2 Poderíamos ter um setor responsável para esse fim

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

5.2.1.3 Sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional

Nesta categoria, são abordados: a participação de egressos e egressas na gestão da instituição; se há a participação de egressos e egressas na gestão da instituição, relação à participação de egressos e egressas em espaços institucionais; a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho; Sugestões para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE

Perguntado aos gestores sobre a participação de egressos e egressas na gestão da instituição, como resposta, afirmaram não conhecer essa participação. Houve, portanto, um posicionamento que demonstra o desconhecimento sobre quem é o egresso da instituição, conforme destacado a seguir:

Tenho conhecimento de que há diversos servidores do IFPE que são estudantes egressos. Esses servidores constituem tanto o quadro docente quanto o técnico administrativo e atuam, inclusive, na gestão da instituição, ocupando cargos de

diretor, coordenador, chefes de departamento, entre outros. **Sobre egressos/egressas que não são servidores, não tenho conhecimento da participação deles na instituição (G4).**

Quanto à opinião dos gestores **em relação à participação de egressos e egressas em espaços institucionais**, a exemplo, Conselho Superior; Fóruns; as instâncias de ensino, pesquisa e extensão; avaliação institucional.

Foram unânimes em concordar que os egressos participem da vida institucional, apesar de uma das falas indicar **que deva ter limitação para participação dos egressos** nos espaços institucionais, o que é preocupante, uma vez que a instituição foi criada para oferecer formação humana, contribuir para uma formar cidadãos críticos, humacríticos. Portanto, é necessário introduzir princípios que indiquem, dentre outros, a participação dos sujeitos, mas também a cooperação.

[...] egressos têm total condições de procederem com uma avaliação institucional, desde que essa avaliação contemple unicamente os âmbitos que lhes dizem respeito, como instâncias de pesquisa, ensino, extensão e de outros setores pelos quais transitaram enquanto estudantes. Discordo que devam avaliar âmbitos dos quais desconhecem o funcionamento (G4).

Houve, ainda, o questionamento aos gestores: **de que modo a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho**. As respostas abordaram que podem melhorar, a partir das experiências e informações que adquirem no mercado de trabalho, chamando a atenção a seguinte fala:

[...]No sentido de verificar se as matrizes curriculares/ as grades curriculares/ os planos de curso/ os conteúdos programáticos dos cursos contemplam assuntos de fato relevantes para a vida acadêmico-profissional do estudante (agora) egresso [...] (G4).

Quando solicitadas **Sugestões para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE**, os gestores se posicionaram favoravelmente, conforme afirma-se na fala a seguir. No entanto, destacam-se os seguintes aspectos:

Inicialmente, uma maior **divulgação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas e da Política de Acompanhamento de egressos e egressas**, abordados neste questionário e que eu, mesmo tendo participado da gestão da instituição, desconhecia (G4).

Participação no **colegiado dos cursos**, para aproximar a prática docente às práticas do mercado (G1).

Convite para **palestras e cursos sobre a área de conhecimento do egresso**; promoção encontros de egressos (G5).

Outro aspecto que chama atenção é identificar que um gestor desconhece existir no *campus* o setor de Divisão de Extensão e que, dentre outras áreas, a de egresso se situa nela.

Poderíamos ter um setor responsável para esse fim (G2).

Quando perguntado aos gestores de que modo, a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho, unanimemente reconhecem a importância do egresso, configurada nas falas:

Pode nos dá um feedback da nossa atuação (G2).

Em virtude da experiência vivenciada (G3).

No sentido de verificar se as matrizes curriculares/ as grades curriculares/ os planos de curso/ os conteúdos programáticos dos cursos contemplam assuntos de fato relevantes para a vida acadêmico-profissional do estudante (agora) egresso (G4).

Ajustando o ensino às práticas do mercado (G1).

5.2.1.4 Política de acompanhamento de egressos

Quadro 28 - Concepção acerca da política de acompanhamento de egressos e de egressas do IFPE

Gestores	Respostas
G1	Sem resposta por não conhecer (1)
G2	Sem resposta por não conhecer (1)
G3	Entendo que a política ainda é muito frágil (2)
G4	Não conheço (1)
G5	Sem resposta por não conhecer (1)

(1) Não conhecem a política – declaradamente

(2) Afirma que há fragilidade na Política

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 29 - Relatos sobre as concepções dos gestores sobre a PAE

Categoria	Recorte
Concepção sobre a política de acompanhamento de egressos	“Não conheço”(G4)
	Sem resposta por não conhecerem, de acordo com a questão anterior (G1), (G2), (G5),
	“Entendo que a política ainda é muito frágil” (G3)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No âmbito da dimensão das **Ações e Estratégias** referentes aos egressos e egressas, no *campus* onde o gestor atua, quando questionados se o setor em que atua trabalha com algum documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE, verificam-se os resultados no Quadro 30 ilustrado a seguir.

Quadro 30 – Existência documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE

Gestores	Respostas
G1	Ficha de avaliação, entregue no ato da conclusão do curso (1)
G2	Sem resposta por não conhecer (2)
G3	Sem resposta por não conhecer (2)
G4	Sem resposta por não conhecer (2)
G5	Sem resposta por não conhecer (2)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Utiliza-se de um documento – Ficha de avaliação

(2) Desconhecem a política

Quadro 31 - Identificação pelos gestores acerca dos documentos que o setor em que atua, estejam relacionados com a política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE

Questão Temática	Recorte
Ações realizadas Para efetivo acompanhamento dos egressos Documento relacionado à política de acompanhamento de egressos	“Ficha de avaliação, entregue no ato da conclusão do curso” (G1) Sem resposta por não conhecerem a política, de acordo com a questão anterior (G2),(G3), (G4), (G5)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quando questionados se o Regulamento de Acompanhamento de Egressos está implementado, têm-se as seguintes respostas, conforme Quadro 32.

Quadro 32 – Implementação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos

Gestores	Respostas
G1	Não. (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Desconheço(1)
G4	Desconheço. (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem sobre a implementação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos

(2) Afirma que o regulamento não está implementado

No Quadro 33, verificou-se, a partir dos gestores, se o Regulamento de Acompanhamento de egressos e egressas está implementado:

Quadro 21 – Implementação do Regulamento de Acompanhamento de egressos e egressas na visão dos gestores

Questão Temática	Recorte
Implementação da política de acompanhamento de egressos	“Atualmente não existe processo nem plataforma computacional que viabilize tal acompanhamento” (G1) Desconheço (G3) (G5) “Não tenho conhecimento da existência” (G2), “As tratativas com egressos resumiam-se ao fornecimento de documentações referentes a atividades que tinham desenvolvido enquanto eram estudantes (estágios, PIBEX etc.)” (G4)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em seguida, questionou-se se, na visão deles, se há procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas no *campus*.

Quadro 34 – Existência de procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas no *campus*

Gestores	Respostas
G1	Não. (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (3)
G4	Desconheço. (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem sobre procedimentos
(2) Afirma que o regulamento não está implementado
(3) Há registros para futuras demandas documentais

Quadro 22 – Existência de procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas

Questão Temática	Recorte
Mecanismo de gestão de Egressos/as	“Não” (G1) Desconheço (G5) (G4) (G2) “Sim. Nos registros para futuras demandas documentais” (G3)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A seguir, foram analisadas as ações e estratégias no *campus* que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE:

Quadro 36 - Ações e estratégias no *campus* que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE

Gestores	Respostas
G1	Não. (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Não (2)
G4	Desconheço. (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se há estratégia no campus que contemplem a Política de Acompanhamento de Egressos/as.
(2) Afirma que não há estratégia no campus que contemplem a Política de Acompanhamento de Egressos/as

Quadro 37 - Identificação por meio dos gestores sobre se há ações e estratégias no *campus* que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE

Questão Temática	Recorte
Ações e estratégias que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE	Não há respostas escritas (G1) (G3) (G5) (G2), G4)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os participantes foram questionados se, em sua opinião, a Política de Acompanhamento de Egressos ou Egressas é, de fato, um instrumento importante de gestão, indicador de novas tomadas de decisão.

Quadro 38 - Política de acompanhamento de egressos ou egressas como um instrumento importante de gestão, indicador de novas tomadas de decisão

Gestores	Respostas
G1	Sim. (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (2)
G4	Desconheço. (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se a Política de Acompanhamento de Egressos/as é um instrumento importante.

(2) Afirma que sim. A Política de Acompanhamento de Egressos/as é um instrumento importante

Quadro 39 - Opinião dos gestores sobre a política de acompanhamento de egressos/as ser um instrumento importante de gestão e indicador de novas tomadas de decisão

Questão Temática	Recorte
Política de Acompanhamento de egressos e egressa como importante instrumento de gestão	“Assim como em qualquer processo, o feedback é algo fundamental para o aprimoramento do mesmo.” (G1) “Desconheço a política de egresso.” (G2) “Importante colher dados para ações políticas futuras.” (G3) “Infelizmente, não consigo opinar sobre a Política de Acompanhamento de Egressos/Egressas por desconhece-la.” (G4)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 40 - Existência de participação de egressos e egressas na gestão da instituição

Gestores	Respostas/frequência
G1	Não (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Desconheço (1)
G4	Sim (3)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se há participação de egressos e egressas na gestão da instituição.

(2) Afirma que não há participação de egressos e egressas na gestão da instituição.

(3) Afirma que há participação de egressos e egressas na gestão da instituição.

Em seguida, buscou-se identificar se os gestores têm conhecimento sobre se há participação de egressos e egressas na gestão da instituição.

Quadro 41 - Identificação se os gestores têm conhecimento se há participação de egressos e egressas na gestão da instituição

Questão Temática	Respostas
Participação de egresso/as na vida institucional	Não houve resposta escrita (G1), (G2), (G3), (G5) “Tenho conhecimento de que há diversos servidores do IFPE que são estudantes egressos. Esses servidores constituem tanto o quadro docente quanto o técnico administrativo e atuam, inclusive, na gestão da instituição, ocupando cargos de diretor, coordenador, chefes de departamento, entre outros. <u>Sobre egressos/egressas que não são servidores, não tenho conhecimento da participação deles na instituição.</u> ” (G4)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nos Quadros 42 e 43, observam-se a frequência e as respostas que dispõem a opinião dos gestores em relação à participação de egressos e egressas em espaços institucionais, a exemplo do Conselho Superior; Fóruns; as instâncias de ensino, pesquisa e extensão; avaliação institucional.

Quadro 42 - Participação dos egressos e egressas em espaços institucionais

Gestores	Respostas/frequência
G1	Para aprimoramento dos processos de gestão dos cursos (2)
G2	Egresso representa o resultado do nosso trabalho (2)
G3	Já conhecem a realidade da instituição (2)
G4	“[...] egressos/egressas, somente, não vejo tão naturalmente a sua participação nas decisões da instituição.” (1)
G5	“Desconheço” (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Declara desconhecer.

(2) Melhoria do processo de gestão dos cursos e conhecem a realidade da instituição

(3) Afirma que há participação de egressos e egressas na gestão da instituição.

Quadro 43 - Opinião dos gestores sobre a participação de egressos e egressas em espaços institucionais

Questão Temática	Respostas
Mediador da gestão institucional	“Considero importante a participação, para aprimoramento dos processos de gestão dos cursos” (G1), “Acredito que o egresso representa o resultado do nosso trabalho.” (G2), “Importante pois, a princípio, já conhecem a realidade da instituição.” (G3), “ <u>Se esses egressos forem servidores, é prerrogativa deles participarem da vida institucional. Enquanto egressos/egressas, somente, não vejo tão naturalmente a sua participação nas decisões da instituição, a não ser que ocupem o lugar que cabe à comunidade externa em geral.</u> ” (G4) “Desconheço.” (G5)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Houve, ainda, o questionamento sobre de que modo a participação de egressos e

egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho, cujas respostas podem ser visualizadas nos Quadros 44 e 45 ilustrados a seguir.

Quadro 44 - Participação de egressos e egressas na avaliação institucional

Gestores	Respostas/frequência
G1	Não (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (3)
G4	Desconheço (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(2) Afirma que não há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(3) Afirma que há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

Quadro 45 – Opinião dos gestores sobre a participação de egressos e egressas na avaliação institucional

Questão Temática	Respostas
Participação de egresso/as na avaliação institucional	“Não há participação nas avaliações institucionais.”(G1), “Desconheço.” (G2), (G4), (G5) “Sim, nas avaliações interna e externa.” (G3)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No Quadros 46 e 47, abordaram-se a frequência e as respostas que dispõem a opinião dos gestores sobre o retorno dos egressos e o aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais.

Quadro 46 - Opinião com relação ao retorno dos egressos favorecerem o aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais

Gestores	Respostas
G1	Não (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (3)
G4	Desconheço (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Considera importante para aprimoramento dos processos e avaliação institucional.

(2) Afirma que podem dar um feedback na atuação do gestor.

(3) Considera importante, pois conhecem alguns problemas institucionais

Quadro 47 - Retorno dos egressos favorecem o aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais

Questão Temática	Respostas
O retorno dos egressos favorecem o Aprimoramento dos processos dos processos e da atuação dos profissionais	“Considero importante a participação, para aprimoramento dos processos de avaliação institucional.”(G1), “Pode nos dá um feedback da nossa atuação.” (G2), “Considero importante pois entendo que já conhecem alguns problemas institucionais.” (G3) “[...] egressos têm total condições de procederem com uma avaliação institucional, desde que essa avaliação contemple unicamente os âmbitos que lhes dizem respeito, como instâncias de pesquisa, ensino, extensão e de outros setores pelos quais transitaram enquanto estudantes. Discordo que devam avaliar âmbitos dos quais desconhecem o funcionamento..” (G4) “Desconheço.”(G5)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Houve, ainda, o questionamento sobre de que modo a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho, cujas respostas podem ser visualizadas no Quadro 48 a seguir apresentado.

Quadro 48 - Participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho

Gestores	Respostas
G1	Não (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (3)
G4	Desconheço (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(2) Afirma que não há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(3) Afirma que há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

Buscou-se, ainda, saber a opinião dos gestores se a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho, e a possibilidade de ampliação dessa participação, conforme detalhamento a seguir, nos Quadros (49 e 50).

Quadro 49 - Opinião dos gestores se a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho

Questão Temática	Respostas
Participação de egresso/as na avaliação institucional Egresso como mediador da relação entre Instituição de Ensino e o Mundo do trabalho	“Ajustando o ensino às práticas do mercado”(G1), “Pode nos trazer informações úteis para que possamos atender às demandas de mercado” (G2), “Em virtude da experiência vivenciada.” (G3) “No sentido de verificar se as matrizes curriculares/ as grades curriculares/ os planos de curso/ os conteúdos programáticos dos cursos contemplam assuntos de fato relevantes para a vida acadêmico-profissional do estudante (agora) egresso” (G4). “Desconheço” (G5)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 50 – Opinião sobre as possibilidades de ampliação da participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE

Gestores	Respostas
G1	Não (2)
G2	Desconheço (1)
G3	Sim (3)
G4	Desconheço (1)
G5	Desconheço (1)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

(1) Desconhecem se há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(2) Afirma que não há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

(3) Afirma que há participação de egressos e egressas na avaliação institucional.

Finalmente, as contribuições dos gestores com ideias para que se contemplem uma maior participação dos egressos e egressas na vida Institucional do IFPE podem ser verificadas no Quadro 51.

Quadro 51 – Sugestão(ões) apresentadas pelos gestores para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE

Questão Temática	Respostas
Participação de egresso/as na avaliação institucional	“Participação no colegiado dos cursos, para aproximar a prática docente às práticas do mercado.”(G1). “Poderíamos ter um setor responsável para esse fim.” (G2), “Inicialmente, uma maior divulgação do Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas e da Política de Acompanhamento de egressos e egressas, abordados neste questionário e que eu, mesmo tendo participado da gestão da instituição, desconhecia.” (G4) “Promover eventos que tenha os egressos como tema principal.” (G3)
	“Convite para palestras e cursos sobre a área de conhecimento do egresso; promoção encontros de egressos.” (G5)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Esclarece-se que, nesta pesquisa, “egresso” se caracteriza como sujeito que não mantém vínculos institucionais por concursos, como professores e técnicos administrativos, mas que concluíram seus cursos e, atualmente, apresentam pouca ou nenhuma relação com a instituição.

Esclarecido o sujeito foco da pesquisa, nota-se que há, por parte dos gestores respondentes, certo desconhecimento sobre quais espaços estão institucionalmente garantidos para a participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE, a exemplo do regimento do Consup, do regimento do fórum das licenciaturas, dos cursos Tecnológicos e Bacharelados, e ainda o fórum dos cursos técnicos, além do Regulamento Geral dos Grupos de Pesquisa do IFPE, que prevê o acesso ao segmento do egresso em grupos de pesquisa, mas que não fica evidente quanto ao uso desse espaço pelo egresso na instituição nas questões tratadas com os gestores a respeito dos espaços institucionais.

Apesar desse desconhecimento, quando se aborda a questão da ampliação da participação de egressos na instituição, os gestores conseguem perceber a importância e a repercussão benéficas à instituição, aos egressos e egressas e aos cursos. Contudo, tal desconhecimento implica em fragilidades à participação dos egressos na instituição, contrastando com a visão de Paulo Freire, quando nos diz que a gestão educacional, em um horizonte educacional e político, se pauta na transformação e formação dos sujeitos, primando para que as práticas democráticas se expandam e a cidadania seja materializada para todas as pessoas (FREIRE, 2001). Algumas das alternativas para minimizar tais fragilidades são: reconhecimento e divulgação do egresso como sujeito de direitos e ações perante as comunidades interna e externa, além da formação continuada dos gestores e demais agentes institucionais, egressos, e no centro desse movimento, a estruturação da política de acompanhamento como elo das ações.

5.3 DIALOGANDO COM AS HISTÓRIAS DE VIDA

As três entrevistas ocorreram por meio da plataforma digital *Google Meet*, considerando ainda o contexto da pandemia da COVID-19. Utilizou-se o recurso de videoconferência, após autorização dos participantes, manifestadas a partir das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Durante todo o procedimento de gravação, foram tomados os devidos cuidados para garantir a segurança do sigilo sobre os participantes e as informações.

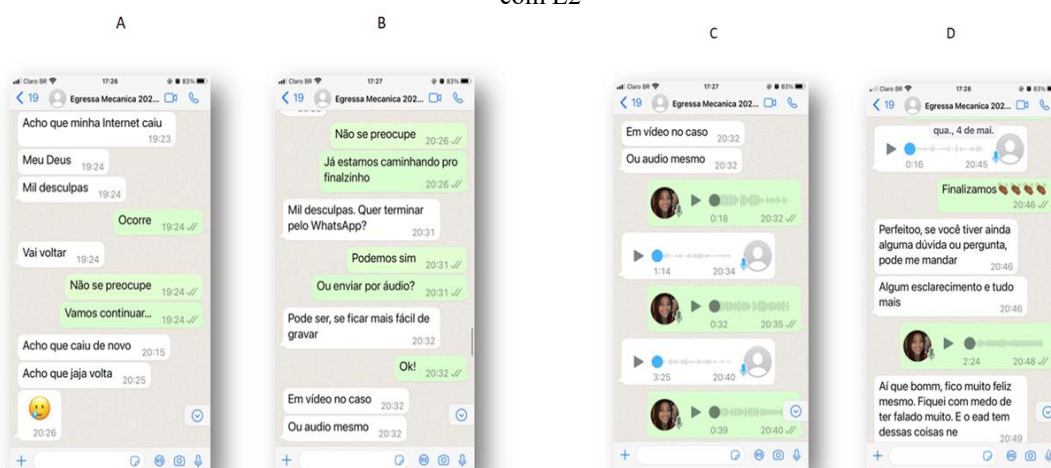
As entrevistas com egressos objetivaram resgatar destaques da trajetória de sua

formação, experiência individual ainda enquanto aluno de participação nos espaços de decisão da vida institucional ou de experiência coletiva, por meio de representante de egressos(as) que tivessem participado dos espaços institucionais, e como egresso(a), como tem sido sua participação nos espaços institucionais.

As entrevistas com E1, E2 e E3 ocorreram em datas diferenciadas escolhidas pelos respondentes, via plataforma *Google Meet*, com gravador de tela, *OBS Studio*. A primeira entrevista realizada com E1 foi realizada no dia 3 de maio de 2022, transcorrendo integralmente pela plataforma digital, não havendo nenhum tipo de interrupção durante o processo da entrevista. As entrevistas com E2 e E3 ocorreram também pela plataforma de *internet Google Meet*. No entanto, para que fossem integralmente realizadas, foi necessário fazer uso da mídia social *WhatsApp*, ferramenta estratégica que manteve o incentivo à participação ativa dos entrevistados, devido a problemas de conexão dos participantes.

Na entrevista com E2, realizada no dia 4 de maio de 2022, a entrevista transcorreu quase que totalmente pela plataforma *Google Meet*, porque, ao final da entrevista, houve oscilação na rede de conexão de internet da residência da egressa, no momento das questões exmanentes. Tendo sido proposto o uso da rede social, *WhatsApp*, pela própria egressa. Neste sentido, utilizou-se a estratégia de manter continuidade da entrevista por meio de troca de áudios simultâneos ou de modo síncrono, finalizando a entrevista, conforme Figura 7 a seguir ilustrada.

Figura 7 - Sequência A – D de registros de continuidade da entrevista com áudios simultâneos via *WhatsApp* com E2

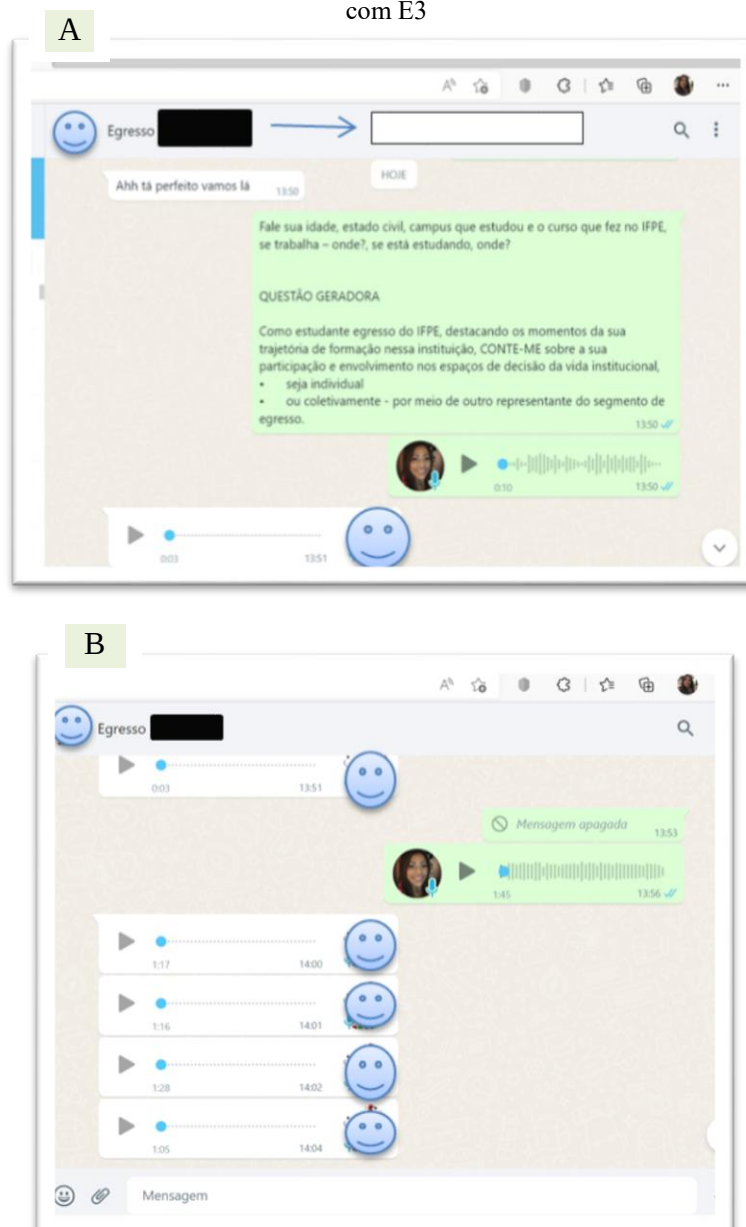


Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Na entrevista com E3, realizada no dia 09 de maio de 2022, no início, ocorreu um imprevisto com a conexão de internet da residência do entrevistado. O problema durou em torno de 20 minutos, sendo a entrevista iniciada pela rede social, *WhatsApp*, à qual o egresso não se

opôs. A entrevista manteve estratégia semelhante à dinâmica ocorrida com a E2 para que os áudios fossem simultâneos, conforme será visto adiante. Tão logo o E3 sinalizou que havia conseguido conexão, a entrevista seguiu seu fluxo, finalizada pela plataforma do *Google Meet*. Salienta-se que, naquele momento, a entrevista ocorreu em outro espaço, fora da residência do entrevistado.

Figura 8 - Sequência A e B de registros de continuidade da entrevista com áudios simultâneos via *WhatsApp*, com E3



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Conforme exposto acima, as entrevistas com a E2 e o E3 foram realizadas em dois momentos, apresentando pequenas interrupções, nos dois últimos casos, havendo necessidade de uso de outra ferramenta para complementação da coleta. No caso do E3, foram produzidos

13 áudios gravados durante os primeiros 20 minutos de entrevista, ferramenta que visou ao acompanhamento da entrevista narrativa de modo síncrono, considerando as dificuldades de conexão da plataforma *Meet* reveladas pelo respondente.

Assim, neste primeiro momento, foi feito uso de tecnologia como a mídia social *WhatsApp Messenger*, por gravação simultânea de áudios, ferramenta que é baseada na internet com finalidade de auxiliar o usuário a se conectar, colaborar e se comunicar com outras pessoas em tempo real. Uma das mídias sociais de maior destaque atualmente é o *WhatsApp Messenger* e tem sido utilizado como ferramenta de coleta de dado em pesquisa qualitativa (GOMEZ; COSTA, 2021). Após o tempo de aproximadamente de 20 minutos, considerado o primeiro momento da entrevista, o respondente informou que conseguiu a conexão de internet e já poderia continuar na plataforma *Meet* e, deste modo, foi dada a continuidade e conclusão à entrevista neste segundo momento.

Toda a gravação dos áudios por via *WhatsApp* pôde ser arquivada e reproduzida para transcrição de forma segura, em nuvem. Ao comparar o recurso utilizado entre esta ferramenta e a plataforma digital para entrevista narrativa, pôde-se considerar ser compatível, se utilizada da forma como foi experienciada, de modo síncrono, pois todas as etapas para a sua realização são possíveis de cumprimento, principalmente, quando o pesquisador consegue ter habilidade de escuta imediata do áudio enviado, enquanto outro áudio está sendo produzido. Na gravação do áudio com no máximo dois minutos é possível utilizar recurso de aceleração de voz 1,5 para compreender o que está sendo comunicado e se está sendo contemplada a questão geradora e os aspectos que precisam ainda ser explorados a cada áudio (questões exmanentes e imanentes).

É necessário elencar algumas limitações e potencialidades, como as comunicações virtuais por áudios não permitirem identificar aspectos como expressões faciais, no entanto, pode ser possível averiguar algum grau de emoção na entonação da voz ou mesmo sendo declarada pelo respondente, conforme se constata em um dos áudios enviados. Os áudios enviados simultaneamente, como visto nos *prints* do anexo Y, também, registram data, o tempo de gravação e horário de envios, também não permitem receber tratamento pelo respondente após enviados, garantindo registros imediatos e não previamente elaborados.

Observou-se que o uso desse recurso maximiza a comunicação, no entanto, os estudos são limitados a avaliar sua utilização nessa perspectiva. Neste sentido, sugere-se ampliar pesquisa sobre o aplicativo *WhatsApp* como ferramenta de comunicação em pesquisa qualitativa, para auxílio na coleta de dados. A experiência demonstrou a possibilidade favorável do uso do aplicativo *WhatsApp* como ferramenta de coleta de dados de entrevista, mesmo que complementar. Foi demonstrada boa aceitação e satisfação em relação ao propósito de uma

comunicação síncrona com os respondentes E2 e E3. Assim, a inserção dessa tecnologia para potencializar a comunicação síncrona, é possível, considerando as condições de infraestrutura do respondente, respeitando-se o sigilo e as recomendações éticas relativas ao seu uso. Sugere-se a realização de estudos relacionados à maior utilização deste aplicativo pelas pesquisas qualitativas.

5.3.1 Entrevista narrativa

A entrevista narrativa, segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 95), é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia da entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas.

Apresenta-se a seguir a entrevista narrativa. A técnica de coleta de dados utilizada para realização desta pesquisa utiliza eixos norteadores a partir de uma pergunta geradora sobre o tema que se deseja saber. O entrevistado fala livremente, com poucas intervenções do pesquisador. Assim, a entrevista narrativa, que tem como premissa estimular o entrevistado a contar a história sobre acontecimentos importantes tanto da sua vida quanto do contexto social no qual está inserido, foi a técnica utilizada para a coleta de dados desta pesquisa e será apresentada a seguir.

No Brasil, o método de Schutze foi difundido especialmente pelos autores Jovchelovitch e Bauer (2002). Segundo esses autores, “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (p. 91), ou seja, independente do campo de estudo, a entrevista busca colher e ouvir, em sua singularidade, a fala de uma pessoa em um determinado momento da sua existência e da sua experiência (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

As entrevistas foram iniciadas com o convite a cada egresso e egressa da instituição, a partir da seguinte questão geradora: **“Você, como estudante egresso(a) do IFPE e destacando os momentos da sua trajetória de formação nessa instituição, conte-me sobre a sua participação e envolvimento nos espaços de decisão na vida institucional, seja individual ou coletivamente, ou ainda, por meio de um representante do segmento egresso”**, a qual resultou em narrativas que necessitaram de esclarecimentos, a partir de perguntas que buscassem a argumentação em relação aos pontos narrados.

De acordo com a técnica da entrevista narrativa de Schütze, a fase das perguntas possibilita que, diante de toda a vivência narrada pelo(s) entrevistado(s), o pesquisador

direcione a entrevista para aprofundamentos e ou esclarecimento de detalhes da história, após perceber que a narrativa foi concluída.

O método de análise consta de seis passos, sendo o primeiro a análise formal do texto, na qual se faz a seleção e o ordenamento das passagens narrativas que descrevem a sequência dos acontecimentos de cada caso, com base nos indicadores formais do texto, ou seja, os marcadores textuais da finalização de um segmento e da inicialização do seguinte.

5.3.2 Apresentando o perfil dos entrevistados

Foi elaborado quadro-resumo (Quadro 52), informando as principais informações dos egressos e da egressa em relação ao seu perfil. Este grupo é composto por três egressos na faixa de 22 a 40 anos. O EG1 concluiu uma pós-graduação na UFPE, e EG3 concluiu especialização na UFRN, ambos afirmaram que estão trabalhando, mas em áreas diferentes do curso. A EG2 não trabalha, mas está estudando na mesma área na UFPE. Salienta-se que em cumprimento às exigências éticas sobre o anonimato dos participantes, estes estarão identificados por nomes fictícios.

Quadro 52 - Perfil biográfico dos egressos pesquisados

Egresso e Egressa (nome fictício)	Idade (anos)	Estado Civil	Curso	Modalidade curso	Campus que concluiu	Formação continuada
EG1 Vangog	33	Solteiro	Licenciatura em Química	Superior	Campus Ipojuca	Concluiu Mestrado
EG2 Tarcila	22	Solteira	Mecânica Industrial	Técnico Integrado	Recife	Estuda Eng. Mecânica
EG3 Michelangelo	40	Solteiro	Gestão de Turismo	Tecnólogo	Recife	Concluiu Especialização

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

As narrativas que seguem promovem reflexões nos entrevistados na medida em que procedem com o ato de narrar, ao tempo que aquelas revelam significados a partir de diferentes trajetórias.

Quadro 53- Questões exmanentes da entrevista narrativa

QUESTÕES EXMANENTES
1- Como você compreende a participação de egressos e egressas na gestão do IFPE e de que modo essa participação ainda é importante no seu processo de formação?
2- Qual a sua compreensão sobre a Política de Acompanhamento de Egressos do IFPE no campus? Você a considera satisfatória? Se a resposta for NÃO, caso o deseje, apresente sugestões visando melhorar a relação da instituição com a sua comunidade de estudantes egressos/egressas?

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O primeiro entrevistado que trataremos por nome fictício foi o egresso (EG1) “Vangog”. A entrevista ocorreu no dia 03 de maio de 2022. É egresso de dois cursos no IFPE, do curso técnico na modalidade subsequente e superior. Participou como membro representante em algumas instâncias como: Fórum da Licenciatura enquanto egresso e do Cepe e da CPA, enquanto estudante. Tentou, junto com outros colegas, constituir um Diretório Acadêmico, mas não teve sucesso. Coursou Mestrado em outra instituição. Atualmente trabalha em área diferente da formação.

A segunda entrevistada, de nome fictício “Tarcila”, participou da entrevista no dia 4 de maio de 2022. É egressa (EG2) do curso técnico na modalidade integrado. Atualmente faz graduação na mesma área técnica. Não está trabalhando no momento. Não participou de colegiados e nem fóruns, mas teve passagem na constituição de uma chapa do grêmio estudantil, mas logo se afastou.

O terceiro egresso (EG3) será chamado de “Leonardo” e foi entrevistado no dia 09 de maio de 2022. É Tecnólogo pelo IFPE. Fez especialização em outra instituição. Relata que tentou constituir um Diretório acadêmico, mas não obteve sucesso. É membro titular, pelo segundo mandato, no Conselho Superior da instituição. Atualmente não está trabalhando.

As narrativas a seguir visaram contribuir com a reflexão sobre a Política de Acompanhamento de egressos e egressas na vida institucional e correspondem às questões propostas para a entrevista narrativas conforme apresentadas em quadro, levando em conta a pergunta geradora, anteriormente mencionada.

5.3.3 Narrativas dos egressos sobre a Política de Acompanhamento de Egressos (AE)

As tentativas de se pesquisar o egresso exigem a preparação de uma estrutura que extrapole a criação de um sistema para manutenção de cadastros e envio de questionários eletrônicos, pois, segundo Teixeira e Maccari (2014), os resultados a alcançar podem ser frustrados. O fato também de não existir uma política nacional que trate sobre o acompanhamento de egresso na educação profissional cria dificuldades de adesão dos estudantes. Neste sentido, é preciso que se avance para construir uma cultura de gestão de egressos, assim como uma cultura de avaliação institucional.

É importante observar que as ações, a exemplo do verbo “construir”, utilizado no parágrafo anterior, não são aplicáveis à instituição e seus setores (elementos inanimados), mas sim aos agentes institucionais (pessoas) que dão vida, percepção, ação e avaliação ao contexto institucional, atuando – principalmente os gestores – também como mediadores perante o

público interno e também junto aos agentes sociais externos. Portanto, é sobre tais agentes – gestores, técnicos, discentes e docentes – que devem recair as observações advindas das narrativas pesquisadas. Para isso, é fundamental a apropriação, pelos gestores, da temática de egressos e relacionamentos decorrentes, pois são estes os agentes institucionais que apresentam competência para tomadas de decisão, fundamentadas na interpretação das normas vigentes, para que exerçam na íntegra seu papel de mediadores no processo de participação na vida institucional.

Quadro 54– Reduções das unidades de registros sobre a Política de Acompanhamento de Egressos

Transcrição	Redução	Palavras-chave
“[...]eu sei que existe essa política de egressos, de ver como é que tá os estudantes, como é que eles estão depois de ter terminado o “[...]curso, mas eu acho que essa política até hoje não foi efetivada. Porque até hoje eu não tive nenhum contato sobre a questão de ser egresso ou não. Estou recebendo agora pela primeira vez que vi porque eu sou egresso e teve interesse em buscar informações (EG1)	Existe a política de acompanhamento de egressos, mas acha que não está efetivada porque nunca teve nenhum contato.	Política de egressos; implementação.
“[...]poderiam acontecer encontros dos egressos, tentar marcar alguma coisa com os egressos, saber o que eles estão fazendo da vida , mandar questionário, o que está acontecendo com eles, se quer entrar na instituição como servidores ou outra coisa desse tipo assim. [...]” (EG1)	Sobre promover ações para os egressos e para que a instituição saiba sobre como estão.	Egressos; relacionamento; eventos; encontros; interação; comunicação
“[...]Assim, para te ser sincera, você foi a primeira pessoa que entrou em contato comigo por eu não ser mais aluna do IF. Eu fiquei até surpresa.[...]. Porque eu acho que o IFPE não tem, principalmente, para a gente depois de um curso técnico que tá tentando entrar no mercado de trabalho, [...] ” (EG2)	Deduz que o IFPE não tenha a política de AE, devido ao egresso já poder ser inserido no mercado de trabalho.	Egresso e o mundo do trabalho
“[...]talvez um banco de dados. Eu não sei se existe , eu tinha na minha cabeça quando eu entrei logo que existia para a gente poder ter essa conexão com o ambiente de trabalho, sabe? (EG2)	Relaciona ao banco de dados ainda discente para criar uma conexão com o ambiente de trabalho.	Banco de dados; Formação e Trabalho
“[...] No campus não tem. O único campus que eu sei que tem é no campus vitória. E a melhoria, eu acho que eles já fazem, sabe? E eles fazem um trabalho todo ano [...]” (EG3)	Afirma não ter no <i>campus</i> que estudou, mas teria em outro.	Comparação entre campi;
Eu acho que teria que ter pelo menos Ou, ou ou, ou um setor[...]. O setor que está ligado ao estudante ou de fato a direção de ensino. Deveria ter um trabalho direcionado para o egresso porque a diretoria de ensino, ela detém informações não só de cursos subsequentes e superior como de todos (EG3)	Deveria ter um trabalho direcionado para o egresso.	Relacionamento; Interação

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A partir das entrevistas narrativas, ficou evidenciado que os sujeitos investigados nesta temática, sobre a Política de Acompanhamento de Egressos (AE), sentem a necessidade de articulação e interação entre instituição e os egressos.

As informações sobre egressos contribuem para que gestores nas suas ações

compartilhadas, seja na revisão curricular, na formação dos discentes, auxiliem na relação entre e formação, nas adequações dos currículos e na promoção de coerência entre o ensino e nas relações com o mundo do trabalho.

Para Pereira, Simon e Pacheco (2021, p. 2), “a opinião dos egressos é fundamental para a revisão de processos e para a abertura de novas oportunidades de crescimento e valorização da formação no mundo do trabalho e na sociedade como um todo”. Embora sejam de fundamental importância as informações advindas dos egressos, os desafios são imensos, a começar pela articulação com o egresso. Não basta apenas pensar no egresso como respondente de questionário. É preciso motivá-lo a participar, se envolver e para isso a instituição deve buscar meios para alcançá-lo.

Neste sentido, Teixeira e Maccari (2014) sugerem benefícios, como estímulo aos egressos, no entanto, o fazem a partir de uma associação de alunos egressos. Neste sentido e trazendo para a realidade do País, seguem: o acesso à biblioteca, acesso ao perfil dos outros egressos, cursos gratuitos, desconto em outros cursos, descontos em produtos ou serviços (empresas parceiras), divulgação de vagas, *e-mail* para a vida, eventos exclusivos para egressos, eventos sobre gestão, periódicos da IES (acesso ou desconto), programas de cartão de crédito, programas de viagens e serviços de carreira.

Os autores Cavalcanti *et al.* (2020) também reforçam a importância do egresso para o fortalecimento e manutenção do que é relevante ao domínio dos saberes acadêmicos, abrangentes e profissionais para a construção de uma ponte de retroalimentação entre o mundo do trabalho e o ambiente acadêmico.

De acordo com Pereira, Simon e Pacheco (2021, p. 5), “desenvolver um programa de relacionamento bem-sucedido se torna um desafio se a instituição não sabe quem são seus egressos e como poderá alcançá-los”. Neste sentido, faz necessário que a instituição se estruture e planeje, de modo a iniciar um processo de aproximação com o segmento de egressos.

As narrativas que visaram contribuir com a reflexão sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional correspondem às questões propostas para a entrevista narrativa, conforme apresentada em quadro a seguir, levando em conta a pergunta geradora, anteriormente mencionada.

5.3.4 Narrativas sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional

Quadro 55 – Reduções das unidades de registros sobre a participação de egressos na vida institucional (continua)

Transcrição	Redução	Palavras-chave
“[...]a coordenadora, ela solicitou colocar meu nome participando como egresso no Fórum de Licenciatura de Química lá do IFPE. Eu concordei, né? Vai colocar meu nome como egresso, mas até então, eu não participei de nada[...]” (EG1)	Concordou em ser membro do Fórum por indicação, mas não participou das reuniões.	Aceitação; conformismo; representatividade
“[...] cheguei a participar da comissão para avaliação CPA que avaliava os cursos da Instituição. A minha participação era mais ativa[...] quando estava em Barreiros porque eu sempre ia passar das reuniões no Campus Recife. Era Reitoria até então na época. (EG1)	A participação foi mais ativa porque as reuniões ocorriam no <i>campus</i> Recife.	Participação ativa; presença
“[...] E assim a minha participação na comissão Ela Foi. Sei lá, ela não foi muito ativa, eu acho, porque na época não tinha muito espaço para o discente falar, eu acho. Era muito mais dos professores lá, os servidores na época que estavam mais à frente do processo de avaliação. (EG1)	A participação não foi ativa devido não poder falar.	Sem espaço para fala; sem participação; sem vez; sem voz
“[...] A gente não tinha muito acesso ao que estava acontecendo nas avaliações, eu percebia isso. Aí quando a gente chegava na época da reunião, dos encontros, a gente, ficavam sem saber o que fazer, sabe falar[...]” (EG1)	Falta de acesso e de conhecimento no processo.	Desconhecimento; falta de acesso; Inexperiência; formação
“[...] A gente tentou também fazer um diretório acadêmico, mas não deu muito certo, é uma coisa importante, eu acho. Representatividade do campus, que eu acho que até hoje não tem no IFPE	Tentou constituir um Diretório Acadêmico, não conseguiu	Coletividade
“[...]eu lembro que essa participação coletiva , quando a gente tinha alguma inquietação, decidia-se o que iria acontecer e ia falar com a coordenação. [...]” (EG1)	A decisão era a partir do coletivo.	Participação coletiva; Decisão; autonomia; democracia
“[...] gestão democrática é aquilo onde um coletivo decide por um todo. Não pode uma pessoa só pensar e decidir por tudo mundo, né? Tem que ter a divisão de segmentos, onde, por exemplo, no Consup do IFPE, tem os discentes, docentes, egressos, aposentados, são vários perfis decidindo uma coisa só. Isso é uma gestão democrática[...] ” (EG1)	Participação de segmentos e decisão do coletivo.	Participação; decisão coletiva; gestão democrática
“[...] É juntar todo mundo para ver o que é melhor para aquele ambiente e seguir. Tomar a decisão. Todo mundo tá participando, todo mundo tá contribuindo com a melhoria do ambiente em que está inserido. [...] ” (EG1)	Participação de todos e tomada de decisão do coletivo.	Participação; gestão democrática; tomada de decisão; colaboração; coletivo; melhoria
“[...]egresso é aquela pessoa que já viveu e se realizou dentro do IFPE, né. Ele traz contribuições do que ele viveu de como era antes em relação a agora. [...]” (EG1)	O egresso tem experiências e traz contribuições.	Egresso; contribuições; experiências
“[...]na minha época, eu lembro, teve muito erro, como o curso era novo, estava sem saber para onde se ia, que hoje já foram sanados. O que ele já viveu ele pode trazer para ajudar a tomar decisão e ajudar a sanar a vida do estudante lá. [...]” (EG1)	Egresso tem maturidade e contribui para tomar decisão	Egresso; tomada de decisão; contribuição; participação

Quadro 55 – Reduções das unidades de registros sobre a participação de egressos na vida institucional (conclusão)

Transcrição	Redução	Palavras-chave
“[...]Eu participei para o Grêmio estudantil, eu tentei entrar em uma das chapas. Na verdade, a gente fez se juntou com vários outros alunos e ainda entrou numa chapa e ela, ela na verdade foi a chapa que ficou, porque depois de um tempo eu acabei saindo [...]” (EG2)	Participou pouco tempo no Grêmio	Participação Movimento estudantil
“[...]Os projetos de extensão. Eu tinha vários projetos de extensão. Monitoria, tudo você consegue se envolver, então, era um ambiente de Universidade mesmo. Mesmo tendo a experiência na Universidade o IF oferecia pra você, desde cedo, você[...]” (EG2)	Participava de projetos de extensão	Projetos; formação Oportunidades
“[...]E quando tinha as exposições ou quando tinha ferinhas de livros ou de artesanato? Sempre gostei. Eu gosto muito dessa parte do IF que era muito interativa. [...]” (EG2)	O IFPE muito cultural;	Cultural; interativa
“[...]E dos alunos é como você vê essa atitude. Para que haja a participação política não só dos alunos, mas também é dos egressos nessa construção dessa formação[...]” (EG2).	Participação dos alunos e egressos	Participação
“[...]Eu não sei como assim democraticamente se envolver na questão de tipo, vamos dizer nas votações. Espaço garantido para que o egresso participasse para as sobre as melhorias do campus, sobre uma melhoria do curso, né?[...]” (EG2)	Espaço democrático	Participação
“[...]Olhe. Eu confesso que na minha primeira participação foi só a voto porque eu vou tocar num ponto que eu já toquei externamente [...] (EG3)	Participação por presença	Participação passiva
“[...] Então, para nós termos voto, para temos ouvido, eu acho que existe um consenso. E eu senti muito pesado o primeiro mandato. Por isso, nesse segundo mandato, como conselheiro, eu tô tendo mais abertura e voto primeiro (EG3)	No conselho o voto tem sido mais aberto	Membro de colegiado
“[...] é uma responsabilidade muito grande para representar os egressos. mesmo os egressos desanimados. Porque eu fiz uma escuta, no primeiro mandato, e foi quase unânime (EG3)	Responsabilidade muito grande para representar os egressos.	Responsabilidade
. Eu ouvi assim. A instituição não faz nada por nós. Você sabe, você só é conselheiro do instituto, como egresso.[...] (EG3)	Egressos têm concepção de o IFPE não fazer nada pelo egresso.	Concepção sobre o IFPE
“[...]Você vai dar uma voz, democracia é você dá a voz a todos para que todos tenham posição, se posicionem ante a algo. Democracia no IFPE como um todo. É, você fala como todo, né?[...] (EG3)	Democracia é você dar a voz a todos, para que todos tenham posição.	Democracia; vez e voz;
No nosso estado não tem nenhuma associação de egressos no curso de turismo. Porque é primeiro no curso de turismo. Também não há uma associação de egressos [...] (EG3)	Associação de egressos	Associação de egressos

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Sobre a Participação de Egressos na vida Institucional, as narrativas revelam que os egressos têm clareza de sua participação no espaço institucional, embora em alguns momentos esta participação seja expressiva quando se trata da participação cultural, mas seja falsa conforme expressões.

De acordo com Luck (2020), há formas de participação que mascaram a prática participativa, sejam elas: por presença, quando apenas a presença física é participante; por participação como expressão verbal e discussão - quando as decisões podem ser apresentadas apenas para referendadas; participação como representação política - pode ser considerada como uma falsa democracia - pois participa por meio do voto; participação como tomada de decisão; participação como engajamento. Neste sentido, algumas dessas formas são identificadas nas seguintes falas:

[...] E assim a minha participação na comissão Ela Foi. Sei lá, ela não foi muito ativa, eu acho, porque na época não tinha muito espaço para o discente falar, eu acho. Era muito mais dos professores lá, os servidores na época que estavam mais à frente do processo de avaliação (EG1).

[...] Olhe. Eu confesso que na minha primeira participação foi só a voto porque eu vou tocar num ponto que eu já toquei externamente [...] (EG3).

Assim, as instituições precisam criar mecanismos para garantir a participação do segmento de egressos, e das demais instâncias, em seu processo de organização e gestão.

Segundo Libâneo (2015, p. 14),

[...] a participação implica uma reflexividade compartilhada entre as pessoas que atuam na escola, envolvendo a elaboração do projeto pedagógico, as práticas de gestão e a atividade conjunta dos professores na discussão e elaboração de atividades orientadoras de ensino. [...] A reflexão coletiva, comunitária, requer, portanto, uma capacidade cognitiva e um compromisso moral para decidir sobre o valor e o significado das ações a serem postas em ação numa escola.

O sentido da cultura organizacional deve criar um clima favorável à participação dos sujeitos, para que todas as pessoas possam se sentir parte dela. Neste sentido, observa-se a instituição para a criação de um clima que favoreça a construção da autonomia, da participação.

Para Libâneo (2018, p. 92), “a cultura organizacional (também chamada de cultura escolar), diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir de uma organização e como um todo e do comportamento das pessoas em particular”.

Portanto, cultura organizacional tem relação com interação e que influencia na forma de gestão. Interagir também é uma forma de propiciar a participação.

De acordo com Paro (2016), alguns determinantes do autoritarismo impedem a participação da comunidade na gestão escolar, as relações democráticas, sendo necessário impedi-los, são eles: Condicionantes político-sociais, os interesses dos grupos Condicionantes ideológicos; Condicionantes materiais da participação; Condicionantes institucionais.

Quanto à categoria gestão democrática, os egressos conseguem transmitir o seu

significado, como observado nas seguintes falas:

[...] Você vai dar uma voz, democracia é você dá a voz a todos para que todos tenham posição, se posicionem ante a algo. Democracia no IFPE como um todo. É, você fala como todo, né? [...] (EG3).

[...] Eu não sei como assim democraticamente se envolver na questão de tipo, vamos dizer nas votações. Espaço garantido para que o egresso participasse para as sobre as melhorias do campus, sobre uma melhoria do curso, né? (EG2)

A participação é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de uma gestão democrática, e, portanto, na gestão participativa, assim como num processo democrático, todos devem fazer parte nas decisões. Para Luck (2020, p. 41), “A representação é considerada como uma forma significativa de participação [...], e que nas escolas, são os conselhos escolares, de caráter , associações de pais, que são escolhidos por voto”.

O efeito da implementação de uma política de acompanhamento de egressos, em uma instituição de ensino, permite o fortalecimento de relações proporcionadas entre a gestão institucional e a comunidade egressa e, por sua vez, promovendo desdobramentos nos demais segmentos. Assim, é possível afirmar que os efeitos de uma política vão desde novos direcionamentos para tomada de decisões, impactos no planejamento institucional e redirecionamento de ações e estratégias.

5.4 ANÁLISE FINAL DOS RESULTADOS

Na análise da literatura, há poucos estudos que se propõem avaliar o contexto aqui abordado, relativo à participação de egressos e egressas na vida institucional.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, que estabelece: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 60). Assim, entende-se que a indissociabilidade representa um princípio que deve ser experienciado na instituição, oportunizando espaços para que, além dos alunos (futuros egressos), que os egressos possam também vivenciar essa condição, assim como ao se tratar sobre uma das finalidades e características dos Institutos Federais, conforme Lei nº 11.892/2008, que propõe em seu inciso III “*promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior [...], que se possibilite estimular que seus egressos possam ter formação continuada na instituição.*

Assim, para saber como vem ocorrendo a verticalização institucional, será necessária uma estruturação da gestão de acompanhamento de egressos e egressas, de modo que a proposta

do acompanhamento atualmente vigente possa ser implementada, cabendo compreender as dificuldades e possibilidades encontradas, verificar a revisão do documento que orienta a proposta de acompanhamento denominado de Regulamento de Acompanhamento de egresso do IFPE, dispor de um sistema informatizado, garantir formação de servidores, fazer com que a comunidade interna e externa e, principalmente, o segmento de egressos(as) tenham a compreensão de que para a compreensão do todo, faz-se necessária a compreensão das partes, pois o que compete a cada área está relacionado a outra ou outras.

Sobre o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, o acompanhamento deste segmento constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao setor produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

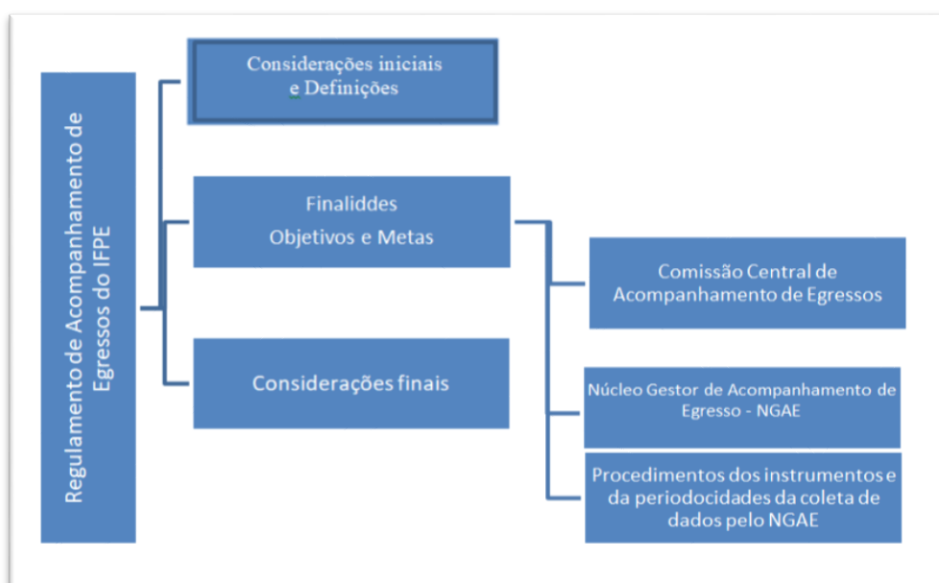
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE reconhece a necessidade de acompanhamento de seus egressos e egressas. A política de acompanhamento voltada a esse público no IFPE surge com o referido regulamento, sob a resolução nº 54/2015. O documento foi construído com a representatividade de todos os *campi* da primeira e segunda expansão e da Pró-reitoria de Extensão e de Ensino, instâncias da reitoria. As finalidades do acompanhamento, à época, foram definidas com os seguintes propósitos (IFPE, 2015):

Da finalidade Art. 3º O acompanhamento dos egressos terá como aspectos prioritários a verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica recebida em diálogo com as exigências do mundo produtivo e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso. Art. 4º O processo de acompanhamento de egressos dar-se-á por meio de ações e estruturação de procedimentos institucionais de acompanhamento de seu itinerário profissional, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de Ensino, Pesquisa e Extensão (IFPE, 2015, p. 2-3).

O documento mantém a mesma versão, desde sua aprovação pelo Conselho Superior da instituição (Consup). Nele consta o compartilhamento da responsabilidade na gestão do acompanhamento de egressos entre os *campi* e reitoria e também vários setores. No entanto, seu funcionamento ainda não foi implementado.

Na estrutura do documento, como se confere na Figura 9, é configurada a organização de gestão com vistas à implementação e desenvolvimento do Acompanhamento de Egressos (AE). Nos *campi* são previstas a formação de um núcleo, que é composto por servidores em cada um dos *campi*, e uma comissão constituída por servidores da reitoria, responsável por estruturar em colaboração com os *campi*, a partir do Regulamento de AE.

Figura 9- Fluxograma da estrutura do regulamento de acompanhamento de egressos do IFPE



Fonte: Elaborada pela autora, com base no Regulamento de AE do IFPE (2015)

Nessa estrutura, salienta-se que a instância responsável pela gestão do documento é a Pró-reitoria de Extensão (Proext), que deverá se articular junto aos *campi*. A construção do documento tem por base as normativas do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), da Organização Acadêmica, o Documento Regulamentador do ProIFPE e Extensão Tecnológica – Rede Federal, 2012.

É trazido no âmbito do regulamento o conceito de egresso, como segue (IFPE, 2015):

Art. 2º Para efeitos desse regulamento é considerado Egresso “o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma”, e o Pré Egresso, considerado aquele que está no último período de seu curso; como também, o concludente, quando concluiu as disciplinas, mas não realizou a prática profissional obrigatória (IFPE, 2015, p. 2).

Quanto à finalidade, objetivos e metas, são previstas as ações e estratégias que devem estruturar, implementar e executar a política de acompanhamento de egressos e, no documento, ainda estão previstos os indicadores. Para que o processo de execução de AE seja possível, o documento prevê os grupos para sua execução, como: a Comissão central de acompanhamento de egressos (CCAE) e o Núcleo Gestor do AE (NGAE), instâncias constituídas apenas por servidores para a gestão do AE. Enquanto a Comissão central, lotada na reitoria, é responsável por gerenciar o acompanhamento de egressos de modo sistêmico, o núcleo geral é instituído em cada *campus* e diretoria de educação a distância, recebendo apoio da CCAE.

Para desenvolver essa política, uma infraestrutura já prevista deverá ser organizada tanto para o processo de implementação, bem como de execução do acompanhamento de

egressos. Ainda fazem parte do regulamento os procedimentos de coleta de dados, instrumentos e tratamento dos dados, além da periodicidade na qual os instrumentos devem ser aplicados e quem são os responsáveis.

Um aspecto muito importante a ser pontuado no regulamento é quanto à participação do egresso nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Informa no Art. 26 que o egresso poderá atuar como voluntário em projetos de extensão, de pesquisa ou em outras atividades promovidas pelos cursos. É um aspecto muito importante para garantia de espaços de formação, de troca de experiências, de interação e de aproximação com o segmento de egressos.

Por fim, no documento é elencando que, em caso de necessidade de alteração do documento, este deverá ser submetido à Comissão Central de Estruturação de Acompanhamento dos Egressos do IFPE.

Quadro 56 – Avanços e recuos quanto à participação do segmento egressos na vida institucional

AVANÇOS	RECUOS
Ampliação dos textos dos documentos que tratam sobre egressos: Consup; Grupo de pesquisa e Fóruns dos cursos técnicos e dos cursos superiores	Desconhecimento dos gestores de egressos sobre a Política de Acompanhamento.
Espaços de discussão (Consup, Grupo de Pesquisa e Fóruns dos cursos técnicos e superiores);	Não há participação no segmento de egressos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão.
Espaço no próximo PDI 2022-2026 sobre a política de egressos	Não há disponibilidade de acesso aos serviços da Biblioteca, Laboratórios e outros espaços de formação.
Regulamento de Acompanhamento de Egressos	Falta de sistema que auxilie o gerenciamento do AE
Grupo de Trabalho sobre Egressos;	Ausência de normativa nas áreas de Ensino e Extensão.
Existência de setor nos campi para atuar com egressos;	O e-mail institucional dos discentes é inviabilizado após conclusão do curso.
Regulamento de Acompanhamento de Egressos.	Não é prevista na CPA a participação do egresso na composição da comissão, como também no processo de avaliação institucional;
	Fragilidade da Política de Acompanhamento de Egressos, necessitando revisão;
	Falta garantir vez e voz na participação do egresso em espaços.
	Ausência de formação para integrantes de Colegiados, Fóruns, na gestão da Política de Acompanhamento de Egressos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Assim, tratar sobre a participação de egressos e egressas na vida institucional diz respeito ao acompanhamento destes e destas que sinalizarão os aspectos nos quais a instituição democraticamente deve buscar alcançar diante do que propõe sua missão e visão institucional.

A baixa ou quase nenhuma participação dos egressos na instituição pode ser comparada, de um lado, à participação em espaços institucionalizados, garantidos por meio de exigência de legislação, nos quais nem sempre há efetividade de participação, mas apenas de

representatividade; por outro lado, à falta de uma política de Acompanhamento de egressos(as) implementada, efetiva, sistemática, que permita a manutenção da relação instituição-egressos(as).

Esses fóruns designados para os cursos técnicos e para os cursos superiores contribuem para a garantia de espaços de representatividades para os segmentos de egressos e discentes. No entanto, é preciso salientar que, ao considerar a participação do sujeito como movimento ativo, faz-se necessário promover o acesso destes às informações que nortearão o desenvolvimento dos trabalhos nesses espaços, a fim de compreender a finalidade, os objetivos e as ações do fórum ao qual está relacionado. Deste modo, estes espaços devem promover nos sujeitos o conhecimento sobre o seu papel nesse processo e oportunizar vez e voz para que se manifestem, mediante participação mais consciente e ativa, ou seja, numa relação de interação em que todos coletivamente pleiteiem alcançar os objetivos delineados. O sentimento de pertencimento deve ser estimulado.

Chama atenção quanto aos gestores respondentes. Cem por cento (100%) da amostra afirmaram desconhecer a política de acompanhamento de egressos da instituição, em contrapartida, afirmam sobre a importância da participação dos egressos e das egressas na vida institucional. Porém, devemos contrastar estes indicativos com o fato de desconhecimento sobre a normativa que regulamenta o acompanhamento de egressos e suas orientações como parâmetro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão proposta e das reflexões tecidas, a partir da experiência construída perante o desafio de contribuir para a implantação da política de acompanhamento de egressos e egressas nos *campi* do IFPE e de contribuir com a interação entre instituição e seus(suas) egressos(as), é mister afirmar que esse acompanhamento, enquanto instrumento de uma gestão democrática, contribui para melhoria contínua dos seus processos político, administrativo e acadêmico com participação da comunidade interna e externa, que tem como horizonte alcançar a sua missão institucional.

Nesse contexto, percebe-se que a multiplicidade de agentes institucionais, representada por cargos, procedimentos, regimentos, práticas, potencialidades, discentes, docentes, técnicos, terceirizados, entre outros, forma um todo e é interdependente na consecução de objetivos específicos e geral.

Portanto, ao propor a construção de um produto educacional que subsidie a política de acompanhamento de egressos e egressas, observa-se: a que este se destina; quais são os benefícios de sua efetivação; quais os responsáveis pela sua implantação e utilização estratégica; quais são os dados necessários para a criação de relatórios que subsidiem a tomada de decisão; quais são os responsáveis pelo aporte de dado; quais são os indicadores de qualidade; e, entre outras possibilidades e aproveitamentos, como é possível sua utilização como ferramenta de apoio a decisões de gestão e acadêmicas.

Diante do exposto, conforme a metodologia adotada e os elementos encontrados na caminhada da pesquisa, chega-se a um conjunto de procedimentos e indicadores que permitirão a construção de um produto educacional relacionados aos dados dos egressos. Esse produto servirá para (re)orientar a tomada de decisões acadêmicas e de gestão, colaborando com a contínua adequabilidade da instituição às necessidades de seus discentes e da própria sociedade, na perspectiva da dimensão integral do ser humano.

Desse modo, o cenário da educação profissional para este estudo e levando em conta a política de acompanhamento de egressos e egressas e o modelo de gestão institucional como elementos principais da pesquisa, definiu-se como objetivo geral: compreender de que modo egressos e egressas participam da vida institucional do IFPE, sendo copartícipes da gestão democrática. Neste sentido, observaram-se as dificuldades encontradas quanto à participação da comunidade egressa nos espaços disponibilizados. Resgatando a questão norteadora: *Considerando a perspectiva de gestão democrática assumida pelo IFPE, como ocorre a participação dos egressos e egressas na dinâmica da vida institucional?*, a pesquisa revela que

o fato de o espaço de participação de egressos ser garantido, ora por força de Lei ou por normativa institucional, alguns exemplos de falsa participação foram revelados a partir dos sinais apontados pelos egressos em suas narrativas, somados ao desconhecimento da política de acompanhamento de egressos sinalizado por gestores. Para tanto, a instituição deve buscar propostas para ajustar esses desalinhos a partir de um projeto de política de acompanhamento de egressos que priorize formações a todos aqueles que estão não só sob a responsabilidade por alguma área, mas também ao conjunto de agentes que fazem parte da instituição, considerando também o segmento de egressos, formação essa alinhada aos moldes de uma gestão democrática-participativa.

Outrossim, a pesquisa cumpre o que propôs: investigar o acompanhamento de egressos e sua participação institucional no modelo de gestão vigente, propondo um produto educacional que facilita investigações equivalentes e a consequente elaboração de diagnósticos propositivos, que nortearão a implantação da política de acompanhamento de egressos em instituições de ensino técnico.

Como resultado, verificou-se a necessidade de ampliação de instrumentos efetivos que fomentassem a participação democrática do egresso na Instituição e de estratégias para materializar seu envolvimento na gestão democrática de forma mais ativa, assim como de um melhor acompanhamento dos egressos e egressas. Diante disso, resultou-se o *Guia de Viabilização da Política de Acompanhamento de Egressos e Egressas* para a busca de um processo de institucionalização da gestão de acompanhamento dos egressos e das egressas nos cursos do IFPE, ampliando a percepção sobre o aspecto da avaliação institucional, bem como da sua relevância para a gestão institucional, a qual aproxime os diferentes atores envolvidos nesse processo de Acompanhamento de egressos e egressas, tais como: gestores, docentes, discentes, técnicos-administrativos e empregadores.

Ainda com base nas investigações desta pesquisa, percebe-se espaço para novas prospecções relacionadas às estratégias de sensibilização e formação sobre o acompanhamento de egressos, a análise de requisitos de sistema informatizado e a estratégias de acolhimento e fomento ao sentimento de pertencimento, de modo a fortalecer os laços afetivos entre os egressos e a instituição.

Considera-se, portanto, que a pesquisa contribuiu para instigar propostas de políticas educacionais; na promoção de interações entre instituição com os seus egressos; na mudança de posturas que preserve a cultura institucional a partir dos valores defendidos; para a sociedade, no acesso às informações institucionais de interesse público e a sua participação como agente ativo e colaborador visando sempre uma educação de qualidade. O estudo também

contribuiu para que novas pesquisas sejam suscitadas a partir da temática e, por fim, e mais vibrante, pelo intuito da pesquisa em provocar reflexões e futuras mudanças em relação à importância da participação dos egressos e das egressas na vida institucional, que merecem ser reconhecidos como agentes indispensáveis e partícipes nos espaços de diálogos, de formações, de contribuições atreladas à instituição e que refletem no mundo do trabalho e na sociedade, contribuindo para um modelo de gestão cada vez mais democrático.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

O Profept é classificado pela Capes como Mestrado Profissional, devendo garantir a entrega de produto educacional que contribua para as práticas institucionais. Como resultado de pesquisa, o produto educacional desenvolvido classifica-se como um material textual (BRASIL, 2013, 2017) em formato de guia, intitulado: *Guia para viabilização da política de acompanhamento de egressos e egressas (PAEE)*.

Contudo, o acesso a este material já é aspecto de uma ação democrática que, articulada a outras estratégias, promova o diálogo e a reflexão institucional sobre a temática coletivamente, envolvendo todos os segmentos que devem fazer parte da instituição. Neste sentido, ao considerarmos que por meio deste instrumento do Guia, estratégias sejam adotadas, a fim de garantir os espaços previstos legalmente para os egressos e as egressas quanto à participação na vida institucional, também estará sendo exercitada a gestão democrática de forma contundente.

A escrita deste produto educacional foi motivada por acreditar que os institutos federais têm como umas das suas finalidades a formação dos sujeitos para o exercício da cidadania, e que essa formação cidadã deve agir na transformação de uma sociedade mais democrática, particularmente, aperfeiçoando suas políticas e, neste sentido, a Política de Acompanhamento de Egressos e Egressas, abreviada como PAEE, representa uma esperança.

Assim, o acompanhamento de egressos auxilia e influencia no planejamento estratégico da instituição, avalia a eficácia da sua atuação, implementa políticas e estratégias na melhoria institucional, garantindo a participação ativa, como ferramenta de transformação. Este guia é uma ferramenta estratégica para aperfeiçoar os processos institucionais, numa perspectiva de modelo de gestão, já mencionado.

Por intermédio da pesquisa na qual se baseia este produto educacional, foram identificadas fragilidades e oportunidades de melhoria em relação à PAEE. As limitações de representações e participação de egressos e egressas e de mecanismos de gestão desse segmento podem indicar lacunas quanto ao papel de formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de educação profissional e tecnológica.

O documento institucional denominado de Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, que teve sua aprovação em 2015, conforme Resolução nº 54/2015, necessita ser revisitado, considerando os diversos indicadores que merecem serem abordados, enriquecendo sua proposta, a exemplo, o Artigo 3º e o Artigo 4º, que já dão uma conotação de sua limitação quando da abordagem sobre os aspectos prioritários e de procedimentos

institucionais, respectivamente, como seguem (IFPE-Resolução-2015, s/p).

Art. 3º O acompanhamento dos egressos terá como aspectos prioritários a verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica recebida em diálogo com as exigências do mundo produtivo e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso.

Art. 4º O processo de acompanhamento de egressos dar-se-á por meio de ações e estruturação de procedimentos institucionais de acompanhamento de seu itinerário profissional, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de Ensino, Pesquisa e Extensão. (IFPE-Resolução-2015, s/p).

Este guia é composto por quatro capítulos: Capítulo um trata sobre o que é uma política de acompanhamento de egressos, incluindo definição de conceitos, identificação dos agentes sociais e institucionais envolvidos e de seus respectivos espaços de atuação, além da identificação (ou sugestão) de um conjunto normativo mínimo necessário à viabilização de uma política de acompanhamento de egressos, colocando o IFPE como recorte exemplificativo. No capítulo dois, aborda-se sobre a metodologia utilizada para diagnosticar a realidade atual da política de acompanhamento de egressos e quais são os instrumentos para o acompanhamento de egressos existentes em uma instituição de ensino (sugestão de metodologia, com passo a passo, incluindo o que, quem e onde pesquisar, além de modelos de formulários e entrevistas). No Capítulo três, fala-se sobre os instrumentos para acompanhamento de egressos, indicando o grau de complexidade de sua implementação e as expectativas de resultados. Por fim, o capítulo quatro faz referência sobre os potenciais da política de acompanhamento de egressos, considerando a melhoria contínua da atuação social da instituição e a gestão democrática, entre outros potenciais.

A proposta de Guia Institucional para Participação de Egressos na Vida Institucional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) emergiu de uma problemática discutida e investigada no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Compreendemos que a participação dos egressos nos espaços institucionais é um processo que deve ser construído e refletido continuamente, sendo estruturado e desenvolvido de forma participativa com o envolvimento da comunidade interna e egressos. Dessa forma, a construção dessa proposta foi a partir da pesquisa desenvolvida em um *campus* do IFPE, na qual participaram gestores, por meio de questionário eletrônico, e egressos, a partir de entrevista narrativa. Os participantes envolvidos na pesquisa fizeram emergir elementos importantes que constituem essa proposta. Buscou-se uma aproximação que atendesse às especificidades da

instituição.

Os dados da pesquisa trouxeram a importância de se fortalecerem e garantirem espaços democráticos na instituição, contribuindo, assim, para a definição das abordagens dessa proposta.

A metodologia que foi desenvolvida para a construção do produto educacional parte da identificação de aspectos advindos dos participantes da pesquisa, que revelam necessidades de construção de um projeto de política de acompanhamento de egressos, com vistas às estratégias de sensibilização e formação sobre a temática, que compreenda além da estrutura para funcionamento, estratégias de acolhimento e fomento ao sentimento de pertencimento, para fortalecer os laços afetivos entre os egressos e a instituição.

Neste sentido, foi pensado no Guia para viabilidade da política de acompanhamento de egressos, considerando os resultados da pesquisa, que demonstraram que a mesma não se encontra implementada. Assim, os aspectos trazidos no produto educacional abordam as estratégias mencionadas anteriormente. O conteúdo que compõe o Guia é sugestivo, e pode e deve ser revisto e adequado à cada realidade institucional.

Este estudo contou com a colaboração de oito participantes, entre gestores e egressos, também convidados a participarem da avaliação de testagem do material, contatados por *e-mails*, alguns confirmados por *WhatsApp*, e todos tendo recebido por meio eletrônico: o produto educacional em PDF e o questionário avaliativo. Sobre o retorno desta testagem, apenas 25% retornaram aprovando os aspectos abordados no questionário, sem apontarem críticas ou sugestões. Os aspectos abordados foram: opinião em relação ao conteúdo do material; se o *design* favoreceu à exposição do conteúdo; se o material fornece informações relevantes; sobre o *design* (cores, organização das ilustrações) e, por fim, espaço para apresentarem sugestões, críticas ou qualquer outra observação que julgassem pertinentes. Resultou para esse percentual de testagem ser um produto aceito.

Deseja-se que esta proposta possibilite uma configuração de política de acompanhamento de egressos, na qual o relacionamento com este segmento seja de efetiva parceria e que gere informações para análise e processos de tomada de decisões em torno da melhoria na atuação da instituição no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 203-219, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n54/a13n54.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BATISTA, Eraldo Leme Batista; MÜLLER, Meire Terezinha. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas-SP, Editora Alínea, 2013, 286 p. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 148, p. 104, 6 set. 2013.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 de novembro de 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 18-18, 2004. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-norma-Atualizada-pe.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 23 dez. 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 nov.2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.424, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 26 dez. 1996b.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. In: BRASIL. Congresso. Senado. 500 anos de legislação brasileira. 2. ed. Brasília, 2001d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 14 de novembro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. s/d. p.1-8. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde [2016]. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício Circular CONEP/SECNS/MS nº 2, de 24 de fevereiro de 2021**. Orientações para procedimentos em pesquisas com Qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF: Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde [2021]. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html](bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em 18 de maio de 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_lei10861.pdf. Acessado em: 11 de dezembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Presencial e a Distância. Recredenciamento. Transformação de Organização Acadêmica. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf Acessado em: 11 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Organizadores: PATRÃO, Carla Nogueira & FERES, Marcelo Machado. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192. Acesso em: 19 de março de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Diário Oficial da União, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da união. **Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <https://expansaosinstitutosfederais.files.wordpress.com/2015/08/relatorio-de-auditoria-educacao-profissional-tcu-2013.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

CAVALCANTI, Izabel de Lima *et al.* Uma revisão da literatura sobre a participação do egresso da educação profissional na avaliação institucional e de cursos. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 23, n. 2, p. 158-169, 2020. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2.670. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/670>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**, v. 2, p. 408-415, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html> Acesso em: 19 de setembro de 2020.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3). 2005. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

COELHO, Maria Carlota de Rezende; DA SILVA, Janine Pereira. Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 470-478, 2017.

CORDÃO, Francisco Aparecido; DE MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. Editora Senac São Paulo, 2020.

COSTA, Daianny Madalena; PAULO, Fernanda. Paulo Freire e a gestão democrática como política educacional: oposições ao neoliberalismo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico**, editada pela ANPAE, v. 37, n. 2, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FNsjBnkcM5S5dPpbSgwNPGB/?format=pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 18, n. 2, 2002.

DESIDERIO, Tamiris Mariani Pereira; FERREIRA, Ana Silvia Sartori Barraviera Seabra. Avaliação de egresso da área da saúde: uma revisão. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, 2022.

DIEL, Odirlei; BERNARDI, Rógis Juarez. **Proposta de instrumento de pesquisa para o monitoramento de egressos no Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC**. X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021.

EGRESSO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/egresso/>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. Tese apresentada no concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1959. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/Downloads/FPFOPF_14_001%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marci/Downloads/FPFOPF_14_001%20(1).pdf) Acesso em : 14 maio de 2022.

FREIRE, P. **Política e educação**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2001(a). (Coleção questões da nossa época; v. 23).

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5. ed, São Paulo: Cortez, 2001(b).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 11. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003(a).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 72-96, 2006. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974610 . Acesso em: 19 de outubro de 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Ed.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, n. 113, p. 65-81, 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/Downloads/600-2190-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marci/Downloads/600-2190-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 19 de outubro de 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/42358979/M%C3%A9todos_e_T%C3%A9cnicas_de_Pesquisa_Social_Antonio_Carlos_Gil_6_ed_2008. Acessado em: 5 de outubro de 2022.

GONÇALVES, Edinalva Rodrigues; CALBINO, Daniel; VIEIRA, Flavio Cesar Freitas. História e gestão institucional do egresso da UFMG. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 6, n. 15, p. 171-190, 2019.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.107. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/107>. Acesso em: 8 jun. 2022.

IMPLEMENTAÇÃO. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/implementacao/>. Acesso em: 23 de março de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Estatuto**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/documentos-norteadores/estatuto-do-ifpe.pdf><https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/documentos-norteadores/estatuto-do-ifpe.pdf>. Acesso em : 14 de junho de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)IFPE. **Histórico**. Instituto Federal de Pernambuco – *Campus Recife*. Publicado em 2015, última modificação em 2018. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/campus/recife/o-campus/historico>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)IFPE. **Resolução Nº57, de 15 de dezembro de 2015**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018). <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf><https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf>. Acessado em 18 de maio de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)IFPE. **Resolução Nº137, de 29 de julho de 2022**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026). Disponível em : <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi><https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi>. Acessado em 04 de agosto de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)IFPE. **Resolução Nº 54 de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-54-2015-aprova-o-regulamento-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifpe.pdf> . Acesso em 14 novembro de 2019.

JOVCHELOVITCH, S. & BAUER, M. W. A Entrevista Narrativa. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com texto Imagem e Som** - um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113. Disponível em: https://ia800207.us.archive.org/28/items/BAUERM.W.GASKELLG.PesquisaQualitativaComTextoImagemESom/BAUER%2C%20M.W.%3B%20GASKELL%2C%20G.%20Pesquisa_Qualitativa_Com_Texto_Imagem_e_Som.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. Editora Cortez. 6.ed. 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, v. 310, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Os conceitos de organização, gestão, participação e cultura organizacional. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola - teoria e prática**. 6ª ed. – São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Práticas de organização e gestão da escola**: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. Secretaria Municipal de Educação de Cascavel–PR, 2015.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 104-125, 2018.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Editora Positivo Curitiba 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf . Acesso em 6 de agosto de 2021.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2010.

LUCK, Heloisa *et al.* **Liderança em gestão escolar**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2012.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 12. Ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2015.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

MARCHESAN, Michele Roos; MARTINS, Silvana Neumann. Curso Técnico em Multimeios Didáticos na modalidade EaD: o que dizem egressas. **Revista Thema**, v. 16, n. 4, p. 929-947, 2019.

MEDEIROS, D. C. **Impacto da formação profissional na empregabilidade dos egressos dos cursos de tecnologia do IFTM – Campus Uberlândia Centro**. Orientador: Elisa Antônia. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Ed., Ciênc.,e Tecn. Do Triângulo Mineiro, Uberaba. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6285256 . Acesso em: 16 nov.2019.

MENDES, Walquíria Guedert; PASQUALLI, Roberta. Impactos na trajetória de egressos do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Agrícola Vale da Uva Goethe. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e1691099269-e1691099269, 2021.

MORAIS, Ricardo. **Versos egressos**. Recife: no prelo, 2022.

MOURA, Janete Márcia Moraes Oliveira; ALBUQUERQUE, José de Lima. Educação a distância e ensino profissionalizante: um olhar sobre o acompanhamento do egresso. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 40, n. 2, p. e34413-e34413, 2018.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184-189, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 de julho de 2021.

NISHIMURA, Augusto Takerissa. **Avaliação de programas de doutorado em Administração sob a perspectiva dos egressos**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2015.

OLIVEIRA, Ramon de. A pesquisa em educação: a gestão educacional como tema do debate. EccoS – **Rev. Cient.**, São Paulo, n. 48, p. 273-294, jan./mar. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/marci/Downloads/A_pesquisa_em_educacao_a_gestao_educacional_como_t.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, v. 28, p. 309-326, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/TjHy6zTq5LzMMjLkHJg7JRc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 de março de 2022.

PENA, Mônica Diniz Carneiro. **Acompanhamento de egressos**: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. 2000. Disponível em: <http://www.joinville.ifsc.edu.br/~alexsandra/Artigo%20Monica%20Diniz.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

PEREIRA, Jessica Rocha de Souza; SIMON, Lilian Wrzesinski; PACHECO, Andressa Vasques. A Gestão do Acompanhamento de Egressos em Uma Universidade Federal. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, V.15, nº 3, p.101-125. TRI IV 2021. ISSN 1980-7031.

PERONI, Vera Maria Vidal; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. **Educação**, v. 37, n. 2, p. 180-189, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84831710005.pdf>. Acesso em; 11 de outubro de 2022.

PINTO, Danieli; TENÓRIO JUNIOR, Nelson Nunes; RAMOS, Karoline Garcia De. **Artefatos multimídias como suporte ao desenvolvimento de software**: uma pesquisa qualitativa do uso do WhatsApp. 2017. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/1468>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **PNP 2020** (Ano Base 2019). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

QUINQUIOLO, Natália Carvalho Rosas; QUINQUIOLO, José Manoel. Gestão escolar: a influência do modelo democrático na formação do aluno. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 8 n. 17 Pub. contínua 2019 p. 1-8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133835556> Acesso em: 18 jun. 2021.

RAMOS, Daniela Karine; RIBEIRO, Fabiana Lopes. Por uma gestão mais democrática na educação: contribuições de uma formação a distância para atuação profissional de seus

egressos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 766-784, 2019.

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

SANT'ANA, Tomás Dias *et al.* **Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI**: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Alfenas: Forpdi, 2017. Disponível em: http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/documento/livro_pdi_0.pdf . Acesso em 14 de maio de 2022.

SANTANA, Camila Iorrane Costa; COSTA, Odaléia Alves da. Mapeamento de teses e dissertações sobre os egressos do Ensino Médio Integrado de 2014 a 2019. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, p. e10021-e10021, 2021.. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10021>. Acesso em: 14 de março de 2022.

SIMON, Lilian Wrzesinski; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Ações de acompanhamento de egressos: um estudo das universidades públicas do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 3, n. 2, p. 94-113, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

SUÁREZ GÓMEZ, Maria.; PISCO COSTA, Rosalina. Potencialidades do WhatsApp num estudo qualitativo sobre práticas alimentares na geração millennial. **Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.]**, v. 9, n. 21, p. 392–409, 2021. DOI: 10.33361/RPQ.2021.v.9.n.21.461. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/461>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

TEIXEIRA, Gislaine Cristina dos Santos; MACCARI, Emerson Antônio; RUAS, Roberto Lima. Proposição de um plano de ações estratégicas para associações de alunos egressos baseado em benchmarking. **Revista de Ciência da Administração**, v. 16, n. 40, Florianópolis, dezembro, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p208> Acesso em 12 de maio de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução às ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A - ENCARTE PRODUTO EDUCACIONAL



GUIA PARA VIABILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS (GPE)

Autora: Márcia Girlene e Silva

Orientadora: Profa. Dra. Bernadina Santos Araújo de Sousa



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MÁRCIA GIRLENE E SILVA

GUIA PARA VIABILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS (GPE)

Olinda
2022

P 324f Silva, Márcia Girlene e.

Guia para Viabilização da Política de Egressos (GPE) / Márcia Girlene e Silva. - Olinda, PE: A autora, 2022. 32 f.: il. color.]

Orientadora: Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE - Campus Olinda, Coordenação Local Profept/IFPE – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos

1. Ficha Catalográfica. 2. Método de Estudo. 3. Trabalhos Científicos. I. Sousa. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. III. Título

CDD 001.4

Catálogo na Fonte

Bibliotecário/a: CRB 1111

SUMÁRIO



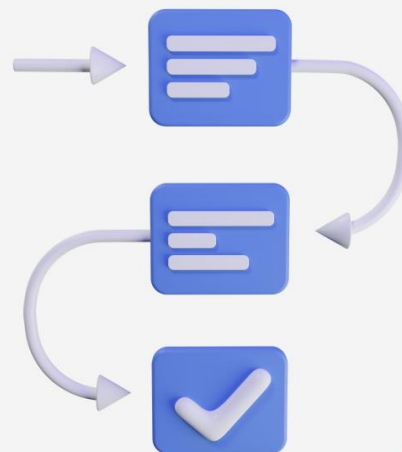
- 5 CONTEXTUALIZAÇÃO
- 7 APRESENTAÇÃO
- 9 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
- 12 REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
- 21 INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
- 27 POTENCIAIS DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
- 31 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 33 REFERÊNCIAS
- 34 APÊNDICE A - DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO IFPE (2009 – 2021)
- 36 APÊNDICE B - PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DOS DOCUMENTOS ANALISADOS (2004 – 2014)
- 38 APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO MISTO PARA GESTORES

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Profept é classificado pela Capes como Mestrado Profissional, devendo garantir a entrega de produtos educacionais que contribuam para as práticas institucionais. Como resultado de pesquisa em tela, o produto educacional desenvolvido classifica-se como um material textual (BRASIL, 2013, 2017), em formato de guia exemplificativo e intitulado: Guia para viabilização da política de acompanhamento de egressos (GPE).

Através da pesquisa em que se baseia o produto educacional acima, foram identificadas fragilidades e oportunidades de melhoria em relação à Política de Acompanhamento de Egressos - PAE, onde tais fragilidades podem implicar em lacunas quanto ao papel de formular, planejar, coordenar, implantar, monitorar e avaliar políticas públicas de educação profissional e tecnológica. Uma observação necessária é que a palavra “egresso” adotada no GPE apresenta o mesmo papel que o conjunto de palavras “egresso”, no singular e no plural, objetivando facilitar a fluidez textual, mas considerando o respeito à pluralidade e equidade de gênero.

A escrita deste produto educacional foi motivada pela crença que os Institutos Federais têm como uma das suas finalidades a formação dos sujeitos para o exercício da cidadania e que essa formação cidadã deve agir na transformação de uma sociedade democrática, particularmente, aperfeiçoando suas políticas.



5

CONTEXTUALIZAÇÃO

Outrossim, o acesso a este material já é aspecto de uma ação democrática que, articulada a outras estratégias, promove o diálogo e a reflexão institucional sobre a temática do acompanhamento de egressos, envolvendo todos os seus segmentos com atuação no referido escopo. Neste sentido, ao considerarmos que por meio deste produto educacional “GPE”, estratégias sejam adotadas para efetivar a participação, prevista no regimento institucional, dos egressos nos espaços de discussão e decisão, a gestão democrática estará sendo exercitada de forma contundente.

Assim, o acompanhamento de egressos: colabora na adoção da participação ativa como ferramenta de fomento ao sentimento de pertencimento e de transformação social, auxilia e influencia o planejamento estratégico da instituição, subsidia a avaliação da eficácia da sua atuação e contribui para a elaboração/aperfeiçoamento de políticas e as demais estratégias de melhoria institucional. Para tanto, o GPE, enquanto elemento de orientação, é uma ferramenta estratégica para aperfeiçoar os processos institucionais, na perspectiva da gestão democrática.



6

APRESENTAÇÃO

O Guia para viabilização da política de acompanhamento de egressos será denominado, neste documento e a partir de agora, simplesmente de “GPE”, e tem como referência a Lei de criação dos Institutos nº 11.892/2008, PDI, PPPI, do instrumento formal de instituição, a partir da Resolução nº54/2015 – IFPE, entre outros e apresenta sugestões para a viabilização do planejamento, da implantação e da efetivação da política de acompanhamento do segmento de egressos da instituição.

A proposta do GPE, emergiu de uma problemática discutida e investigada no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).



7

APRESENTAÇÃO

Ressalta-se que as informações e descrição da metodologia contidas no produto educacional em tela não se confundem com as informações e metodologia da pesquisa que o origina. Contudo, por apresentarem uma relação de problematização e solução, tais conjuntos terão similaridades que poderão parecer repetições, mas não o serão, pois cada conjunto terá seu escopo próprio, embora estejam mutualmente relacionados.

O GPE apresenta quatro capítulos, a saber: Capítulo um, trata sobre o que é uma política de acompanhamento de egressos. O capítulo dois oferece uma sugestão de metodologia para diagnosticar a realidade atual da política de acompanhamento de egressos, incluindo definição de conceitos e estratégias para identificação dos agentes sociais e institucionais envolvidos, suas necessidades de formação e como atendê-las, além da identificação (ou sugestão) de um conjunto normativo mínimo, necessário à viabilização de uma política de acompanhamento de egressos, colocando o IFPE como recorte exemplificativo. No Capítulo três há o detalhamento de instrumentos para acompanhamento de egressos sugeridos no capítulo anterior e as expectativas de resultados. Por fim, no capítulo quatro, tem-se a referência sobre os potenciais da política de acompanhamento de egressos, considerando a melhoria contínua da atuação social da instituição e a gestão democrática, entre outros potenciais.

8

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

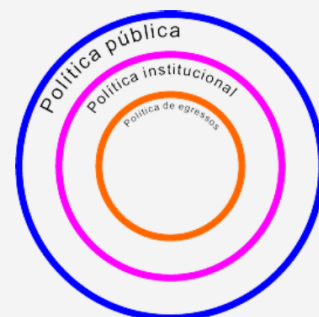
9

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Definição do que é uma política de acompanhamento de egressos:

O conceito de política educacional, considerando-a como parte da política pública, de acordo com Azevedo (2004, p. 59 e 60), é compreendida da seguinte forma: “Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado”. Partindo desses expostos e seguindo a mesma lógica de pertencimento, podemos considerar que “política de acompanhamento de egressos” é parte de “políticas educacionais”, que é parte de “políticas públicas”, portanto, adaptam-se os conceitos aqui trabalhados, substituindo “Estado” por “Instituição” e “Sociedade” por “Conjunto dos agentes institucionais”, implicando considerar que “Sendo a política de acompanhamento de egressos parte do conjunto da política educacional, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que o conjunto dos agentes institucionais constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação da Instituição”. Nesse sentido e corroborando com o embasamento da proposta do GPE, temos que Simon e Pacheco (2020) resignificaram o contexto do acompanhamento dos egressos até o nível de política pública, a partir de um olhar macro, uma vez que essa necessidade é compartilhada pelas Instituições brasileiras.

Figura 1 – Níveis de Política



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

10

POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Portanto, interpretando e incorporando a conceituação de Azevedo (2004) neste guia, uma política de egressos é o conjunto de ações intencionais que uma instituição planeja, viabiliza a prática e avalia, com efeitos sobre as pessoas a ela vinculadas. Além disso, considerando que as pessoas são os protagonistas da atuação institucional, tais efeitos terão assento em todas as instâncias organizacionais do lugar onde atuem.

Mesmo que o vínculo institucional discente finde após a obtenção do diploma e o aluno atinja o status de “egresso”, o vínculo promovido pelo sentimento de pertencimento permanece. Outrossim, a política de acompanhamento de egressos deve encontrar meios para manter algum tipo de vínculo institucional formal para essas pessoas.



11

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

12

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Neste capítulo temos a sugestão de metodologia para diagnosticar a realidade atual da política de acompanhamento de egressos, incluindo definição de conceitos e estratégias para identificação dos agentes sociais e institucionais envolvidos, suas necessidades de capacitação e como atendê-las, além da identificação (ou sugestão) de um conjunto normativo mínimo, necessário à viabilização de uma política de acompanhamento de egressos, colocando o IFPE como recorte exemplificativo.

Uma instituição de ensino profissional é composta por setores administrativos, técnicos e acadêmicos, onde as pessoas neles lotadas trabalharão a política de egressos de forma distinta, conforme as atribuições institucionais definidas no conjunto normativo institucional.

Figura 2- Conjunto de Normativo Institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

13

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Sobre tal conjunto, sugere-se que a prospecção da temática de egressos nas normas escritas, siga do documento mais abrangente para o mais específico (Figura v), iniciando, por exemplo, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seguindo pelo Planejamento Estratégico e pelo Planejamento Tático, até os Planos de ação setoriais e similares, gerando quadros similares aos exemplos encontrados no apêndice A e apêndice B.

Nessa análise, as pessoas responsáveis pela implantação da Política de acompanhamento de egressos deverão observar as diferenças entre o “ser” (que mostra como algo é, mesmo que devesse ser de outra forma) e o “dever-ser” (que mostra como algo deveria ser, mesmo que, atualmente, se apresente de outra forma), junto ao conjunto normativo institucional, tendo uma norma específica como norteadora, a exemplo do Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 54/2015.



14

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Tal norma, por tratar especificamente a temática principal – em nosso caso, a política de acompanhamento de egressos – irá indicar as diretrizes que deverão orientar as demais normas institucionais. Por exemplo (na realidade do IFPE): O Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE diz que deverá ser criado o “Núcleo Gestor de Acompanhamento ao Egresso (NGAE)”, contudo o PDI atual não apresenta tal demanda, então é um caso do “ser”, que representa a realidade, sobrepondo-se ao “dever-ser”, que representa como a realidade deveria ou seja, o PDI deveria abordar a criação do NGAE, mas ainda não o faz, pois sua atualização encontra-se defasada, gerando divergências normativas que podem prejudicar o processo de implantação da política de acompanhamento de egressos.



15

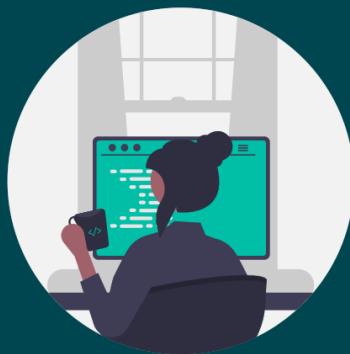
REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Nesse contexto, é mister também perceber que em complemento ao conjunto normativo escrito (normas formalizadas em documentos oficiais, orientando e delimitando a atuação dos agentes institucionais), há um conjunto não escrito (costumes, rotinas e tradições que fazem o mesmo papel das normas escritas, mas não estão postas em documentos oficiais). O mais comum é que o conjunto normativo escrito seja predominante. Contudo, pode haver algum costume ou tradição que oriente a ação de agentes institucionais. Um exemplo disso seria o cadastro de egressos, que é previsto em norma escrita, mas sem indicação de como tal ação deve ser realizada. Com isso, cada campus ou não a realiza ou viabiliza o cadastramento de acordo com ações, rotinas e procedimentos costumeiros, não descritos em documentos formais, implicando, nas duas situações, em dificuldades de integração e utilização institucional das informações coletadas nos campi, desde incompatibilidades técnicas, até divergências na nomenclatura dos campos de dados.

16

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Caberá a quem estiver implementando a política de egressos perceber a existência do conjunto não escrito e extrair dele sugestões de normativas com potencial para serem escritas, fortalecendo a padronização das rotinas e ações e a identidade institucional. Outrossim, esse momento também deve servir para identificar quais agentes institucionais – gestores(as) e técnicos – estão ou deveriam estar, por força de norma escrita ou não escrita, com a responsabilidade de trabalhar o acompanhamento de egressos. Sugere-se que esse exercício de percepção gere um quadro, como o exemplificado a seguir:



17

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Quadro 1 – Exemplo de relacionamentos entre os elementos de uma política de acompanhamento de egressos

Procedimento	Setor	Agente institucional	Norma	Status	Observação
Criação e uso de sistema dedicado ao acompanhamento de egressos ou de módulo para acompanhamento de egressos, em sistema já existente.	Tecnologia da Informação e Comunicação (ou similar)	Gestor de TIC	RESOLUÇÃO Nº 54/2015, que aprova o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE.	Ainda não implementada	Procedimento essencial para viabilizar o acompanhamento de egressos.
Solicitar, aos egressos, a atualização anual de seu cadastro.	Departamentos acadêmicos	Coordenador(a) de curso	Não escrita, costumeiramente atribuída como parte das competências da coordenação de curso.	Implementada	Embora exista norma sobre o cadastro de egressos, ele não define quem terá a responsabilidade por sua alimentação/atualização.
Criação do Núcleo Gestor de Acompanhamento ao Egresso (NGAE)	Direção do Campus	Diretor(a) do Campus	RESOLUÇÃO Nº 54/2015, que aprova o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE.	Ainda não implementada.	Esta demanda ainda não está atendida pelo PDI e normas decorrentes. Sugestão: Inserir a criação do NGAE no PDI ou em normas decorrentes
Produção de conteúdos, direcionados ao conjunto de egressos, nas redes sociais do Campus	Direção do Campus, Setor de comunicação, de mídias ou similar.	Secretário geral, Gestor(a) de mídias ou outro agente institucional incumbido pela direção do Campus.	Não escrita, atribuída costumeiramente ao setor de mídias (ou similar) do Campus.	Já implementada	Esse procedimento pressupõe a importância do estabelecimento de canais de comunicação entre a instituição e o conjunto de egressos.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

18

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Uma observação pertinente é que, caso existam, as sugestões para transformação de normas não escritas em escritas e para a alteração nas normas escritas, acrescentando aquilo que elas deveriam ter para atender a política de egressos, deverão ser apresentadas à gestão competente, que assumirá a análise da viabilidade e o consequente processo de criação de norma escrita, a partir do sugestionamento em tela, através de formulário específico, contendo texto similar ao exemplificado abaixo.

Ilmo Coordenador(a) do curso [ABCDEFGHIJKLM],

Em pesquisa sobre o conjunto normativo relacionado ao acompanhamento de egressos deste [Campus/Instituição] foi verificado que o procedimento não formalizado de [Produção de conteúdos, direcionados ao conjunto de egressos, nas redes sociais do Campus] apresenta potencial para se tornar norma escrita.

Caso seja de interesse da instituição, favor encaminhar a demanda do parágrafo anterior para parecer e anuência da instância competente e, posteriormente, seguir o rito administrativo para a elaboração e publicação da referida norma.

Atenciosamente,

[Pessoa responsável pela implantação da política de acompanhamento de egressos]

19

REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Uma vez construída a tabela de procedimentos, setores, agentes institucionais responsáveis e normas, deve-se voltar a atenção para os agentes institucionais (Discentes, Técnicos e Docentes) responsáveis, identificando seu nível de conhecimento sobre a temática “egressos” e suas necessidades de capacitação. Para tanto, devem ser aplicados questionários online ou entrevistas para identificar seu nível de familiaridade com o acompanhamento de egressos, a exemplo do apêndice C.

Como resultado da aplicação do questionário exemplificado no APÊNDICE C, espera-se um mapeamento das demandas de capacitação, que deve ser encaminhado ao setor competente para que cursos, oficinas e outros processos de ensino-aprendizagem sejam elaborados e disponibilizados para os agentes institucionais apontados na **tabela BB**.

Como sugestão, poderia ser elaborada uma estratégia de produção e disponibilização de vídeos instrucionais abordando a temática do acompanhamento de egressos, no contexto das necessidades de conhecimento que forem apontadas nos resultados do questionário do APÊNDICE B. Além disso, aconselha-se disponibilizar, por tempo determinado, um(a) agente institucional ou consultor(a) para manter um canal de comunicação direta com o público trabalhado, respondendo suas dúvidas. Dessa forma, a necessidade de formação seria suprida sem interferir nas demandas administrativas e acadêmicas do público trabalhado.

Esta mesma estratégia poderia ser aplicada para as necessidades de formação discente, no contexto da participação nos colegiados e fóruns que apresentam, em suas finalidades, a discussão e a deliberação de demandas relacionadas ao acompanhamento de egressos.

20

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

21

Detalhamento dos instrumentos facilitadores do acompanhamento de egressos.

É importante ressaltar que o guia em tela objetiva nortear as ações da pessoa ou equipe responsável pela implantação da política de acompanhamento de egressos, indicando e exemplificando o que e como perceber, sistematizar e utilizar, mas não pretende oferecer modelos prontos para serem seguidos, pois as especificidades de cada instituição, campus ou setor implicam que diferentes realidades necessitam de uma pesquisa própria, para que diferentes modelos sejam elaborados e seguidos. Contudo, pretende ampliar a visão sistêmica de quem o utilizar, facilitando o atendimento de seus objetivos relacionados a Política de acompanhamento de egressos.

Basicamente, serão utilizados três tipos de instrumentos para o acompanhamento de egressos:

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Instrumentos para coleta de dados;

- Questionários;
- Entrevistas;
- Pesquisa bibliográfica;

Instrumentos de processamento de dados e produção de relatórios;

- Planilhas eletrônicas;
- Bancos de dados;
- Sistemas informatizados dedicados ou módulos específicos, de sistemas já utilizados pela instituição;

Instrumentos de conexão;

- Correio eletrônico;
- Redes sociais;
- Aplicativos de mensagens;
- Sistema de benefícios;
- Publicização das participações e ações;

22

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Exemplificado pelo APÊNDICE C, os instrumentos de coleta de dados devem ser antecidos por um planejamento minucioso para atenderem a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), serem de fácil compreensão e preenchimento ou, no caso de entrevistas, fácil verbalização, além de prezarem pela liberdade de resposta e coletarem apenas os dados necessários ao contexto trabalhado, sem repetições, inconsistências ou conflitos de dados (Exemplo: O campo “endereço” pode gerar respostas incompletas ou repetidas, portanto é preferível subdividi-lo em campos como “rua”, “número”, “bairro” e “cep”). A pesquisa bibliográfica, para facilitar a percepção holística do acompanhamento de egressos, deve iniciar dos conteúdos, normas e estatísticas mais gerais para os mais específicos.



23

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Já os instrumentos de processamento de dados e produção de relatórios, essenciais para a viabilização de uma política de acompanhamento de egressos, devem observar a legalidade de sua utilização (licenças, LGPD, contratos, entre outros aspectos legais), o atendimento aos requisitos de sistema (usabilidade, curva de aprendizagem, confiabilidade, buscas, produção e apresentação de relatórios, entre outros) no contexto trabalhado, identificados através de uma parceria entre a equipe de desenvolvimento dos sistemas e os agentes institucionais detentores(as) dos conhecimentos sobre a temática trabalhada.

24

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Ainda sobre sistemas informatizados dedicados ou módulos específicos de sistemas já utilizados pela instituição, ele gerará um novo cadastro (tabela de dados) para os egressos, que pode ser automático, a partir da seguinte condicionante: Quando o discente atingir o status de pré-egresso poderá autorizar que alguns de seus dados institucionais e pessoais sejam copiados para a base de dados de egressos (em conformidade com a LGPD), o habilitando para, ao concluir com sucesso sua jornada formativa, receber automaticamente um novo vínculo institucional, restrito ao contexto do acompanhamento de egressos.

Figura 3: Módulos Específicos de Sistemas



25

INSTRUMENTOS PARA FACILITAR O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Observa-se que no sistema de acompanhamento de egressos representado pela figura 3, há diversos cadastros, além do específico a egressos. Um desses cadastros registraria a formação continuada das pessoas vinculadas institucionalmente, sejam elas gestores, discentes, docentes, técnicos ou egressos, armazenando e relacionando as necessidades de formação para facilitar a atuação desses agentes institucionais na gestão democrática da instituição. Outro cadastro seria o do corpus documental relacionado a temática de egressos.

Mas, após a autorização pessoal para tanto e da conclusão mediante diplomação, mesmo que a migração do vínculo discente para o de egresso se dê automaticamente, a atualização dos dados cadastrais precisa que algum(a) agente institucional mantenha estratégias de conexão, através de canais de comunicação (grupos em aplicativos de mensagens instantâneas, perfis em redes sociais, listas de e-mail, entre outros) e estratégias de benefícios (direito de empréstimo em relação ao acervo da biblioteca, para quem atualizar seus dados no cadastro de egressos pelo menos uma vez ao ano; convites para eventos; cursos; entre outras), estabelecendo vínculos que fomentem o sentimento de pertencimento e colaboração em relação a instituição. Serão esses sentimentos que manterão ativa a motivação em participar da "vida acadêmica", compartilhando as vivências do "mundo do trabalho", mesmo após a finalização do vínculo discente, ou seja, não basta que as relações entre egressos e instituições sejam racionais e mutuamente vantajosas através do oferecimento de base e abrigo para ações e ideias, elas precisam se conectar com acolhimento, tornando-se afetivas, para que a participação seja efetiva.

Figura 4- Relacionamento com egressos



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

26

POTENCIAIS DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

27

POTENCIAIS DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Considerar-se-á como potencial a capacidade ainda não explorada de qualquer agente institucional ou social em auxiliar a melhoria contínua da instituição, em relação a atuação social, a gestão democrática, a atuação perante o mundo do trabalho, a inovação e os processos educacionais, entre outros.

Dentre os diversos agentes institucionais e sociais que podem colaborar com o exposto no parágrafo anterior, o egresso se destaca por acumular vivências como discente na formação profissional, profissional atuante ou em busca de atuação no mundo do trabalho e protagonista das próprias conquistas na sociedade, permitindo-lhe uma visão holística e crítica dos processos de ensino-aprendizagem, das expectativas sociais e pessoais e dos resultados conquistados.

Figura 5 – Egresso(a) como Protagonista



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

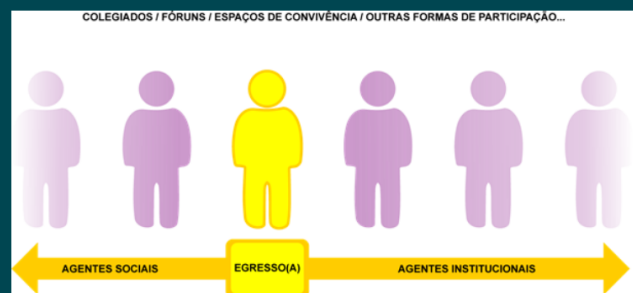
28

POTENCIAIS DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Trazer para a instituição as experiências e conhecimentos advindos das vivências indicadas no parágrafo anterior é o maior potencial de uma política de acompanhamento de egressos. Contudo, tais experiências e conhecimentos devem vir através de estruturas e articulações bem planejadas e definidas, a exemplo da participação de egressos em colegiados institucionais consultivos e deliberativos, da atuação como partícipe do processo de avaliação institucional, da socialização com todos os níveis da jornada discente, dos espaços e estratégias de ensino, pesquisa e extensão, entre outras.

Para tanto, os objetivos, expectativas e papéis de todos os agentes institucionais envolvidos devem estar bem definidos e os meios para a atuação estruturados e disponíveis. Além disso, formações específicas para atuação em cada espaço de convivência e colaboração devem ser disponibilizadas pela instituição, auxiliando na consecução do exposto no início deste parágrafo.

Figura 6- Participação dos agentes institucionais



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

29

POTENCIAIS DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Como sugestão, para relacionar os espaços de participação dos agentes institucionais com sua identificação, suas formas de atuação, suas necessidades de formação e as expectativas/potenciais, apresenta-se, em forma de exemplo, o quadro 2:

Quadro2: Espaços, agentes, atuações, formações e expectativas em relação a PAE

Espaços de participação	Agente institucional	Forma de atuação	Necessidades de formação	Expectativas/potenciais
Gestão de Campus / Diretorias / Coordenações Outros espaços de gestão	Gestores	Gestão de áreas e instâncias	Importância, contextualização e utilização do acompanhamento de egressos nas instâncias administrativas e acadêmicas	Aplicar a política de acompanhamento de egressos como instrumento de melhoria dos processos e práticas educacionais e administrativas
Avaliação Institucional	Egressos	Avaliador(a)	Importância e funcionamento do sistema de avaliação institucional.	Reconhecer problemas e propor soluções.
Conselho Superior (CONSUP)	Egressos	Membro Conselheiro	Importância e funcionamento do Conselho Superior.	Utilização da visão holística e crítica e das experiências pessoais e profissionais para, através do direito a voz e voto, colaborar com a melhoria contínua da instituição.
Fórum dos Cursos Técnicos	Egressos	Membro representante do segmento de egresso	Importância e funcionamento do Fórum dos Cursos Técnicos.	Utilização da visão holística e crítica e das experiências pessoais e profissionais para, através do direito a voz e voto, colaborar com a melhoria contínua da instituição.
--	--	--	--	--
Projetos de extensão	Egressos	Colaborar para o sucesso de projetos de extensão.	Importância e funcionamento da extensão e dos projetos de extensão.	Utilização da visão holística e crítica e das experiências pessoais e profissionais para, através do direito a voz e voto, colaborar para o sucesso de projetos de extensão.
Projetos de pesquisa	Egressos	Colaborar para o sucesso de projetos de pesquisa.	Importância e funcionamento da pesquisa e dos projetos de pesquisa.	Utilização da visão holística e crítica e das experiências pessoais e profissionais para, através do direito a voz e voto, colaborar para o sucesso de projetos de pesquisa.

Fonte: a própria Autora (2022)

30

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Pretende-se, com este guia sugestivo, levar o agente institucional responsável pela política de acompanhamento de egressos a descobrir e analisar as relações entre a política de acompanhamento de egressos e uma instituição de ensino, compreendendo a primeira e as respectivas potencialidades para melhorar a qualidade da segunda. Esse conjunto de descobertas e análises proporcionado pelas orientações presentes neste guia sugestivo, indicará o que, como e quando perceber, observar e documentar, para gerar não um mero modelo a ser seguido, preenchendo espaços previamente definidos e padronizados, mas sim um planejamento à atuação dos demais agentes institucionais envolvidos e aberto às especificidades da instituição trabalhada. Portanto, espera-se que o agente institucional responsável pela política de acompanhamento de egressos, após se apropriar das orientações deste guia sugestivo, construa seu próprio planejamento, já contextualizado com a realidade trabalhada, orientando os demais agentes institucionais para que compreendam a importância e o que é uma política de acompanhamento de egressos, facilitando sua implementação na instituição onde atuem.

31

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se ainda a necessidade do planejamento, produzido a partir deste guia exemplificativo, ressaltar a importância do “Egresso” como partícipe da gestão democrática da instituição, através de sugestões ou ênfases a essa participação, considerando também as formações necessárias a tal intento.

Por fim, este guia tem a pretensão de servir aos ajustes, à reescrita, e assim ele é entregue: para ser analisado e aperfeiçoado. Sua principal realização é a de continuar o diálogo, aproveitando a oportunidade em que o acompanhamento de egressos foi colocado no centro das atenções. É uma experiência sobre como integrar a educação profissional e tecnológica à cultura de acompanhamento institucional de egressos e egressas, destacando a participação deste segmento na vida institucional, numa perspectiva de gestão democrática. Espera-se que este guia possa contribuir com essa temática de pouca abordagem, mas que deve continuamente ser pesquisada, dialogada e refletida.



32

REFERÊNCIAS



AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL, CAPES. **Documentos da Área – Ensino**. Brasília, 2013.

BRASIL, CAPES. **Documentos da Área – Ensino**. Brasília, 2017.

IFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco**. 2015. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi/pdi-completo-2014-2018.pdf>. Acesso em 23 março de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Diário Oficial da União, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

IFPE. **Resolução Nº 54 de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-54-2015-aprova-o-regulamento-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifpe.pdf>. Acesso em 14 novembro de 2019.

IMPLEMENTAÇÃO. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/implementacao/>. Acesso em: 23 de março de 2021.

33

APÊNDICE A

Utilizando o IFPE como referência, o quadro 3 apresenta alguns documentos institucionais que regulamentam o seu funcionamento interno, produzidos no contexto das atividades administrativas.

Quadro 3: Documentos Institucionais do IFPE (2009 – 2021)[1]

Principais características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (Publicados em períodos de 2009-2013 e de 2014-2018 - PRODIN)	Permitirá ao IFPE planejar e executar o fazer acadêmico de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade.	2009-2013 – Mencionam o Programa de Estímulo à Permanência do Aluno: acompanhamento dos Egressos - algumas propostas de ações: implantação de banco de dados para acompanhamento dos egressos; Programa de acompanhamento dos egressos por meio da avaliação junto às empresas. 2014-2018 – Criam título da seção no índice do PDI: Políticas de atendimento aos discentes. Conteúdo da seção: Acompanhamento dos Egressos
Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI (Publicado em 2012 - PRODIN)	Estabelece políticas para o fazer acadêmico, com vistas à consolidação da missão institucional e do fortalecimento das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão	Garantir que o currículo esteja articulado com o mundo do trabalho, por meio do levantamento de demandas, facilitando a inserção dos estudantes egressos.
Estatuto do IFPE (Publicado em 2009 - PRODIN)	Apresenta as finalidades, características, objetivos da Instituição, sua organização, sua gestão, o Regime Acadêmico e do Patrimônio	Indica o segmento dos egressos na composição dos membros representantes para o Conselho Superior.

34

[1] Extraído do site do IFPE. <https://portal.ifpe.edu.br/>

APÊNDICE A

Principais características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Regimento Geral do IFPE (Publicado em 2012 – PRODIN)	Disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do IFPE	Compete à Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT - definir a política de acompanhamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso.
Relatório de Gestão (Publicação em 2016 e em 2017 - PRODIN)	Documento de prestação de contas. É entendido como uma forma de se apresentar à sociedade como a Instituição empregou os recursos orçamentários públicos na consecução das suas atividades finalísticas por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.	2016- Extensão: Implementação da política de egressos junto aos Campi; 2017- Menciona no Macroprocesso da Pró-Reitoria de Extensão: Êxito Acadêmico e Relações de Trabalho e acompanhamento de Egressos;
Comissão Própria de Avaliação do IFPE – CPA (Ciclo 2018-2020 – PRODIN)	Conduzir os processos de avaliação interna relacionados aos cursos superiores do Instituto.	Relatório 2018 – Menciona-se como meta a Implantação da Política de Acompanhamento de Egressos. Relatório 2019 – Informa existir o acompanhamento de egresso feito pelos campi por existir uma política aprovada;
Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE (Publicado em 2015 - PROEXT)	A verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica em diálogo com as exigências do mundo produtivo, e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso.	Nas dimensões da extensão; apoio ao egresso, por meio de um conjunto de ações, bem como a identificação de cenários, junto ao mundo produtivo, e retroalimentação do processo de ensino, pesquisa e extensão. Sobre cursos de extensão: Os cursos podem ser oferecidos inclusive para estudantes egressos.
Regulamento geral dos grupos de pesquisa do IFPE (Publicado em 2021 - PROPEAQ)	Normatizar os critérios para criação, acompanhamento e produção dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).	Poderão compor os grupos de pesquisa do IFPE os egressos do IFPE, entre outros, que se interessem pela produção do conhecimento.
Documento do Fórum Permanente dos Cursos Técnicos do IFPE (Publicado em 2014 – PRODIN)	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos Técnicos	Composição: permite um representante de estudante egresso dos Cursos Técnicos.
Fórum dos cursos de Licenciaturas (Publicado em 2012 – PRODIN)	Discutir, planejar e propor políticas e ações de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Licenciaturas	Composição: permite um representante de estudante egresso dos Cursos de Licenciaturas

Fonte: Autoria própria (2021)

35

APÊNDICE B

No quadro a seguir, são contemplados os atos legais selecionados, nos quais compreendem instrumentos que publicitam as ações da administração pública.

Quadro 4: Princípios e funções dos documentos analisados (2004 – 2014)[2]

Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES (2014) ³	A partir desses três eixos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, o Sinaes avalia todos os aspectos, que giram em torno deles, principalmente, o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.	A avaliação dos egressos (dos cursos superiores) estará relacionada às atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas políticas de atendimento aos estudantes.
Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de EPT – SETEC/MEC (2003-2007). Publicada em 2009.	Possibilita realizar uma importante leitura de dados e vem, de certa maneira, corroborar o atributo de qualidade e de credibilidade que a Sociedade Brasileira confere à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	A pesquisa revela-se como uma ferramenta estratégica para avaliar o processo de inserção dos mesmos no mundo do trabalho, o seu perfil e a percepção dos egressos em relação à formação recebida na sua trajetória de aluno nas instituições da Rede Federal de EPT.

[2] Extraído do site do IFPE. <https://portal.ifpe.edu.br/>[3] <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinaes>

36

APÊNDICE B

Principais Características do documento	Função do documento	Principais contribuições sobre o acompanhamento de egressos/egressas
Relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – TCU (2011-2012). Publicação: Brasília, junho de 2013.	Avaliar a atuação dos Institutos Federais com relação aos seguintes temas à sua atuação finalística: evasão; arranjos produtivos locais; integração acadêmica, entre as áreas de pesquisa e extensão; inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais.	São observadas como as ações de inserção profissional, os casos do acompanhamento de egressos, do fomento ao empreendedorismo e da promoção de estágios estão sendo operacionalizadas pelos Institutos Federais.

Fonte: Autoria própria (2021)

37

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO MISTO PARA GESTORES

O formulário abaixo será construído e disponibilizado em formato digital, portanto, a seguir, temos apenas uma exposição das questões que serão aplicadas.

Caracterização do pesquisado

- 1.Qual a sua idade? _____ Anos
- 2.Quanto tempo trabalha na Instituição? _____ Ano (s)
- 3.Qual o setor que atua? _____ sigla _____
- 4.Quanto tempo está nesta função? _____ Ano(s)

Política De Acompanhamento De Egressos

- 5.Já ouviu falar em Política de Acompanhamento de Egressos no IFPE?
() Sim. () Não
- 6.Conhece o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE?
() Sim. () Não
- 7.Qual a sua concepção acerca da política de acompanhamento de egressos e de egressas do IFPE?

38

APÊNDICE C

Ações e Estratégias do Campus

- 8.O setor em que atua, trabalha com algum documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE?
☐ Sim. Quais? _____ ☐ Não
- 9.No campus em que atua, o Regulamento de Acompanhamento de Egressos está implementado?
☐ Sim. ☐ Não justifique sua resposta: _____
- 10.Há procedimentos para compor banco de dados de egressos no campus?
☐ Sim. Cite quais? ☐ Não
- 11.Há ações e estratégias no campus que compreendem a Política de Acompanhamento de egressos do IFPE?
☐ Sim. Cite quais? ☐ Não
- 12.Na sua opinião, considera a Política de Acompanhamento de Egressos ou Egressas um instrumento de gestão para tomada de decisão?
☐ Sim. ☐ Não Justifique sua resposta: _____

Participação de Egressos na Gestão institucional

- 13.Há participação de egressos na gestão da instituição?
☐ Sim. ☐ Não
- 14.Qual a sua opinião em relação à participação de egressos na gestão da instituição?
- 15.Qual a sua opinião em relação a participação de egressos em espaços institucionais, como por exemplo, as instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão?

Avaliação Institucional (Autoavaliação)

- 16.Há participação de egressos na avaliação institucional interna?
☐ de cursos de nível superior
☐ de cursos de nível técnico
☐ de cursos de pós-graduação
☐ desconheço
- 17.Qual a sua opinião em relação a participação de egressos na avaliação institucional interna (autoavaliação)?

39



Olinda, 2022

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS OLINDA MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA JUNTO AOS EGRESSOS

Iniciar a entrevista verificando saber dados específicos como: idade, estado civil, campus e o curso que fez no IFPE, onde trabalha, onde estuda.

FASE 1- INICIAÇÃO: Tópico inicial para narração e gravação (questão geradora)

- Como estudante egresso/egressa do IFPE campus Recife/Ipojuca, destacando os momentos da sua trajetória de formação nessa instituição, fale sobre a sua participação e envolvimento nos espaços de decisão da vida institucional, seja individual ou coletivamente - por meio de um/uma representante do segmento ao qual você se encontra vinculado.

FASE 2 – NARRAÇÃO CENTRAL e GRAVAÇÃO

FASE 3 – CONCLUSÃO DA GRAVAÇÃO

FASE 4 – DIÁRIO DE CAMPO (Perguntas para aprofundamento da entrevista sem gravação)

1. Como você compreende a participação de egressos e egressas na gestão do IFPE e de que modo essa participação ainda é importante no seu processo de formação?
2. Qual a sua compreensão sobre a Política de Acompanhamento de Egressos do IFPE, no campus? Você a considera satisfatória? Se a resposta for NÃO, caso o deseje, apresente sugestões visando melhorar a relação da instituição com a sua comunidade de estudantes egressos/egressas?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO MISTO PARA GESTORES – VERSÃO 1

O formulário abaixo será construído e disponibilizado em formato digital, portanto, a seguir, temos apenas uma exposição das questões que serão aplicadas.

Caracterização do pesquisado

1. Qual a sua idade? _____ Anos
2. Quanto tempo trabalha na Instituição? _____ Ano (s)
3. Qual o setor que atua? _____ sigla _____
4. Quanto tempo está nesta função? _____ Ano(s)

Política De Acompanhamento De Egressos

5. Já ouviu falar em Política de Acompanhamento de Egressos e Egressas no IFPE?
() Sim. () Não
6. Conhece o Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas do IFPE?
() Sim. () Não
7. Qual a sua concepção acerca da política de acompanhamento de egressos e de egressas do IFPE?

Ações e Estratégias do Campus

8. O setor em que atua, trabalha com algum documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE?
() Sim. Quais? _____ () Não
9. No campus em que atua, o Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas está implementado?
() Sim. () Não justifique sua resposta: _____
10. Há procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas no campus?
() Sim. Cite quais? () Não
11. Há ações e estratégias no campus que compreendem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE?
() Sim. Cite quais? () Não

12. Na sua opinião, considera a Política de Acompanhamento de Egressos ou Egressas um instrumento de gestão para tomada de decisão?
() Sim. () Não Justifique sua resposta_____

Participação de Egressos e Egressas na Gestão institucional

13. Há participação de egressos e egressas na gestão da instituição?
() Sim. () Não
14. Qual a sua opinião em relação à participação de egressos e egressas na gestão da instituição?
15. Qual a sua opinião em relação a participação de egressos e egressas em espaços institucionais, como por exemplo, as instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão?

Avaliação Institucional (Autoavaliação)

16. Há participação de egressos e egressas na avaliação institucional interna?
() de cursos de nível superior
() de cursos de nível técnico
() de cursos de pós-graduação
() desconheço
17. Qual a sua opinião em relação a participação de egressos e egressas na avaliação institucional interna (autoavaliação)?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL DESTINADO
AOS GESTORES**

1) O que você achou do conteúdo do material?

☐ Ótimo

☐ Bom

☐ Regular

☐ Ruim

2) Você considera que o design do material favoreceu a exposição do conteúdo?

☐ Sim, totalmente

☐ Sim, parcialmente

☐ Não

7. Na sua opinião, o material fornece informações relevantes?

☐ Sim, totalmente

☐ Sim, parcialmente

☐ Não

4) Quanto ao design do material (organização das ilustrações, textos, cores) como você avalia?

☐ Ótimo

☐ Bom

☐ Regular

☐ Ruim

5) Neste espaço você poderá fazer sugestões, críticas ou qualquer outra observação que julgar pertinente.

**APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE TESTAGEM DO PRODUTO EDUCACIONAL
PARA OS ESTUDANTES EGRESSOS**

**QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL DESTINADO
AOS ESTUDANTES EGRESSOS.**

1) O que você achou do conteúdo do material?

☐ Ótimo

☐ Bom

☐ Regular

☐ Ruim

2) Você considera que o design do material favoreceu a exposição do conteúdo?

☐ Sim, totalmente

☐ Sim, parcialmente

☐ Não

7. Na sua opinião, o material fornece informações relevantes?

☐ Sim, totalmente

☐ Sim, parcialmente

☐ Não

4) Quanto ao design do material (organização das ilustrações, textos, cores) como você avalia?

☐ Ótimo

☐ Bom

☐ Regular

☐ Ruim

5) Neste espaço você poderá fazer sugestões, críticas ou qualquer outra observação que julgar pertinente.

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa (**Gestão Democrática na EPT: Reflexões Sobre Ações e Medidas que Contemplam a Participação de Egressos E Egressas na Vida Institucional**), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Márcia Girlene e Silva. Telefone do pesquisador (81) 99910-9112 e e-mail (marcia.girlene@reitoria.ifpe.edu.br) para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). E sob a orientação da Prof^a. Dr^a. **Bernardina Santos Araújo de Sousa**. Telefone (81)99927-0136 e e-mail (bernardina.araujo@belojardim.ifpe.edu.br).

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de recusar-se a participar do estudo e que esta decisão não acarretará em penalidades por parte dos pesquisadores. Ademais, você tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento sem necessidade de explicação ou justificativa. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos e/ou publicações científicas, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Esta pesquisa se justifica pela necessidade de efetivar a política de acompanhamento de egressos e egressas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de PE - IFPE, a partir de uma cuidadosa implementação, guiada por um processo de avaliação, a fim de orientar novas tomadas de decisão frente às demandas da formação e do mundo do trabalho, numa perspectiva de gestão democrática institucional, na qual egressos e egressas dos cursos tenham espaços de participação nesse processo.
- A pesquisa tem como objetivo compreender, em que medida, egressos e egressas de cursos técnicos integrados participam da gestão (democrática) do IFPE.

- Para que possa obter as informações necessárias para análise de dados, será necessário a aplicação de questionário eletrônico com os gestores do Campus Recife/IFPE a ser pesquisada, assim como realizar entrevista com o(a) egressos e egressas de dois cursos selecionados do campus Recife/IFPE, através do uso de gravação por meio de plataforma de internet, ou mesmo gravado em vídeo e áudio presencialmente a depender das circunstâncias e necessidades em virtude da Pandemia do Covid-19, atendendo à integridade de ambos pesquisador e pesquisados, previsto em lei.
 - A participação do voluntário na pesquisa dará início, após o projeto ser aprovação pelo Comitê de Ética. Sendo assim, deverá ocorrer entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, sendo previsto no máximo, quatro momentos para entrevistas e três visitas ao campo de pesquisa.
 - RISCOS ou desconfortos decorrentes dos procedimentos da pesquisa são considerados de nível mínimo, visto que não se trata de intervenção física no participante e este pode suspender ou retirar-se da pesquisa ao sentir-se incomodado. Assim, nesta pesquisa pode haver riscos de dano em relação a vazamentos das informações, riscos de desgaste psicológico e emocional ao responder a entrevista e questionário e, de ordem logística, ao desviar os servidores, os egressos e as egressas de suas atividades laborais, rotineiras. Porem, para a minimização do risco de vazamento, somente a pesquisadora possuirá acesso às respostas dos questionários e entrevistas, nas quais serão armazenadas com senha interligada ao e-mail institucional, sendo vetado o acesso a outros usuários. Os transtornos por desconfortos de ordem psicológica e emocional poderão ser mediados ou mitigados com a intervenção da pesquisadora. Os casos que apresentarem maior agravamento poderão ser encaminhados ao serviço de assistência psicológica do IFPE, tendo em vista que a instituição autorizou a pesquisa no seu âmbito. A presença dessa pesquisadora além de orientar, procurará saber se há algum desconforto e se a pesquisa poderá prosseguir. Havendo qualquer desconforto, a pesquisa será interrompida naquele momento, só sendo retomada com a permissão do paciente e a garantia de que de fato ele se sentirá confortável ao responder. Quanto aos de logísticas, são minimizados pelo fato de o formulário do questionário ser enviado eletronicamente, e o procedimento da entrevista ser realizado de modo síncrono através de plataforma de videoconferência, na qual, o participante poderá escolher a data e horário que melhor atende-lo. Também, para mitigar os riscos inerentes ao desconforto de participação dos pesquisados envolvidos, os mesmos serão cientificados que haverá sigilo das informações e os dados serão tratados e analisados por meio de técnicas específicas. Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa da pesquisa não serão divulgados a terceiros
 - Em se tratando de riscos ocasionados pela Covid-19, diante do cenário atual da Pandemia, a coleta de dados, abertos e fechados, será captada de forma on-line, anteriormente acordada e orientada com os participantes. A entrega dos questionários se dará por meio eletrônico. As entrevistas serão realizadas por meio de plataformas digital, com possibilidade de videogravação, previamente permitida e reforçada no momento da sua realização. Tais decisões são tomadas na tentativa de que se possa evitar o contato entre os respondentes e o autor da pesquisa e o risco de contaminação.
 - BENEFÍCIOS ao participante se darão de forma indireta, resultando num produto educacional que pretende subsidiar a política de acompanhamento de egressos e egressas pretendendo promover a interação entre instituição e os egressos e egressas que também se enquadram como participantes da pesquisa.
- A pesquisa poderá ser satisfatória ao pesquisado, por participar e colaborar com a pesquisa. Acredita-se ser esta pesquisa de relevância social e acadêmica, a partir da

promoção de espaços de debates e tomada de decisão democrática em prol da melhoria dos serviços prestados e dos cursos ofertados; como também subsidiar e motivar mudanças nas políticas educacionais quanto aos investimentos necessários para que as ações de melhorias sejam realizadas. Reafirma-se que a pesquisa trará contribuições às reflexões e ações acerca da gestão institucional do IFPE, no tocante à participação de estudantes egressos e egressas na vida institucional, visando estimular essa inserção no desenvolvimento e melhorias das políticas e práticas administrativa, acadêmica e social da instituição em resposta à sociedade. A proposta de apresentação de um produto educacional também acredita ser mais um benefício desta pesquisa que visará subsidiar não só à instituição local, como as demais unidades institucionais, bem como poderá servir de referência a outras instituições de educação. Acredita-se ainda que a contribuição científica para a educação é de possibilitar o estímulo a novas pesquisas para uma análise mais ampliada sobre o objeto de estudo nos cursos técnicos ou seja, oferecer produção de conhecimentos novos, que segundo Oliveira (2019, p.276), “[...] ajudam a pensar novas práticas e soluções para enfrentar os desafios [...]”.

Todas as informações fornecidas serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em eventos e/ou publicações científicas, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em nuvem. Os dados são armazenados em um servidor remoto, fornecendo acesso a partir de qualquer dispositivo com conexão à Internet apenas por meio de e-mail institucional e senha que estará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável – Telefone da pesquisadora (81) 99910-9112, pelo período de cinco anos.

Embora, nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Contato:

Caso o (a) senhor (a) perceba que existe a necessidade de esclarecimentos sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Márcia Girlene e Silva, com endereço: Avenida Professor Luiz Freire, 500 – Cidade Universitária – Recife – PE e CEP 50.540-740 – Setor: PROEXT Telefone da pesquisadora (81) 99910-9112 e e-mail (marcia.girlene@reitoria.ifpe.edu.br). E em contato com a Profª Drª. Bernardina Santos Araújo de Sousa. Telefone (81)99927-0136 e e-mail (bernardina.araujo@belojardim.ifpe.edu.br).

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Belo Jardim – FBJ – Rodovia PE-166, s/n - BR, Belo Jardim-PE, CEP:55150-000, telefone (81)3726-8100. – Horário de Funcionamento: de segunda a sexta-feira das 8 às 17h exceto em feriados e recesso universitário.

Consentimento livre e esclarecido:

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento, declaro que estou devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação, concordando em participar do estudo Gestão Democrática na EPT: Reflexões sobre ações e medidas que contemplam a participação de egressos e de egressas na vida institucional do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como voluntário(a). Declaro-me ainda, ciente de que tenho a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável para esclarecer as minhas dúvidas sobre a pesquisa aqui abordada e de que, mediante solicitação por e-mail (marcia.girlene@reitoria.ifpe.edu.br) posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Nome do (a) participante:

Contato telefônico (opcional):

E-mail (opcional):

Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP da Faculdade de Belo Jardim – FBJ – Rodovia PE-166, s/n - BR, Belo Jardim-PE, CEP:55150-000, telefone (81)3726-8100, perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do (a) pesquisador (a):

MÁRCIA GIRLENE E SILVA

Data: ____/____/____.


[Assinatura do (a) pesquisador (a)]

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo _____(colocar o nome completo da pesquisa)_____, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE G – MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Gestão Democrática na Ept: Reflexões Sobre Ações e Medidas que Contemplam a Participação de Egressos e Egressas na Vida Institucional

Pesquisador responsável: Márcia Girlene e Silva

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: IFPE/PROFEPT - Campus Olinda

Telefone para contato: (81) 99910-9112

E-mail: marcia.girlene@reitoria.ifpe.edu.br

O(s) pesquisador (es) do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações de prontuários, fichas, etc e/ou materiais biológicos) serão estudados;
- Assegurar que as informações e/ou materiais biológicos serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

O(s) pesquisador (es) declara(m) que os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, filmagens, questionários), ficarão armazenados em (pastas de arquivo em computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador), no endereço (Rua Domingos Sávio, 113. Edf. Pégasus, Apto. 802. Piedade – Jaboatão dos Guararapes – PE CEP: 54.420-170), pelo período de mínimo 5 anos.

O(s) Pesquisador(es) declara(m), ainda, que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Belo Jardim - FBJ.

Recife, 27 de agosto de 2021.


Assinatura Pesquisador Responsável

APÊNDICE H – MODELO DO TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 Avenida Professor Luiz Freire, n 500 — Cidade Universitária — Recife — CEP: 50.540-740
 (081) 2125-1691- propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução CONSUP IFPE Nº 29, de 18, de setembro de 2017)

DADOS DO (A) PESQUISADOR(A)

Nome: MÁRCIA GIRLENE E SILVA
 Cargo/Instituição: Mestranda – PROFEPT – Campus Olinda e Pedagoga/IFPE (Reitoria)
 Telefone(s) com DDD: (81) 2125-1728 e (81)99910-9112
 E-mail: marcia.girlene@reitoria.ifpe.edu.br

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: PROFEPT
 Curso/Instituição: Mestrado Profissional em Educação Tecnológica – IFPE (Campus Olinda)
 Título da pesquisa: Gestão Democrática Na EPT: Reflexões Sobre Ações E Medidas Que Contemplam A Participação De Egressos E Egressas Na Vida Institucional.
 Orientador (a): Bernardina Santos Araújo de Sousa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 196/96 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Recife, 12 de agosto de 2021

Assinatura e carimbo do(a) Reitor(a)

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO SEMIABERTO

Sujeitos: Gestores
Versão Final Aprovada

Questionário semiaberto para Gestores
1- Caracterização do Pesquisado 1.1 Qual a sua idade? Anos 1.2 Quanto tempo trabalha na Instituição? Ano (s) 1.3 Qual o seu <u>cargo</u> no campus? () Docente () Técnico Administrativo 1.4- Qual a <u>função</u> que exerce no campus? () Diretor/a de Campus () Diretor/a de Ensino ou similar () Coordenador/a de curso ou similar () Coordenador/a de Extensão ou similar () Coordenador/a de Estágios e Egressos ou similar 1.4.1 Quanto tempo está nesta função como gestor/a? (anos) 1.5 Qual o setor que atua como gestor/a no campus? 1.5.1 Sigla do setor? 1.6 Qual a sua formação acadêmica? () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo () Especialização () Mestrado () Doutorado () Outro: 1.7 Obteve alguma formação na área de gestão escolar/institucional? * () sim () Não 1.7.1 Se a resposta for positiva, ofereça algumas informações sobre essa (s) formação (ões): 1.8 É egresso/a da rede federal (a exemplo da ETFPE – CEFET – IFPE)? *

()sim () não 1.9 Enquanto EGRESSO/A, participou de evento(s) ofertado(s) pelo campus? 1.10 Enquanto EGRESSO/A , participou de evento(s) ofertado(s) pela Instituição? Seja IFPE ou Cefet-PE ou ETFPE?
2- Política De Acompanhamento De Egressos 2.1 Assinale as alternativas abaixo que indicam COMO você teve acesso à Política de Acompanhamento de Egressos(as): * ()Por meio do Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas do IFPE ()Por meio da Proext/Coordenação de extensão ()Por meio da Coordenação do Curso ()Por meio da CPA ()Por meio da Coordenação de Estágios e Egressos ()Por meio do site institucional ()Não conheço ()Outro: 2.2 Caso conheça, qual a sua concepção acerca da política de acompanhamento de egressos e de egressas do IFPE?
3- Ações e Estratégias referentes aos egressos e egressas, no Campus onde você está lotado 3.1 O setor em que atua, trabalha com algum documento relacionado à política de acompanhamento de egressos no IFPE? () Sim () Não () Desconheço 3.1.1 Se sim, quais? 3.2 O Regulamento de Acompanhamento de Egressos e Egressas está implementado? ()Sim ()Não ()Parcialmente implementado ()Desconheço 3.2.1 Justifique sua resposta 3.3 Há procedimentos para compor banco de dados de egressos e egressas no campus? () Sim. () Não ()Desconheço 3.3.1 Se sim, cite quais?

3.4 Há ações e estratégias no campus que contemplem a Política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE?

() Sim. () Não () Desconheço

3.4.1 Se sim, cite quais?

3.5 Na sua opinião, a Política de Acompanhamento de Egressos ou Egressas é, de fato, um instrumento importante de gestão, indicador de novas tomadas de decisão? () Sim.

() Não () desconheço

3.5.1 Justifique sua resposta

4- Participação de Egressos e Egressas na Vida institucional

4.1 Há participação de egressos e egressas na gestão da instituição?

() Sim. () Não () Desconheço

4.1.1 Se sim, quais instâncias ou áreas participam?

4.2 Qual a sua opinião em relação a participação de egressos e egressas em espaços institucionais, a exemplo, Conselho Superior; Fóruns; as instâncias de ensino, pesquisa e extensão; avaliação institucional?

4.3 Há participação de egressos e egressas na avaliação institucional?

4.4 Qual a sua opinião com relação à participação de egressos e egressas na avaliação institucional?

4.5 De que modo, a participação de egressos e egressas na vida institucional pode melhorar a relação do IFPE com o mundo do trabalho?

4.6 Você considera possível a ampliação da participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE?

4.6.1 Se a resposta for sim, qual(ais) sugestão(ões) você apresentaria para que se contemple maior participação de egressos e egressas na vida institucional do IFPE?

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

AUTARQUIA EDUCACIONAL
DE BELO JARDIM - AEB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: REFLEXÕES SOBRE AÇÕES E MEDIDAS QUE CONTEMPLAM A PARTICIPAÇÃO DE EGRESSOS E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL.

Pesquisador: MARCIA GIRLENE E SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52747221.7.0000.5189

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.267.698

Apresentação do Projeto:

Introdução:

Acompanhar a trajetória de egressos e egressas, a fim de que os dados subsidiem tomadas de decisões, como também venham a propiciar interlocuções entre egressos e egressas com a instituição formadora e o mundo do trabalho, requer a efetivação da política de acompanhamento de egressos e egressas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a partir de uma cuidadosa implementação, guiada por um processo de avaliação, a fim de orientar novas tomadas de decisão frente às demandas da formação e do mundo do trabalho, numa perspectiva de gestão democrática institucional, na qual egressos e egressas dos cursos tenham espaços nesse processo. Etimologicamente, a palavra egresso significa: adj. "aquele que se ausentou; que se distanciou; que já não faz parte de um grupo. Substantivo masculino: aquele que deixou de fazer parte do convento. Ação ou efeito de se afastar; afastamento, saída. egressão, afastamento, saída, retirada", <https://www.dicio.com.br/egresso/>. No contexto escolar, tomando-se como referência o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, (2014), no seu Art. 2º, destaca-se a seguinte definição: "é considerado Egresso o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma.". Ainda no referido regulamento, o período considerado para o acompanhamento de Egressos é de até cinco anos após a conclusão do curso. O esforço em

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5

Bairro: Centro

CEP: 55.150-000

UF: PE

Município: BELO JARDIM

Telefone: (81)3726-1800

Fax: (81)3726-1800

E-mail: cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

estruturar um estado da arte para este trabalho, especificamente a partir do descritor egresso, tornou possível perceber que, há uma grande carência de estudos, sobretudo, envolvendo a temática do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil. A visibilidade de tal lacuna torna premente a necessidade em problematizar o contexto que envolve esse nível de formação, que, certamente, tem muito a evoluir. Posto tal desafio, o presente estudo pretende contextualizar o assunto no âmbito da gestão democrática, a partir da política de acompanhamento dos egressos na educação profissional, considerando o cenário de formação do IFPE. Diante disto, apresentamos este projeto de pesquisa, afirmando que o mesmo se situa na linha Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que Estruturam a Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O interesse em problematizar a temática de egressos e egressas tem relação estreita com minha formação e atuação como Pedagoga, nesta instituição de ensino desde 2010. Vale salientar que a atuação da (o) Pedagogo no IFPE se estende por diversas áreas como: pró-reitorias e diretorias sistêmicas, os campi e Diretoria de educação a distância (DEaD), em atuações que envolvem docentes e discentes, famílias dos discentes como também, atuando juntamente como um (a) dos membros da equipe multidisciplinar composta também pelas profissionais Assistentes Sociais e Psicólogas. A minha atuação na pró-reitoria de extensão (Proext), compreende o papel de coordenação pedagógica do setor e, acomoda, dentre outras, a pasta de trabalho sobre a política de acompanhamento de egressos e egressas. A extensão nos dá base para a sensibilização e para compreender a importância da relação estreita que a instituição deve manter com a comunidade em seu entorno; com a sociedade regional; nacional e com o mundo. E enquanto profissional da pedagogia, vislumbrei o interesse em conhecer sobre os egressos e egressas da instituição. Saber como os campi lidavam com essa demanda; saber o que ocorria depois de formação; como a instituição pensava sobre esse público tão importante para nos devolver cenários externos da vida profissional e social; como a relação formação e mundo de trabalho estava se mostrando pra eles e sempre havia a preocupação sobre a lacuna da relação entre instituição e egressos e egressas. Como mobilizar para que a temática fosse vista como um elemento importante de gestão? E no planejamento de 2019 e 2020, foi proposto, pela coordenação pedagógica da Proext, a criação de grupo de trabalho para então iniciar o movimento sistêmico nos campi de refletir e planejar sobre a atenção com os egressos e egressas dos cursos ofertados pela instituição, quando naqueles anos, houve cortes federais no orçamento da instituição e a instalação da Pandemia do Covid-19 em todo o mundo, respectivamente. Saliento que anteriormente, participei da comissão de construção do Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, aprovado em 2015 pelo

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

Conselho Superior do IFPE, através da Resolução nº 54 em 14 de dezembro de 2015. O documento foi compartilhado para a sua implementação com todos os campi e Diretoria de educação a distância e desde então, verificou-se não existência de uma prática sistemática de acompanhamento de egressos e egressas nos campi e Dead, a partir do Regulamento de Egressos. Neste sentido, a falta de dados coletados dos egressos e egressas na instituição, levou-me a deduzir que a política de acompanhamento de egressos não estaria sendo implementada a contento. A temática por sua vez, é pouco tratada em âmbito educacional no Brasil, nos cursos técnicos, e especificamente nos cursos técnicos integrados dos institutos federais, inclusive no IFPE. No entanto, as mudanças que vem ocorrendo na relação formação profissional e mundo do trabalho, requer um acompanhamento dos egressos e egressas por parte da instituição, entendendo que esse espaço de relações seja capaz de contribuir para diálogos e reflexões acerca da participação de egressos e egressas nas diversas instâncias institucionais e suas contribuições, no contexto da gestão democrática, além de possibilitarem nessa relação, descortinar cenários que são até então, desconhecidos pela comunidade institucional. Para tanto, também é relevante que se efetive uma gestão de acompanhamento de egressos e egressas, tendo em vista as dificuldades da não existência de dados e informações sistematizadas sobre a área, na instituição. Também não se tem levantamento sistematizado a respeito das dificuldades existentes nos campi, o que, certamente, impede que uma série de informações, advindas desses possíveis dados sobre os egressos, sejam organizadas e tratadas em favor de uma política de acompanhamento a partir de indicadores como: Formação recebida; participação de egressos e egressas em atividades institucionais; nível de satisfação do egresso com a área profissional; ações realizadas para a manutenção da integração entre a Instituição e os egressos e as egressas, ou seja, subsidiar o acompanhamento como instrumento que instrumentalize a gestão para tomada de decisões com a coletividade. A trajetória de pesquisa será demarcada pela coleta de dados, a partir de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental em um considerável corpus documental, contemplado pelos atos normativos internos e externos; fará parte deste processo, o método de histórias de vidas por meio das entrevistas narrativas, bem como questionários semiabertos, que venham a contribuir com a política de acompanhamento de egressos e egressas do IFPE, a fim de subsidiar a gestão institucional e promover a participação de egressos e egressas nos espaços institucionais, na perspectiva da gestão democrática. Para representar o contexto específico dessa política, observando-se os acontecimentos a partir das histórias de vidas dos egressos e das egressas, resolveu-se selecionar dois cursos técnicos de nível médio do campus Recife por serem cursos com mais concorrência no processo seletivo de vestibular nos últimos três anos, conforme é

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

disposto na página de internet da Comissão de Vestibulares e Concursos do IFPE.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender, em que medida, egressos e egressas de cursos técnicos integrados participam da gestão (democrática) do IFPE.

Objetivo Secundário: 1- Analisar, no corpus documental a ser pesquisado, orientações e diretrizes referentes à Política de Acompanhamento de Egressos no IFPE; 2- Identificar os procedimentos adotados para compor banco de dados de egressos e egressas do IFPE, no campus Recife; 3- Construir um registro historiográfico sobre as estratégias e mecanismos utilizados para acompanhar egressos e egressas dos cursos investigados; 4- Analisar concepções de egressos, egressas e gestores sobre a Política de Acompanhamento desse segmento no IFPE, campus Recife; 5- Entender as ações e estratégias que compreendem a política de Acompanhamento de egressos e egressas do IFPE, no Campus Recife, identificando o nível de participação desses sujeitos na Gestão (Democrática) da instituição; 6- Propor um Produto Educacional que ofereça melhorias no acompanhamento e envolvimento desse segmento nas ações democráticas do IFPE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

“Os riscos ou desconfortos decorrentes dos procedimentos da pesquisa são considerados de nível mínimo, visto que não se trata de intervenção física no participante e este pode suspender ou retirar-se da pesquisa ao sentir-se incomodado. Assim, nesta pesquisa pode haver riscos de dano em relação a vazamentos das informações, riscos de desgaste psicológico e emocional ao responder a entrevista e questionário e, de ordem logística, ao desviar os servidores, os egressos e as egressas de suas atividades laborais, rotineiras. Porém, para a minimização do risco de vazamento, somente a pesquisadora possuirá acesso às respostas dos questionários e entrevistas, nas quais serão armazenadas com senha interligada ao e-mail institucional, sendo vetado o acesso a outros usuários. Os transtornos por desconfortos de ordem psicológica e emocional poderão ser mediados ou mitigados com a intervenção da pesquisadora. Os casos que apresentarem maior agravamento poderão ser encaminhados ao serviço de assistência psicológica do IFPE, tendo em vista que a instituição autorizou a pesquisa no seu âmbito. A presença dessa pesquisadora além de orientar, procurará saber se há algum desconforto e se a pesquisa poderá prosseguir. Havendo qualquer desconforto, a pesquisa será interrompida naquele momento, só sendo retomada com a permissão do paciente e a garantia de que de fato ele se sentirá confortável ao responder. Quanto aos de logísticas, são minimizados pelo fato de o formulário do questionário ser enviado

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5			
Bairro: Centro		CEP: 55.150-000	
UF: PE	Município: BELO JARDIM		
Telefone: (81)3726-1800	Fax: (81)3726-1800	E-mail: cepaeb@hotmail.com	

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

eletronicamente, e o procedimento da entrevista ser realizado de modo síncrono através de plataforma de videoconferência, na qual, o participante poderá escolher a data e horário que melhor atende-lo. Também, para mitigar os riscos inerentes ao desconforto de participação dos pesquisados envolvidos, os mesmos serão cientificados que haverá sigilo das informações e os dados serão tratados e analisados por meio de técnicas específicas. Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa da pesquisa não serão divulgados a terceiros. Em se tratando de riscos ocasionados pela Covid-19, diante do cenário atual da Pandemia, a coleta de dados, abertos e fechados, será captada de forma on-line, anteriormente acordada e orientada com os participantes. A entrega dos questionários se dará por meio eletrônico. As entrevistas serão realizadas por meio de plataforma digital, com possibilidade de videogravação, previamente permitida e reforçada no momento da sua realização. Tais decisões são tomadas na tentativa de que se possa evitar o contato entre os respondentes e o autor da pesquisa e o risco de contaminação.

BENEFÍCIOS:

Os benefícios ao participante se darão de forma indireta, resultando num produto educacional que pretende subsidiar a política de acompanhamento de egressos e egressas pretendendo promover a interação entre instituição e os egressos e egressas que também se enquadram como participantes da pesquisa. A pesquisa poderá ser satisfatória ao pesquisado, por participar e colaborar com a pesquisa. Acredita-se ser esta pesquisa de relevância social e acadêmica, a partir da promoção de espaços de debates e tomada de decisão democrática em prol da melhoria dos serviços prestados e dos cursos ofertados; como também subsidiar e motivar mudanças nas políticas educacionais quanto aos investimentos necessários para que as ações de melhorias sejam realizadas. Reafirma-se que a pesquisa trará contribuições às reflexões e ações acerca da gestão institucional do IFPE, no tocante à participação de estudantes egresso e egressas na vida institucional, visando estimular essa inserção no desenvolvimento e melhorias das políticas e práticas administrativa, acadêmica e social da instituição em resposta à sociedade. A proposta de apresentação de um produto educacional também acredita ser mais um benefício desta pesquisa que visará subsidiar não só à instituição local, como as demais unidades institucionais, bem como poderá servir de referência a outras instituições de educação. Acredita-se ainda que a contribuição científica para a educação é de possibilitar o estímulo a novas pesquisas para uma análise mais ampliada sobre o objeto de estudo nos cursos técnicos ou seja, oferecer produção de conhecimentos novos, que segundo Oliveira (2019, p.276), "[...] ajudam a pensar novas práticas e soluções para enfrentar os desafios

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

[...].

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, sob a orientação da Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa. Possui Finalidade de desenvolvimento de dissertação para o programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Materiais e métodos:

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, que, segundo Gibbs (2009, p.8), visa abordar “o mundo e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais de diversas maneiras diferentes.”. É do tipo descritiva, na qual a realidade é aprofundada e leva a sério o contexto e os casos para entender uma questão em estudo. (Trivínõs, 1987; Gibbs, 2009). Os pressupostos teóricos-metodológicos que norteiam os procedimentos de investigação em torno das histórias de vidas, a serem narradas pelos egressos e egressas de dois cursos técnicos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus Recife, buscam revelar aspectos desconhecidos da realidade social e contribuir com a realidade histórica, a partir dos discursos individuais que estejam relacionados à participação destes sujeitos nos espaços institucionais, na perspectiva da gestão democrática. A Caracterização amostral da pesquisa está dimensionada da seguinte maneira: Os sujeitos da pesquisa compreenderão quatro egressos, sendo dois de cada curso e de gêneros distintos, tendo concluído entre os anos de 2016 e de 2019, pois, leva-se em consideração que o documento de acompanhamento de egresso foi aprovado em 2015. Também são sujeitos desta pesquisa o Diretor Geral do campus; dois coordenadores dos cursos, o coordenador de extensão e o de egressos da unidade pesquisada. Totalizam-se nove sujeitos e todos possuem maioridade. Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas semiestruturadas e, questionários semiabertos nos quais foram elaborados. Também fazem parte da coleta de dados os documentos composto por atos normativos de caráter geral ou institucional, que regulam e orientam ações voltadas à política de acompanhamento de egressos. Para esta etapa da pesquisa, considerando o contexto da Pandemia no país, os procedimentos de coletas de dados para pesquisa documental, entrevistas e questionários ocorrerão de modo virtual. Neste sentido, serão seguidas as recomendações de restrições de aproximação e as recomendações de distanciamento pelo órgão Mundial de Saúde (OMS), como também, as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (BRASIL,

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

2021). Será adotada plataforma virtual de internet para a realização das entrevistas narrativas individuais, as mesmas serão gravadas e transcritas. Os questionários semiabertos serão do tipo eletrônico, enviados aos e-mails dos gestores do campus pesquisado. Serão transcritas as questões abertas. Em caso de necessidade de complementação de informações no âmbito da pesquisa documental, poderá ocorrer, presencialmente, visita ao campo de pesquisa, considerando a situação da Pandemia no país e, principalmente na região onde a pesquisa ocorrerá. A proposta nesta pesquisa será de entrevista narrativa. Sua organização deve levar em consideração a proposta elaborada por Jovchelovitch (2002), que estabelece quatro fases e suas regras para o processamento: iniciação, narração, questionamento e termina com a fase da fala conclusiva. A análise dos dados será qualitativa. Para a análise das entrevistas e dos questionários, optou-se pela Análise de Schutze, a referida análise atenderá ao que preceitua sua orientação teórica, contemplando 6 (seis) passos descritos para a análise de narrativas. Dada a importância de tratar sobre a ética nas pesquisas que envolvem seres humanos, conforme traz a Resolução 466/12, esta pesquisa disporá do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos, com base na Resolução nº 510 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), documento que visa assegurar os direitos do participante, como também assegurar que não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Para mitigar os riscos inerentes ao desconforto dos pesquisados, os mesmos serão cientificados que haverá sigilo das informações e outros aspectos previstos no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências emitidas em parecer 1 foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução 466/12 do CNS e complementares e pela Norma Operacional 001/13 do CNS, este CEP manifesta-se pela aprovação deste protocolo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que qualquer alteração realizada no projeto, o mesmo deverá ser reencaminhado para emissão de novo parecer.

Solicitamos que em virtude da ocorrência de algum dano ao participante, previsto ou não como risco, a pesquisa deverá ser imediatamente suspensa e os fatos comunicados a este comitê.

Ao final deste estudo, seu relatório deverá ser encaminhado ao sistema CEP/CONEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5			
Bairro: Centro			CEP: 55.150-000
UF: PE	Município: BELO JARDIM		
Telefone: (81)3726-1800	Fax: (81)3726-1800	E-mail: cepaeb@hotmail.com	

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1812443.pdf	22/01/2022 03:28:56		Aceito
Outros	CARTARESPPOSTAPENDENCIACEPMarciaGirleeneSilva.pdf	22/01/2022 03:25:58	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMestrandaMarciaGirleeneSilvaajustado.pdf	22/01/2022 03:23:07	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOMarciaGirleeneSilva.pdf	16/09/2021 22:41:32	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOdePESQUISAMarciaGirleeneSilva.pdf	16/09/2021 22:31:39	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTADEANUENCIAMARCIAGIRLENE.pdf	16/09/2021 22:25:01	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEATIVIDADESMarciaGirleeneSilva.pdf	16/09/2021 22:20:28	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoMarciaGirleeneSilva.pdf	16/09/2021 22:14:19	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CurriculoLattesOrientadoraBernardinaSantosAraujoDeSousa.pdf	30/08/2021 05:58:52	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMestrandaMarciaGirleeneSilva.pdf	30/08/2021 05:54:00	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CurriculoSistemaDeCurriculosLattesMarciaGirleeneSilva.pdf	24/08/2021 05:44:55	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaMarciaGirleeneSilva.pdf	24/08/2021 05:38:34	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito
Declaração de concordância	TermoconfidencialidadeMarciaGirleeneSilva.pdf	24/08/2021 05:26:34	MARCIA GIRLENE E SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

AUTARQUIA EDUCACIONAL
DE BELO JARDIM - AEB



Continuação do Parecer: 5.267.698

BELO JARDIM, 28 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
Alexandra Waleska de Oliveira Aguiar
(Coordenador(a))

Endereço: Sítio Inhumas, Rodovia Pernambuco 166 KM5
Bairro: Centro **CEP:** 55.150-000
UF: PE **Município:** BELO JARDIM
Telefone: (81)3726-1800 **Fax:** (81)3726-1800 **E-mail:** cepaeb@hotmail.com

ANEXO B – CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO – ARTIGO COMPLETO



8º epePE
encontro de
pesquisa educacional
em Pernambuco

Educação:
Esperançar em
tempos de crises

CONFIRA A AUTENTICIDADE
DESTE CERTIFICADO
WWW.PORTALREALIZE.COM.BR



CERTIFICADO

Certificamos que o(s) **MARCIA GIRLENE E SILVA, BERNARDINA SANTOS ARAÚJO DE SOUSA** apresentou/apresentaram o trabalho intitulado: **GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EGRESSOS E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL?** na modalidade Artigo Completo no VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco, realizado no período de 23 a 25 de novembro de 2021, na Fundação Joaquim Nabuco, de forma remota.

Identificador: [67b13f248a80f4aaeab25a782b92cc47](#)

Recife, 25 de Novembro de 2021.



Verônica Soares Fernandes
Coordenadora do 8º Epepe



Luis Henrique Romani da Campos
Diretor da Dipes/Fundaj

ANEXO C – CARTA DE ACEITE DE ARTIGO COMPLETO



AVALIAÇÃO DO TRABALHO

Estimado(a) autor(a) **MARCIA GIRLENE E SILVA**

Informamos que seu trabalho intitulado "GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EGRESSOS E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL?", foi avaliado e considerado "Aceito" pela comissão científica do ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, a ser realizado no período de 23 a 25 de Novembro de 2021.

As demais informações encontram-se na área do(a) participante

Modalidade: Artigo Completo

Área: GT 08 - POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

Título: GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT:

O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EGRESSOS E EGRESSAS NA VIDA INSTITUCIONAL?

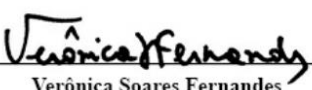
Autores: MARCIA GIRLENE E SILVA, BERNARDINA SANTOS ARAÚJO DE SOUSA.

Atenciosamente,

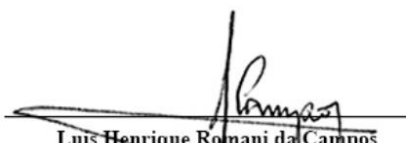
VERÔNICA SOARES FERNANDES

Coordenadora Geral do VIII EPEPE.

Recife, 25 de Julho de 2022.



Verônica Soares Fernandes
Coordenação Geral - Fundaj



Luis Henrique Romani da Campos
Diretor da Dipes/Fundaj